

# PÍLULAS DE **BOM SENSO**

USE SEM MODERAÇÃO

*Por Luis Felipe Miguel*

**Rumo ao Abismo - e Depois:  
o Brasil do golpe a Bolsonaro**

**afipea**

Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea | Associação dos Funcionários do Ipea

**8**

**RUMO AO ABISMO - E DEPOIS:  
O BRASIL DO GOLPE A  
BOLSONARO**

# **DADOS CATALOGRÁFICOS**

## **RUMO AO ABISMO - E DEPOIS: O BRASIL DO GOLPE A BOLSONARO**

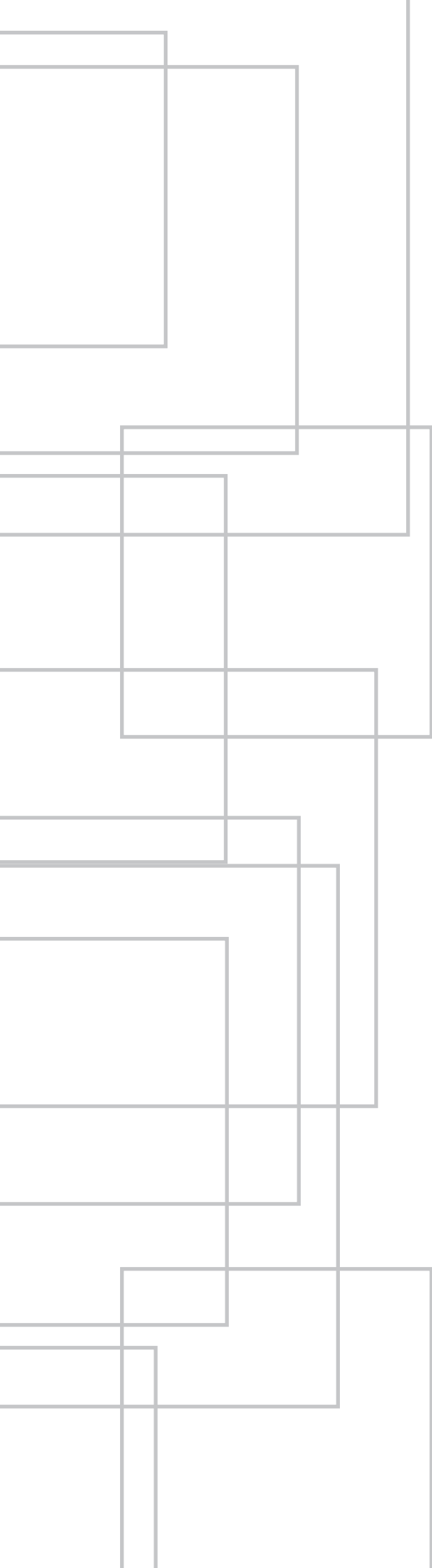
Luis Felipe Miguel

## **PROJETO GRÁFICO**

Matheus Natan Martins Dutra e Henrique Euzébio  
Alves

## **EDITORAÇÃO**

Henrique Euzébio, Humberto Leite e Marina Rito



*Luis Felipe Miguel é professor da Universidade de Brasília, onde coordena o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê), e pesquisador do CNPq. Autor, entre outros livros, de Democracia e representação: territórios em disputa (Editora Unesp, 2014), Consenso e conflito na democracia contemporânea (Editora Unesp, 2017), Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória (Boitempo, 2018) e O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016 (Expressão Popular, 2019).*

# SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	6
1.	O QUE ESTAMOS PERDENDO	7
2.	O GOLPE E A DIVISÃO DE PODERES	10
3.	O COLAPSO DA DEMOCRACIA	12
4.	A DITADURA EM CONSTRUÇÃO	16
5.	PARA ENTENDER O GOLPE	18
6.	A OFENSIVA DO CAPITAL	25
7.	TRANSIÇÃO À DITADURA	28
8.	LULA NÃO PODE SER A NORMALIZAÇÃO	33
9.	UM ESTADO POLICIAL NASCE EM CURITIBA	35
10.	O FUTURO DA DEMOCRACIA NO BRASIL	37
11.	POSSIBILISMO NÃO É REALISMO	41
12.	DEPOIS DO ABISMO	44
13.	PENSAR TAMBÉM TEM LADO	47
14.	A PONTA DE LANÇA DA LUTA DE CLASSES	49
15.	POR UM LULISMO VIRADO À ESQUERDA	54
16.	ENTRE O FASCISMO E NÓS, SÓ HÁ NÓS	57
17.	A EMERGÊNCIA DO AUTORITARISMO PLURALISTA	59
18.	OS TRENS NÃO VÃO SAIR NO HORÁRIO	61
19.	O OLAVO DO MERCADO	63
20.	CONSPIRAÇÃO LAVA JATO	65
21.	OS ISENTÕES TOMAM A FRENTE DO GOLPE	66
22.	PUNITIVISMO, ANTIPOLÍTICA E AVANÇO DA DIREITA	69

23.	O QUE FAZER COM UMA NINHADA DE CAMUNDONGOS?	71
24.	AINDA 2013	73
25.	A ESQUERDA EM CRISE DIANTE DA CRISE	74
26.	A ANOMIA RELATIVA DO ESTADO	77
27.	A ESQUERDA QUE ABRIU MÃO DA CRÍTICA	79
28.	UM DEFUNTO SEM VELA	84
29.	DAS ELEIÇÕES DE 2020 ÀS DE 2022	87
30.	ROTA BLOQUEADA	89

## INTRODUÇÃO

Numa tirinha da *Mafalda*, Felipe lê a inscrição no pedestal de uma estátua, que descreve o homenageado como “lutador incansável” – e desdenha, afinal difícil mesmo é “estar cansado e continuar lutando”. Essa é a sensação do momento, a de uma fadiga enorme e de uma força de vontade que precisa ser ainda maior para não abandonar uma batalha em que a única vitória que se almeja é não recuar mais.

Os escritos aqui reunidos são reações à rápida deterioração da democracia e do Estado social no Brasil dos últimos anos. Quando a direita decidiu que não aceitaria a derrota nas eleições presidenciais de 2014, rompeu-se o frágil consenso sobre as “regras do jogo” que sustentava o experimento de vida constitucional inaugurado em 1988. Ao golpe desferido contra Dilma Rousseff, seguiram-se o rápido desmonte dos direitos e garantias liberais, com a escalada da repressão e interdição ao debate público, e a adoção de políticas voltadas à concentração da renda, vulnerabilização das populações mais pobres, desproteção ao trabalho e entrega do patrimônio nacional a grupos privados, em grande parte estrangeiros – tudo isso já no governo Temer.

A criminalização da esquerda culminou na prisão arbitrária do ex-presidente Lula, com o intuito evidente de impedi-lo não apenas de se candidatar, mas de participar da campanha eleitoral de 2018. Tingido de ilegitimidade já por

essa arbitrariedade, para a qual não faltou sequer a pressão explícita da cúpula militar, o pleito foi também marcado por uma agressiva campanha de desinformação. As redes de difusão de *fake news*, alimentadas por financiamento irregular de campanha, faziam dobradinha com a mídia corporativa, cujo viés estava exacerbado, e também com agentes do próprio Estado – um exemplo cristalino foi a decisão do juiz Sérgio Moro de divulgar a delação premiada do ex-ministro Antônio Palocci, logo desmascarada como falsa, poucos dias antes da votação.

Quando os candidatos preferidos pelos líderes do golpe, como Geraldo Alckmin, fracassaram, não houve hesitação – abraçaram a candidatura de um saudoso da ditadura militar, a quem notoriamente faltavam qualificações políticas, morais e intelectuais para ocupar a presidência. Estava claro que o objetivo central, vetar a presença do campo popular como interlocutor do debate público, tinha que ser alcançado a qualquer preço. Os crimes de responsabilidade se sucedem a cada dia e o boicote às medidas de contenção da pandemia está levando a milhares de mortes, mas a burguesia e a elite política tradicional preferem continuar convivendo com Bolsonaro.

Como disse a escritora espanhola Belén Gopegui, em seu belo romance *El comité de la noche*, “estão nos roubando os dias, um a um”. O romance fala de pessoas que, na Europa, tentam impedir a legalização do comércio de plasma sanguíneo – uma Europa em que, a leste

ou oeste, a decadência dos serviços públicos e a ampliação do império do mercado fragilizam a vida das pessoas. A luta das personagens do livro é para garantir limites ao desmonte do Estado de bem-estar, assim como aqui, no momento, parece que não aspiramos a mais do que reduzir os danos de tantos retrocessos. “No capitalismo” (e aqui cito outra frase do livro de Gopegui), “o dinheiro não é um meio de troca, é violência”. É essa violência que coloniza cada vez mais os diferentes espaços da vida social e é contra ela que, mesmo cansados, é preciso continuar lutando.

Os textos foram publicados em páginas da internet como *Jornal GGN*, *Justificando*, *A Terra É Redonda*, *O Blog do Demodê*, *Blog da Boitempo*; um deles saiu no jornal *Le Monde Diplomatique*. O primeiro é de 2016; o último, de 2021. Aparecem aqui praticamente sem alterações – apenas corte de uma ou outra repetição, uma breve contextualização quando necessário. Agradeço a Regina Dalcastagnè, que me ajudou a escolher e revisar os artigos.

Não costumo ser considerado otimista, mas revisitá-los me fez ver que, quase sempre, o desenrolar da história foi pior do que as piores previsões... Sinal de que será preciso muita luta e muita inteligência política para reverter o cenário em que nos encontramos. Com uma certeza nos guiando: **a democracia não é um projeto que agrade as nossas classes dominantes. Para que a reencontremos, é preciso garantir a**

**organização e a mobilização dos dominados.**

Brasília, fevereiro de 2021.

## 1. O QUE ESTAMOS PERDENDO

*Conforme o segundo mandato de Dilma avançava, ficava mais difícil ter ânimo para defendê-lo. Mas o golpe não era contra um governo que se rendera ao programa de seus adversários – era contra a democracia e o progresso social.*

12 de abril de 2016.

No debate político atual, as posições se dividem (no campo da esquerda, mas, sinceramente, a direita tem contribuído com muito pouco que mereça ser ouvido) entre aqueles que, mesmo reconhecendo os limites, louvam o que os governos do PT fizeram e aqueles que, ainda que admitindo os avanços, focam sobretudo naquilo a que os governos petistas se acomodaram ou deixaram de enfrentar. Eu mesmo sempre me inclinei mais para esta segunda posição.

A opção preferencial do PT pelo pragmatismo fez com que ele abandonasse o compromisso original com uma nova forma de fazer política e aderisse às regras do jogo tal como sempre foi jogado. Algo que é visível já na participação nas eleições, com a desidratação do discurso e a rendição ao marketing político



mais rasteiro. Se o PT dos anos 1980 e, em menor medida, dos anos 1990 apostava na campanha eleitoral como um momento de educação política, contrapondo-se às visões hegemônicas e buscando explicitar os reais interesses em conflito, depois disso ele se limitou aos mesmos truques publicitários de seus adversários e à construção da imagem de seus candidatos.

Isso foi parte do processo de transformação do PT num partido eleitoral, que passava a apostar todas as suas fichas na vitória das urnas, longe do projeto inicial de ser a voz dos movimentos populares e de construir a transformação social partindo de fora da política institucional. Como consequência quase inevitável deste passo, o partido reduziu sua democracia interna e encaminhou suas lideranças para projetos cada vez mais personalistas.

Para jogar o mesmo jogo das elites políticas tradicionais, era necessário dispor dos mesmos recursos que elas – e o PT entrou nos esquemas do financiamento privado de campanha, com os desdobramentos que agora vemos. E entrou também na lógica das alianças eleitorais movidas exclusivamente pelo horizonte da divisão dos cargos de governo, sem nenhuma convergência programática, algo que os partidos brasileiros sempre fizeram sem grande escândalo (já que havia pouca solidez programática para ser convergida), mas que no caso do PT implicou um sério rebaixamento de seu projeto.

O problema não é a repulsa moral pelos novos parceiros, uma preocupação que está aquém da política – atividade pouco apropriada para santos, até porque em geral eles terminam se mostrando de pau oco. O problema é que financiadores de campanha, partidos aliados e apoios comprados no Congresso cobram a fatura, seja diretamente, em moeda sonante (o que levou o partido a compactuar com a corrupção que sempre reinou no Estado brasileiro), seja em termos das políticas que podem ser adotadas.

A fim de convencer esse conjunto de interesses de que estava mesmo disposto a cumprir sua parte nos acordos firmados, o PT trabalhou, a partir do primeiro governo Lula, no sentido de retirar capacidade de pressão dos movimentos sociais que o apoiavam. Com isso, acalmava o capital e as elites tradicionais, neutralizando em grande medida os setores que poderiam exigir mudanças. As consequências desta opção parecem bem claras no momento atual.

Tudo isso fez com que os governos petistas fossem bem diferentes daquilo que se poderia imaginar que seria um governo Lula, caso tivesse vencido a eleição em 1989. O partido era diferente: muitas lideranças, embora nem todas, mudaram de horizontes no curso da virada pragmática e, ao mesmo tempo, agregou-se uma boa quantidade de oportunistas e pilantras, da qual o senador Delcídio do Amaral foi apenas o maior exemplo. E, sobretudo, o partido atuava num contexto diferente, aceitan-

do conscientemente limitações muito severas às suas políticas.

O impacto deste cenário foi diferente nos diversos campos de ação governamental. Algumas políticas prioritárias, como o combate à miséria ou o aumento do poder aquisitivo do salário mínimo, foram implementadas. Alguns limites nunca foram desafiados, como o pagamento da dívida interna. Em algumas áreas, como os direitos reprodutivos, o combate à homofobia e a democratização da mídia, estabeleceu-se um padrão de iniciativa governamental, ameaças dos setores conservadores e recuo. E o pior registro dos governos petistas aparece naqueles setores em que as preocupações mais progressistas encontravam pouca ressonância no próprio centro do Poder Executivo: a política ambiental serve de exemplo.

É possível dizer que os governos petistas ficaram muito aquém de uma plataforma de esquerda consequente. Venderam a ilusão da superação do conflito, que sempre foi uma das marcas do discurso conservador. Aderiram à noção de que era possível transformar o Brasil sem enfrentar as desigualdades estruturais. Julgaram que o único horizonte para a classe trabalhadora era o acesso a mais consumo e que a inclusão necessária era a inclusão no mercado. Apostaram na manutenção da institucionalidade vigente, limitando-se a adendos pontuais e periféricos na forma de conselhos e conferências. E, enfim, avaliaram mal as potencialidades desta estratégia, acreditando que a via da conciliação gera-

ria compromissos sólidos por parte dos grupos dominantes, permitindo uma mudança social que pagava o preço de ser moderada e insuficiente para ganhar a garantia de que seria inconteste e permanente.

Não é. A reação que vemos hoje, com o sério risco de triunfar em breve, é contra muito mais do que Dilma. Não é difícil perceber. Basta ouvir o discurso do relator do *impeachment*, em que os supostos crimes de responsabilidade da presidente são meros coadjuvantes. Basta ouvir a advogada do pedido, enquadrando a situação como a luta do bem contra as cobras aladas do mal. Basta ver as faixas nas manifestações – contra os direitos das mulheres, contra as cotas, contra Paulo Freire e o pensamento crítico. Basta lembrar dos líderes do MBL esquecendo do *impeachment* por um momento para fazer *lobby* contra a taxaçaõ das grandes fortunas. Basta ver o que quer o pato da Fiesp: menos direitos trabalhistas, carga tributária menos progressiva. Basta ver a plataforma eleitoral de Temer ou, ainda, ler as entrevistas do ícone de toda a oposição, Armínio Fraga, que fala candidamente que é necessário comprimir salários, expandir o desemprego, ampliar os benefícios do patronato e rifar todas as empresas públicas. Há quem diga que é uma franqueza suicida, mas não é. Fraga sabe a qual público está se dirigindo.

Seja para os fundamentalistas bíblicos, seja para os fundamentalistas do mercado, o mal a ser debelado é todo o avanço ou potencial de avanço que

tivemos nos últimos anos. São as mudanças materiais e culturais visíveis no Brasil, apesar de todos os limites. São os direitos das empregadas domésticas, é a democratização do acesso ao ensino superior, é a expansão da universidade pública, são as políticas de melhoria do atendimento universal de saúde, é a ampliação da discussão sobre gênero e sobre racismo, são as mulheres, os negros, as lésbicas, *gays* e travestis, os povos indígenas, as populações da periferia erguendo a cabeça e recusando sua posição subordinada de sempre.

O governo Dilma não se encontra ameaçado pelos erros e vacilos dela e de Lula. O que mobiliza a direita são seus acertos. Aqueles que tramam o golpe desejam é o retrocesso a jato, é avançar rapidamente na retirada de direitos dos trabalhadores e na alienação do patrimônio nacional, bloquear definitivamente qualquer progresso possível para mulheres, para a comunidade LGBT, para os negros e os indígenas, remover o pouco de bagunça que foi introduzido nas nossas hierarquias sociais. Querem fazer aqui o que Macri está fazendo na Argentina, mas como não tiveram e, tudo indica, continuam não tendo competência para chegar ao poder pelo voto, veem no golpe sua chance de ouro.

O avanço da usurpação do poder, em curso, recoloca a disputa política em patamar inferior – não apenas àquele dos governos do PT, mas de toda a época da redemocratização. Na fase áurea do que chamou de “lulismo”, André Singer julgava que estávamos construindo um novo

consenso sobre as políticas de combate à pobreza extrema, que seriam incontornáveis para qualquer partido que almejasse o poder. Infelizmente, os fatos hoje o contradizem. A direita assume um discurso radical e o que vemos é a erosão de outros consensos mínimos, antes dados como garantidos: a ideia de que o poder deve ser conquistado pelo voto, a ideia de que um país menos desigual seria melhor. Estamos perdendo um terreno duramente conquistado para o embate de projetos políticos. E mesmo que o golpe seja barrado, será uma batalha árdua reconquistar o terreno perdido.

## 2. O GOLPE E A DIVISÃO DE PODERES

*Com a derrubada de Dilma já claramente desenhada, ainda havia quem confiasse nas “instituições”. Sim, as instituições funcionam – a questão é saber a favor de quem.*

*26 de abril de 2016.*

Charles-Louis de Secondat, barão de La Brède e de Montesquieu, fez uma ponta na crise brasileira em abril do ano passado. Numa das manifestações da direita, um integralista ensandecido pregou contra a divisão de poderes (e contra o sufrágio universal), bradando: “Montesquieu, vai tomar no cu!”

O problema, imagino, é que a divisão de poderes parecia a ele um antepa-

ro de proteção da legalidade. Mas hoje, com o legislativo a serviço dos golpistas e o judiciário inerte, quando não cúmplice, cabe perguntar o que deu errado. Vale a pena revisitar, agora de forma mais respeitosa, o sábio francês.

Montesquieu é visto como o pai da separação de poderes, mas, de fato, sua visão é bem mais complexa. Para ele, o impedimento da tirania repousava antes na *sobreposição* de instituições que exerciam o poder legislativo, que ele julgava, acompanhando o pensamento de sua época, que era a sede da soberania. O parlamento bicameral e o poder de veto real garantiam que cada uma das três potências (*puissances*) da sociedade – povo, nobreza e rei – tivesse capacidade de impedir a adoção de políticas que contrariassem seus interesses. Qualquer lei, para ser adotada, precisaria da anuência de todas as três potências.

É evidente o caráter conservador do arranjo: na ausência do consenso entre rei, nobreza e povo, permanece o status quo. Como observou Louis Althusser, no belo livro que dedicou ao tema (*Montesquieu, la politique et l'histoire*), aqui, uma vez mais, o autor *d'O espírito das leis* revela sua posição favorável à aristocracia, concedendo esse poder de veto a uma classe decadente, que assim garantiria seus privilégios tanto contra o rei quanto contra o povo.

De fato, nossa divisão de poderes descende, muito mais do que de Montesquieu, da Constituição estadunidense, que inspirou também nosso

presidencialismo e nosso federalismo. A principal fundamentação doutrinária da Constituição foi feita *a posteriori*, nos escritos federalistas, produzidos para defendê-la nos plebiscitos que a ratificaram. O objetivo da separação de poderes é criar um sistema de freios e contrapesos, baseado na máxima *humeana* de que “só o poder controla o poder”. O executivo, o judiciário e as duas casas do legislativo, cada qual com seu fundamento próprio de legitimidade, deteriam recursos de poder suficientes para impedir a tirania de um deles. O motor é o interesse individual de cada um dos integrantes dos poderes; trata-se, como disse James Madison no *Federalista* nº 51, de “fazer com que a ambição se contraponha à ambição”.

A engenharia institucional da Constituição dos Estados Unidos é muito mais sofisticada do que a de Montesquieu. Mas sua sociologia é muito mais primária. Enquanto para o pensador francês nós temos forças sociais em conflito, os constituintes estadunidenses pensavam sobretudo em termos de ambições individuais.

Por isso, mais ainda do que em Montesquieu, a doutrina federalista toma como pressuposto a neutralidade do Estado. Mas, quando se leva em conta seu caráter de classe, a separação de poderes ganha outro entendimento. Ela opera, sim, cotidianamente como forma de evitar abusos e prevenir a tentação de um despotismo pessoal. Nos momentos de crise, porém, funciona como mecanismo de impedimento da mudança.

Ocorre o deslocamento do centro do poder – por exemplo, do executivo para o legislativo, deste para o judiciário e daí, por vezes, para as forças armadas. Como já observava Nicos Poulantzas, em *L'État, le pouvoir, le socialisme*:

“A unidade centralizada do Estado não reside numa pirâmide, na qual bastaria ocupar o topo a fim de assegurar seu controle. Há mais: a organização institucional do Estado permite que a burguesia transfira o papel dominante de um aparelho a outro, no caso de que a esquerda, ocupando o governo, consiga controlar o aparelho que até então desempenhava o papel dominante. Dito de outra maneira, esta organização do Estado burguês permite que ele funcione por meio de transferências e deslocamentos sucessivos, permitindo a mudança do poder da burguesia de um aparelho a outro: o Estado não é um bloco monolítico, mas um campo estratégico”.

O que chama a atenção, no caso brasileiro, é a estreitíssima margem de tolerância com que nossa classe dominante trabalha. Uma década de reformismo tímido já foi demais.

A esperança numa intervenção salvadora do Supremo Tribunal Federal é, assim, uma esperança desesperançada. O PT apostou todas as suas fichas na moderação de suas políticas redistributivas, na conciliação com os adversários e na permanência das regras do jogo. Tomou até o cuidado de garantir que seus líderes maiores ficassem intocados pela corrupção, como demonstram os

certificados de probidade que a Lava Jato vem emitindo para Lula e Dilma. Possui uma base eleitoral sólida, formada em grande medida por beneficiários das políticas compensatórias, que se exprime na presença de um forte contingente de opositores ao *impeachment* (apesar do massacre midiático que já dura anos), do rechaço generalizado às políticas de ajuste e à liderança de Lula nas pesquisas de intenção de voto.

Em larga medida, no entanto, essa base só sabe se expressar eleitoralmente. Os movimentos organizados foram, em grande parte, desmobilizados pelo próprio PT no governo, em seu afã de se revelar como o garantidor da “paz social”. É por isso que, hoje, a reação popular ao golpe ainda mostra capacidade de pressão muito inferior ao que seria necessário para começar a barrá-lo.

### 3. O COLAPSO DA DEMOCRACIA

*Em sessão vergonhosa, a Câmara dos Deputados aprovou a abertura do processo de impeachment contra Dilma – que no mês seguinte seria afastada do cargo pelo Senado. Um golpe contra a presidente, mas, sobretudo, contra a democracia.*

*6 de maio de 2016.*

A derrota de 17 de abril, na Câmara dos Deputados, foi mais do que a sentença de morte para o governo Dilma



Rousseff, o triunfo do banditismo político ou a desmoralização final da elite parlamentar brasileira. Representou o término da ilusão de que o sistema político em vigor no país pode receber o título de “democracia”.

“Democracia” é um conceito em disputa. À esquerda, costumamos exigir um regime que conceda maior autoridade efetiva às pessoas comuns, que realize de maneira mais plena o ideal normativo da igualdade política. Também entendemos que há um vínculo forte entre as condições materiais de vida e a possibilidade de ação política efetiva. E questionamos o insulamento das práticas democráticas a um espaço social restrito, observando como não há democracia efetiva se não são desafiadas as hierarquias presentes nos locais de trabalho ou na esfera doméstica. Em suma, tendemos a colocar aspas ou adjetivos na democracia (limitada, restrita, formal) que vigora na maior parte do mundo ocidental.

Para o pensamento mais conservador, tais limites são inevitáveis ou mesmo necessários. A democracia é sobretudo um procedimento de legitimação da autoridade política, por meio do voto popular. Em algumas narrativas, como a de Anthony Downs, a necessidade de obtenção da maioria eleitoral garante automaticamente que os mandatários serão fiéis cumpridores da vontade popular. Em outras, como a de Giovanni Sartori, o modelo permite que a elite política controle o governo com competência sem se independentizar do restante da so-

cidade. E em outras ainda, como a de Joseph Schumpeter, tudo não passa de um ritual desprovido de outro significado além da obtenção do consentimento dos governados e, portanto, da redução dos custos da dominação.

Mesmo nessa visão minimalista, a democracia exige isso: o consentimento dos governados por meio do voto. Podemos partir disso e querer mais ou julgar que esse procedimento esgota a possibilidade da própria democracia, mas ele está sempre presente. É isso que está sendo abandonado no Brasil. O impedimento da presidente da República, sem crime de responsabilidade claramente identificado, em afronta aberta às regras estabelecidas, marca a ruptura do entendimento de que o voto é o único meio legítimo de alcançar o poder. Foi violado um dos requisitos básicos que um autor liberal, Robert Dahl, apresentou para a democracia eleitoral, o princípio da *intercambialidade*, que, na prática, significa que nenhum grupo ou indivíduo tem poder de veto sobre a maioria gerada nas urnas.

Em suma: sob a presidência de Michel Temer, o regime político brasileiro perde o direito de ser chamado de “democrático”, mesmo na compreensão menos exigente da palavra.

O que a conjuntura brasileira ilumina é o fato de que, mesmo limitada e indigna de seus ideais normativos mais elevados, a democracia incomoda às classes dominantes. Afinal, se o consentimento da maioria se torna condição

para o exercício do poder, pode ser que o interesse dessa maioria se faça ouvir também.

Os governos do PT foram muito ciosos dos limites que esse arranjo institucional impunha. Entenderam que era necessário muito cuidado ao mexer com os privilégios dos grupos mais poderosos; na verdade, eles deveriam ser acomodados, não afrontados. Ainda assim, algum limite foi ultrapassado, talvez porque o que o PT buscou promover foi uma acomodação, isto é, suas lideranças e suas bases precisariam ser incorporadas, de alguma forma. Mas a tolerância das classes dominantes brasileiras em relação à democracia formal parece ir muito pouco além da concessão do sufrágio universal. O povo até pode votar, vá lá, mas que os tomadores de decisão levem em conta minimamente os interesses das classes populares já é motivo para escândalo. É possível identificar, então, um componente material e outro “simbólico” para a inconformidade com os governos petistas. A redução da miséria afeta uma vulnerabilidade social que é funcional para largos setores do capital. O quanto a pujança do “agronegócio”, por exemplo, não depende da oferta de mão de obra pauperizada no campo brasileiro? Uma redução continuada da miséria colocaria em risco tal situação. E já atingia as classes médias – que se tornaram a massa de manobra da direita –, privadas do trabalho doméstico a preço vil de que sempre desfrutaram no país.

O outro componente, que chamei de “simbólico”, não é, na verdade,

desprovido de materialidade. Os anos petistas foram acompanhados por uma sensação de que hierarquias seculares estavam sob ameaça. As mulheres, os gays, lésbicas e travestis, os negros, os indígenas, as periferias: grupos em posição subalterna passaram a reivindicar cada vez mais o direito de falar com sua própria voz, a questionar sua exclusão de determinados espaços, a reagir à violência estrutural que os atinge. Políticas de governo apoiaram tais movimentos, desde as cotas nas universidades até o financiamento para a produção audiovisual dos subalternos. Os privilegiados perderam a sensação de que sua superioridade social era natural, logo incontestável; e perderam também a exclusividade na ocupação de posições de prestígio.

Para eles, o risco da democracia é esse: ela abre uma brecha para que se ouçam vozes silenciadas, para que o jogo das elites seja bagunçado. E, como o direito de voto e a norma formal da igualdade política obtêm grande força normativa, reverter a democracia é tarefa custosa. O golpe político, no Brasil, foi desferido a jato. Mas sua preparação levou anos, com o trabalho de deslegitimação dos governos eleitos, levado a cabo pela mídia, pelos institutos privados destinados à disputa ideológica e pelos movimentos espontâneos *fakes* (como MBL ou Revoltados On Line) que foram financiados e treinados por fundações estadunidenses. Ainda assim, o desgaste é grande e são necessárias concessões, como mostra a recente imolação do deputado Eduardo Cunha diante da opinião pública.

Para nós, o risco é outro. A competição eleitoral, à qual se resume muitas vezes o componente democrático das sociedades liberais, funciona como uma espécie de buraco negro da disputa política, engolindo tudo o que existe à sua volta.

Nós sabemos que as condições da disputa eleitoral são adversas, dado o poder do dinheiro e da mídia e a inércia das hierarquias sociais. Sabemos, desde ao menos a obra de Pierre Bourdieu, que o campo político filtra as formas de discurso e ação, privilegiando as que se afastam daquelas próprias dos grupos dominados. Sabemos também, a partir da obra de Nicos Poulantzas, que o aparelho de Estado é programado para resistir a mudanças, deslocando o poder de veto de um de seus componentes para outro – por exemplo, do executivo para o legislativo, de uma casa do Congresso para outra, depois para o judiciário, enfim para as forças armadas – conforme necessário. Ainda assim, a cada quatro anos todas as energias e esperanças se concentram nas eleições.

A disputa eleitoral funciona, muitas vezes, como solução para reconstruir a dominação ameaçada por práticas contestatórias. A crise de legitimidade da Argentina em 2001, aquela do bordão *que se vayan todos*, deságua nas eleições de 2003. Muitos grupos envolvidos em ações políticas populares inovadoras, como *asambleas barriales* ou *cortes de ruta*, passam a privilegiar a disputa eleitoral. Elege-se um presidente reformista, Néstor Kirchner; uma dúzia de anos

depois, com a vitória de um projeto reacionário, não há mais quase nada da capacidade de resistência nas ruas que se via antes. Ou o caso da Espanha, em que a opção por transformar um movimento cidadão num partido eleitoral já mostra seus efeitos. A eleição promove a ilusão de que o conflito político se resolve num único dia e que, pelo mandato popular, se alcança algo, o “poder”, que, uma vez conquistado, permite que todos os problemas sejam solucionados.

Nunca dá certo, mas continuamos tentando. Dessa vez deu ruim, mas quem sabe da próxima... De fato, no século XVIII o velho Montesquieu já dizia que as eleições devem ser frequentes, para que o povo nunca perca a esperança de, um dia, escolher governantes que não sejam corruptos.

O sufrágio universal deslegitima simbolicamente formas mais ofensivas e eficazes de pressão das classes populares, como já anotava Albert Hirschman. E a democracia, ao se realizar em determinadas instituições, cristaliza uma forma de dominação. Com frequência, o pressuposto tácito da discussão é a ideia de que democracia e dominação são antípodas. Onde há democracia não pode haver dominação; logo, se estamos discutindo no contexto de um ordenamento político democrático, a categoria “dominação” se torna inútil. Mas qualquer institucionalidade institui seu próprio regime de dominação. Afinal, “relações democráticas ainda são relações de poder e como tal são continuamente recriadas”, como disse Barbara Cruikshank. Isto porque não



falamos de uma democracia em abstrato, mas de regimes concretos, que organizam formas de distribuição de poder, de atribuição de direitos e de regulação da intervenção política. São “tecnologias da cidadania”, que constituem e regulam comportamentos e que indicam que, como qualquer outra forma de governo, “a democracia tanto permite quanto constrange as possibilidades da ação política” – para ficar novamente com Cruikshank.

Esta institucionalidade concreta se manifesta numa sociedade também concreta, com suas assimetrias no controle de recursos. A ordem democrática não anula a efetividade da dominação que se estabelece em espaços considerados pré-políticos, como o mundo do trabalho e a esfera doméstica; pelo contrário, há uma forte tendência a que essas formas de dominação estejam espelhadas no âmbito da política. E se espelham também nos pressupostos que constroem a institucionalidade vigente.

Temer, na presidência, empossado definitivamente e com o beneplácito do Supremo Tribunal Federal, avançará o mais rápido que puder na agenda de retrocesso que se deseja impor ao país – entrega das estatais, avanço do fundamentalismo, retirada de direitos trabalhistas, criminalização do pensamento crítico, recuo da legislação ambiental, arbitrariedade escancarada da força policial, cortes nas políticas sociais, tributação regressiva. Quando chegar 2018, provavelmente teremos eleições, como previsto. Talvez até ganhe um candidato

mais à esquerda, dada a incompetência crônica da direita brasileira para produzir uma opção viável. Parecerá que a democracia está restaurada. Mas o retrocesso desses anos não será apagado. E a tutela dos poderosos sobre a vontade expressa nas urnas terá sido reafirmada com enorme clareza.

Essa é a armadilha da democracia limitada que temos. Parece que a luta política deve ser sempre canalizada para as eleições. Mas se há algo que os últimos acontecimentos deixam claro é que não há transformação possível sem investimento na *luta extra-institucional*. O Estado capitalista não é neutro, nem sua lei, nem seus aparelhos. A pressão pela mudança pode até ingressar nele, introduzindo contradições, mas só tem condições de triunfar se estiver fortemente ancorada do lado de fora.

#### 4. A DITADURA EM CONSTRUÇÃO

*Ainda como interino, Michel Temer punha em marcha o projeto da coalizão de forças que deflagrou o golpe: arrocho nos trabalhadores e nos pobres. E destruição das regras democráticas.*

*2 de maio de 2016.*

O que estamos presenciando, no Brasil, é o início de uma ditadura.

Há muita polêmica sobre o conceito de “democracia”, na teoria política. Mas há dois elementos básicos para que um regime político seja chamado de “democrático” – correntes mais exigentes julgam que são insuficientes, mas não prescindem dela. O primeiro é a autorização popular dos governantes, que se dá caracteristicamente por meio do voto. Isso foi revogado no dia 12 de maio, quando a presidente foi destituída do cargo sem base legal para tanto.

O outro elemento é a vigência da lei, acima do arbítrio dos governantes. A evidência clara de que isso também não existe mais foi a demissão do diretor-presidente da Empresa Brasileira de Comunicação, Ricardo Melo.

Não se tratou apenas da demissão de um jornalista respeitado (mesmo por quem discorda de suas opiniões progressistas) e da nomeação, em seu lugar, de alguém envolvido em escândalos de corrupção, sem trajetória profissional significativa e cujo principal item do currículo é ser homem de confiança do presidente afastado da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Tampouco se tratou apenas de destruir a primeira tentativa séria de formar um sistema público, não governamental, de comunicação no Brasil. O ponto é que, ao demitir Melo, Michel Temer simplesmente atropelou uma lei em vigor no país – a lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que criou a EBC e estabeleceu mandatos fixos para seus dirigentes, a fim exatamente de torná-los independentes do governo.

Agora, Temer diz que vai editar uma medida provisória para revogar a legislação sobre a EBC (além do mandato fixo, vai eliminar também o Conselho Curador, organismo que faz a emissora ser controlada pela sociedade civil). Mais uma vez, não se trata apenas de um paradoxo evidente – se uma MP qualquer pode abreviar o mandato previsto em lei, então o propósito da lei, gerar autonomia dos dirigentes da emissora, nunca se realiza. É o fato de que a demissão ocorreu antes da tal MP, isto é, sem sequer uma fachada de amparo legal. (Parece que o governo do usurpador não aguentaria mais alguns dias de jornalismo independente.)

Temos uma situação em que os donos do poder não se sentem constrangidos pela existência da legislação, simplesmente decidindo se e quando vão respeitá-la.

A percepção de que há uma ditadura sendo instalada é alimentada também pelas notícias, cada vez mais preocupantes, sobre o aumento do arbítrio do aparato repressivo do Estado, com prisões ou a intimidação pela polícia, por motivos políticos. Desde que a maré do golpe subiu, a violência policial com motivação política aumentou, dirigida contra estudantes, contra trabalhadoras e trabalhadores, contra professoras e professores, contra militantes de movimentos sociais.

Aumentam também as notícias de cerceamento da liberdade de expressão e manifestação, seguindo decisões dis-

cricionárias de juízes ou promotores. A proibição da discussão política em universidades e escolas e a mordada que se quer impor a estrangeiros com residência permanente – em desacordo evidente com o artigo 5º da Constituição Federal, que garante aos estrangeiros residentes no País o usufruto das mesmas liberdades dos nacionais – são claros indícios de um regime ditatorial. E isso se liga à passividade com que agentes do Estado têm contemplado agressões promovidas por grupos organizados contra os dissidentes, das quais as ações das milícias do MBL no Amazonas são apenas o exemplo mais chocante.

Unidos pela vontade comum de promover o retrocesso, os três poderes da República abrem mão do papel constitucional de supervisão mútua – com o beneplácito da mídia, o “quarto poder”, que comunga do mesmo propósito.

A ditadura em instalação convive com o Congresso aberto, mas com esforço notável para, dentro dele, silenciar as vozes dissidentes. Eleições permanecem e provavelmente permanecerão, mas com os partidos à esquerda sob cerco e condições de disputa cada vez mais desiguais. As liberdades democráticas não serão revogadas formalmente, mas terão cada vez mais dificuldade para se impor. Com a lei “antiterrorismo” já em vigor – lembrete perene dos graves limites da experiência do governo petista – e as novas regras repressoras em gestação (proibição da crítica na internet, mordada nas escolas), a criminalização dos

movimentos sociais e da esquerda pode virar política de Estado.

A resistência nas ruas é, mais do que nunca, necessária. Quanto mais passos forem dados na direção da ditadura, mais difícil será revertê-la.

## 5. PARA ENTENDER O GOLPE

*A Ciência Política brasileira via uma “democracia em consolidação”. O golpe de 2016 mostrou que seus modelos de análise eram restritos e equivocados.*

*1º de setembro de 2016.*

Não é exagero dizer que o golpe de 2016, que encerrou a experiência democrática iniciada no Brasil a partir de 1985, pegou todo mundo de surpresa. Muitos podiam reclamar dos limites da democracia brasileira, ainda insuficientemente inclusiva, com um eleitorado imaturo, atravessada por práticas patrimonialistas, sujeita a formas de manipulação da vontade coletiva – as críticas eram variadas, dependendo de onde partiam. Mas era consensual a ideia de que suas regras básicas tinham chegado para ficar, em particular o fato de que o poder político deveria ser conquistado pelo voto. Pesava também a constatação de que as forças armadas, ainda que não exatamente convertidas ao credo democrático (como demonstra sua incapacidade de fazer a autocrítica da ditadura),

pareciam pouco inclinadas a uma intervenção política mais ostensiva. Com os quartéis apaziguados, estava afastada a possibilidade de golpe, entendido classicamente como golpe militar, que seria a principal ameaça à continuidade do processo democrático.

Por isso, o triunfo do golpe de novo tipo que levou Michel Temer à presidência surpreendeu os observadores da realidade política brasileira e, em particular, aqueles da tribo à qual pertencem os cientistas políticos. Na verdade, o sentimento de surpresa, de incapacidade de encaixar os eventos num enquadramento explicativo que faça sentido, vem de antes. Começa em junho de 2013, quando as ruas das cidades brasileiras foram tomadas por manifestações que ninguém esperava, com uma adesão que ninguém esperava, que se desdobraram de maneiras que ninguém esperava. Uma leitura dos estudos que têm sido publicados sobre as “jornadas de junho” mostra que um traço comum a muitos deles é o reconhecimento expresso de seu caráter tateante e de sua impotência explanatória.

Isso ocorre porque a ciência política é vítima da crença em sua própria narrativa dominante. É uma narrativa em que o conflito social é inteiramente englobado pelas instituições. A parte do conflito que não se expressa por via institucional é tratada como residual e como demonstração de um amadurecimento ainda insuficiente do nosso sistema político – com o *ainda* indicando o subtexto teleológico presente nessas formula-

ções. É uma narrativa que se estabelece como dominante a partir da nossa “transitologia”, isto é, o corpo de estudos que descreve e analisa o processo de transição política da ditadura militar para a democracia. Com as honrosas exceções de praxe, a transitologia é marcada por três características:

(a) A narrativa sobre o fim da ditadura privilegia as negociações e transformações dentro das instituições do próprio regime militar, ao ponto de quase invisibilizar o que ocorria do lado de fora.

(b) O progresso da redemocratização é medido exclusivamente pela construção da nova institucionalidade, que adere ao figurino democrático-liberal vigente nos países avançados do Ocidente.

(c) Um forte componente teleológico: essa institucionalidade liberal-democrática é o ponto de chegada fixo e definido desde sempre para a transição.

Nós chegamos, de fato, a uma crença quase absoluta na capacidade autopoietica das instituições políticas, da qual, a meu ver, o exemplo mais perfeito é o uso do conceito de “presidencialismo de coalizão”, que se tornou a chave explicativa dominante para a compreensão do funcionamento de nosso sistema político. Não nego a utilidade do conceito – e ele ganhou tal proeminência exatamente por sua capacidade de iluminar aspectos da realidade. Mas ele vai ser muitas vezes mobilizado para transmitir a ideia de que o sistema político brasileiro pós-redemocratização, a despeito de seus defeitos evidentes, é capaz de sempre

alcançar um equilíbrio. E esse equilíbrio é explicado exclusivamente por acertos entre partidos, legislativo e executivo.

Esse mesmo entendimento é acionado para avaliar a trajetória do Partido dos Trabalhadores, que, aos poucos, se tornou um partido exclusivamente eleitoral e se distanciou dos movimentos populares que lhe deram origem – ou, melhor, deixou de se ver como porta-voz desses movimentos e instrumentalizou-os a partir da lógica eleitoral que passou a ser dominante. Em vez de um tipo de empobrecimento do projeto original do partido, essa *démarche* é lida como um processo natural de “amadurecimento”.

Aplauda-se, enfim, o fato de que as opções colocadas à disposição dos eleitores se tornam menos extremas, mais parecidas entre si. O centrismo crescente da disputa política, que segue a lógica da competição eleitoral, não é avaliado como uma redução do cardápio de alternativas colocado à disposição dos eleitores, mas como um passo na direção da desdramatização da política. Caminharíamos, enfim, para a democracia morna idealizada por tantos, em que a vitória de uns ou de outros deixa de ser uma questão de “vida ou morte” e passa a ser um aspecto menor do funcionamento permanente de instituições estáveis. De maneira um pouco mais profunda, firma-se a ideia de que estaríamos produzindo um consenso no Brasil, capaz de abarcar todas as forças políticas relevantes. Este consenso incluiria a democracia eleitoral, com o figurino completo de direitos liberais, Estado de direi-

to e separação de poderes; a economia capitalista; as políticas de inclusão social e o combate à pobreza extrema. Nestas águas nos moveríamos, até onde a vista era capaz de alcançar, numa espécie de pacto social-democrata adaptado para uma sociedade com expectativas igualitárias sumamente baixas.

Chegando ao poder em 2003, Lula inicia sua “mágica” de conciliação de interesses. Não vou discutir aqui o lulismo. Só quero destacar que o lulismo promoveu uma inclusão social acelerada e real, ainda que tímida. Não existe maximalismo que autorize negar o impacto da ampliação da oferta de emprego, do aumento real do salário mínimo e de projetos como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e Luz para Todos. Mas isso foi feito sem mexer minimamente com o funcionamento do sistema político enquanto tal. Uma leitura corrente é que seu impacto “político” principal estaria no realinhamento das bases eleitorais do PT (logo, por consequência, também de seus adversários) – e essas novas bases permaneceriam na postura de passividade, expressando-se apenas pelo voto, que é a parte que lhes cabe nesse latifúndio.

Alguém pode dizer que a descrição que estou fazendo da atuação dos governos petistas é limitada ou mesmo injusta. De fato, às margens do sistema político cujo funcionamento permaneceu intocado, aí sim, eles incrementaram mecanismos de participação social, com a miríade de conferências, de conselhos etc., que brotaram dos braços do Estado



ao longo dos anos de Lula e Dilma no poder. Mais uma vez, não se trata de minimizar a importância destas experiências, que podem ser entendidas como uma forma de ampliar a institucionalidade política e abrir espaços de interlocução com organizações da sociedade civil que, de outra maneira, dificilmente teriam condições de se fazer ouvir. Mas estes novos espaços continuam em posição subalterna diante da política “de gente grande”, que é a negociação entre o executivo e o legislativo (e, claro, as pressões diretas do capital). Fazendo um símile talvez um pouco ousado, é como se fosse uma adaptação da estratégia leninista do duplo poder, com a peculiaridade de que, nessa adaptação, o novo poder abre mão de qualquer expectativa de desafiar o poder anterior.

Esse era o quadro: os governos do PT promoviam a inclusão social que podiam, sem afrontar os interesses dominantes, contando com angariar a simpatia (logo, o apoio eleitoral) dos beneficiados. Controlando o poder executivo federal, usavam os instrumentos de que dispunham para garantir o apoio necessário no legislativo. Precisavam lidar com a má vontade de parte das elites tradicionais, que se sentiam incomodadas por ver os neófitos ocupando posições que julgavam suas por direito divino, e em particular com a má vontade da mídia. Mas nada que desestabilizasse o jogo que estava sendo jogado. Mesmo o cerco da mídia: seus limites foram testados na crise do mensalão, durante o primeiro mandato de Lula, e ficou demonstrado que a intenção principal era gerar

um desgaste que depois se manifestasse nas urnas.

Assim, junho de 2013 aparece como um raio em céu azul. E isso tanto por quem leu o momento como um risco à nossa consolidação democrática quanto por quem, à esquerda, viu ali o ponto de partida para uma revolução popular da qual já se desesperançava. Há muito ainda que se estudar para entender essas manifestações, que acredito terem sido um ponto de viragem crucial na política brasileira recente. Desejo destacar apenas alguns poucos aspectos:

(a) O foco inicial no transporte público, que depois se expandiu para outros serviços públicos, como educação e saúde, demonstrou os limites das políticas implementadas pelos governos petistas, cuja leitura da inclusão social privilegiava o acesso ao consumo.

(b) Os protestos tomaram uma dimensão que superaram em muito a capacidade de liderança de seus organizadores, permitindo a diluição de sua pauta, algo que é sempre lembrado. Mas chamo a atenção para o fato de que, com isso, foi aberta uma oportunidade para a expressão do ressentimento das classes médias com a ascensão dos mais pobres, ressentimento que é recorrente na história política brasileira. Ele tem por base interesses tanto materiais, uma vez que essas classes médias se beneficiam com a oferta de uma mão de obra que trabalha a preço vil (nos empregos domésticos e serviços pessoais), quanto simbólicos, de manutenção das hierar-

quias sociais. E se expressa na narrativa de *decadência moral*, centrada na corrupção, voltada para medidas punitivas e hoje focada no PT – narrativa que sustentaria em seguida o apoio destes mesmos setores ao golpe.

(c) Foi reafirmado o poder dos meios de comunicação de massa, que foram capazes de ressignificar os protestos, de separar o joio (da “violência radical”) do trigo (da “cidadania ativa”), de legitimar a repressão policial quando ela ocorreu e, enfim, de promover a adesão de muitos grupos alheios à sua deflagração inicial. Embora as redes sociais tenham sido ferramentas importantes na construção das mobilizações, o peso predominante da mídia tradicional na construção dos sentidos foi indiscutível.

Nada disso cabia nos modelos que interpretavam a realidade política brasileira. Nem mesmo naqueles que informavam os agentes políticos tradicionais. Seja no governo, seja na oposição, eles reagiram aos protestos dentro da lógica da política convencional, numa demonstração patética de sua incapacidade de dialogar com aquilo que as ruas estavam (de uma maneira caótica, contraditória, desordenada, incerta) dizendo. Tratava-se de minimizar danos, com promessas vagas e sempre de uma maneira que recolocava os cidadãos comuns numa posição de passividade e reatividade, no caso de Dilma e do PT. Ou de faturar eleitoralmente, no caso da oposição à direita, expressão na qual incluiu tanto o PSDB quanto Marina Silva. Nesse caso, o protesto seria o indício de uma insa-

tisfação com o governo petista, cuja expressão final deveria ocorrer nas urnas de 2014.

À esquerda do governo, a perplexidade não era menor e, à parte algumas fórmulas retóricas de expressão de entusiasmo pelo novo “protagonismo das massas”, pouco foi elaborado, pelo menos pouco que pudesse servir para orientar uma estratégia política. Creio que, ao menos em parte, isso se deve à absoluta centralidade que o PT mantém nesse campo (a esquerda), tão grande que mesmo aqueles que se descolaram de seu projeto político se mantêm como quem basicamente apresenta *reações* às posições do petismo.

A despeito da eventual saudação pública às “ruas”, todos – inclusive os cientistas políticos – se sentiram aliviados ao pensar que aquilo passou. Com as eleições de 2014, a política voltava ao “normal”. Os protestos de junho do ano anterior eram imagens a ser eventualmente utilizadas na propaganda da televisão ou a demonstração de um certo espírito reinante, vago o suficiente para ser evocado, com diferentes sentidos, por diferentes candidatos.

Mas a política não voltou ao “normal”. A normalidade implicava o modelo de que era a eleição que definia quem havia vencido a disputa política naquele momento. Em seguida, o detentor do Poder Executivo usava os recursos que controlava para acomodar os interesses presentes no Poder Legislativo. O núcleo duro dos derrotados fazia a oposi-

ção mais estridente possível, tentando desgastar o governo para ampliar suas chances na eleição seguinte. Era assim que devia ser.

Só que, desta vez, não deu certo.

Por quê? Talvez o PSDB e os interesses que o circundam tenham ficado alvoroçados com a quarta derrota consecutiva, desencantados com o modelo de alternância no poder pela via do voto – e aí não resistiram à tentação gerada pela confluência de forças anti-Dilma nas ruas, no aparelho repressivo de Estado e na mídia. Podemos acrescentar aí pitadas da política anedótica, como a vingança de Eduardo Cunha ou a mosca azul picando Michel Temer.

Mas mesmo que fiquemos nisso, já está claro que a disputa política não se limita à sua expressão dentro das instituições. Estamos percebendo, em primeiro lugar, que a democracia eleitoral não é “the only game in town”, a única opção de ação política, como quer nosso receituário.

Isso nos leva a três constatações, que apresento aqui como conclusões:

(1) Para entender a dinâmica do conflito político é necessário levar em conta as forças sociais e os interesses que não se expressam nos canais institucionalizados. Alguns não têm força suficiente para serem ouvidos por meio deles. Outros têm força demais para aceitar serem contidos por eles.

Não é possível ignorar o peso da frustração de amplos setores populares, para os quais o modelo lulista se mostrava insuficiente, o que foi expresso em junho de 2013. E temos aí, também, a presença de novos movimentos de mulheres, de periferias, da população negra, da comunidade LGBT, cuja interface com a política institucional é muitíssimo débil. São movimentos que utilizam as novas tecnologias da informação, mas que estão longe de ser meramente “virtuais”, que contam com uma espécie de “capilaridade desorganizada”, para não dizer caótica, e uma energia que, pelo menos do ponto de vista da avaliação política mais tradicional, gera muita ação e pouco resultado. Entender o que são esses movimentos, entender como eles podem se articular numa ação transformadora, é a meu ver um desafio central para a esquerda brasileira.

Do outro lado está, em primeiro lugar, o capital. Sua relação com o poder político nunca é contida inteiramente pelas regras da institucionalidade vigente. Não custa lembrar que a corrupção não é um mero “desvio”: é um dos meios, entre muitos outros (*lobby*, financiamento de campanha, desinvestimento real ou ameaça de desinvestimento etc.), pelos quais o capital faz valer seus interesses. O agravamento das tensões políticas revelou que, para nossas classes dominantes, os pequenos avanços dos governos do PT já pareceram excessivos. Talvez devamos voltar à teoria da dependência, na versão de Ruy Mauro Marini: no capitalismo periférico, é imposto um padrão de superexploração, em que a for-



ça de trabalho deve ser vendida abaixo do valor da sua reposição. Não vou entrar nessa polêmica, mas é evidente que é nessa direção que o governo Temer aponta: ampliação do desemprego e da vulnerabilidade social, recuo no valor de compra dos salários, redução das garantias legais ao trabalho, retração do gasto social fazendo com que os trabalhadores devolvam crescente parte da riqueza ao capital na compra de serviços que antes o Estado financiava via tributação. Se esse programa não vai ser aprovado nas urnas, e parece que não vai mesmo, é preciso ter outros meios que contribuam para implementá-lo.

Em suma: se queremos entender a política e o funcionamento das instituições para além da marola do noticiário, é preciso levar em conta, centralmente, a relação do Estado com as classes dominantes. Os modelos de interpretação em vigor na ciência política aderem à ficção de uma institucionalidade jurídico-política liberada do conflito de classe, mas crises como a que estamos vivendo revelam os limites dessa abordagem.

(2) Em segundo lugar, e até como derivação do primeiro ponto, é importante levar em conta o controle da informação.

As narrativas da história política do Brasil tendem a ignorar a mídia ou, no máximo, conceder a ela um papel absolutamente secundário. No entanto, da Revolução de 1930 ao golpe de 2016, passando (entre outros momentos) pela crise de 1954 e pelo golpe de 1964, o

papel dos meios de comunicação esteve muito longe de ser negligenciável. E os modelos da ciência política também os negligenciam – em contraste com a preocupação obsessiva que os próprios agentes políticos têm com sua própria visibilidade pública.

Mesmo o subcampo dos estudos sobre mídia e política precisa se renovar para entender o momento atual. Quando ele ganhou fôlego no Brasil, a partir das eleições presidenciais de 1989, os jornais e sobretudo as emissoras de televisão eram vistas como imbatíveis fazedores de reis. A vitória de Lula em 2002 ainda podia ser acomodada nessa crença, uma vez que naquela eleição os grandes veículos, capitaneados pela Rede Globo, fizeram seu experimento de “imparcialidade” ostensiva e extraíram do PT provas de que estava suficientemente domesticado para chegar ao poder. Em 2006, 2010 e 2014, porém, o grosso da mídia se colocou sem disfarces contra os candidatos petistas – e perdeu. Essas derrotas provaram os limites de sua influência e foram, devo confessar, um balde de água fria nas pesquisas da área. De repente, nosso objeto não dispunha mais dos superpoderes que atribuíamos a ele. Mas poder limitado não quer dizer inexistente. Em 2013 e em 2015-2016, outras formas do impacto político da mídia ficaram patentes.

A despeito da importância que as novas tecnologias de informação e comunicação têm, na formação de redes e na disseminação de enquadramentos alternativos da realidade, seu papel

ainda é, em grande medida, de *reação* à agenda e à leitura do mundo social que a mídia tradicional põe em marcha. Isso tem implicações tanto do ponto de vista da análise quanto da ação política: o controle da informação por um punhado de grupos privados permanece sendo um dos principais gargalos para a democracia no Brasil. Se conseguirmos restaurar os procedimentos democráticos mínimos e quisermos avançar um pouco a partir deles, essa é uma questão que não pode ser ignorada.

(3) A terceira conclusão, por fim, é algo que tenho dito muitas vezes nesses últimos tempos: as instituições são simultaneamente *resultados* da disputa política, *arenas* da disputa política e *partícipes* da luta política. Não podemos ver o mundo da política como se elas fossem as balizas fixas da disputa de projetos e interesses, alheias a essa disputa. Nosso sistema de freios e controles não preveniu o golpe; pelo contrário, foi acionado de maneira a alavancá-lo. E mostrou a que interesses é capaz de servir, uma vez que é acionado. De fato, temos uma institucionalidade que é desigualmente porosa, isto é, sensível a alguns interesses, quase impermeável a outros. Não levar isso em conta é abolir do nosso horizonte algo absolutamente central para entender a política como disputa de interesses, vinculada aos grupos sociais que buscam reforçar ou contestar os mecanismos de dominação que atravessam a sociedade.

A reflexão sobre o golpe de 2016 impõe a adoção de uma moldura teóri-

ca capaz de abranger o conflito social de maneira mais ampla, para além de sua expressão nas instituições vigentes.

## 6. A OFENSIVA DO CAPITAL

*A emenda constitucional que congelou os gastos públicos escancarou que a contraface do discurso da “responsabilidade fiscal” é o desinteresse absoluto pelas políticas sociais.*

14 de outubro de 2016.

Uma crítica comum aos governos do Partido dos Trabalhadores, feita por setores à esquerda, é que eles teriam apostado na conciliação de classes. Os trabalhadores e os mais pobres teriam vantagens, mas sem que fosse colocada em risco a remuneração do capital e a reprodução do sistema. Combate à miséria extrema, um tanto de segurança social, um tiquinho de redistribuição, ampliação do padrão de consumo – esses eram os ganhos. Em troca, os lucros dos bancos e das grandes empresas permaneciam intocados e o PT, na posição de organização líder da esquerda brasileira, abandonava qualquer projeto de enfrentamento mais radical da ordem capitalista.

O golpe de maio/agosto de 2016 mostrou que esse projeto de conciliação foi rompido unilateralmente pela burguesia. Entre as muitas medidas que

revelam o programa que o governo ilegítimo de Michel Temer deseja implantar, a PEC 241 é a mais cristalina. A PEC é a tentativa de engessar as políticas do Estado brasileiro por vinte anos, isto é, por cinco mandatos presidenciais – feita por um presidente que não conquistou nenhum mandato.

Há muito o que discutir na PEC, mas o principal talvez seja a falta de discussão. É uma proposta com enorme impacto na vida do país, mas foi simplesmente tirada de uma gaveta: não houve debate com a sociedade e não há debate no Congresso, em que a os parlamentares da situação, instruídos pelo governo Temer, estão apenas cumprindo o ritual, da maneira mais acelerada possível.

O que existe, isso sim, é uma enorme campanha de desinformação, com o objetivo exatamente de impedir a reflexão sobre a emenda constitucional. Participam da campanha o governo, os diversos grupos à direita que o apoiam e, com destaque, os meios de comunicação empresarial, por meio de editoriais, da maior parte das colunas de opinião e, em especial, da cobertura jornalística seletiva.

Para as franjas mais destituídas de instrumental crítico, difundem-se – por meios informais – noções fantasiosas, como a de que o objetivo da PEC é impedir que os políticos aumentem seus próprios salários. Sempre é possível também usar a carta do anticomunismo, o que o governo faz com sua ambígua campanha publicitária sobre “tirar o país do verme-

lho”. A PEC é expressamente apresentada como uma arma contra o comunismo em textos inacreditáveis divulgados por movimentos de extrema-direita, como o MBL.

Para os setores um pouco mais informados, a estratégia é outra e se desdobra em duas faces. Por um lado, a PEC é apresentada como um imperativo técnico para “equilibrar” as contas públicas. É o argumento preferido da imprensa. Por outro, há um esforço significativo para escamotear os efeitos da PEC no financiamento de serviços públicos como educação e saúde. O discurso oficial é que não haverá perda, apenas “racionalização”. Com a truculência que se tornou marca do novo governo, funcionários públicos que ousam mostrar dados diversos são afastados. No entanto, todos os economistas sérios, independentemente de posição política, têm apontado que a PEC gerará uma imensa crise no financiamento da saúde e da educação, além do achatamento do poder de compra do salário mínimo.

Há um projeto por trás disso, que, no entanto, não é trazido para o debate. Quando, num vídeo que ficou famoso nos últimos dias, o deputado Nelson Marquezelli se exaltou e soltou a frase “quem não tem dinheiro não faz universidade”, ele indicou a visão de que não cabe ao Estado fornecer nenhum tipo de serviço, de que cada um deve comprá-los no mercado de acordo com os recursos de que dispõe. É o “Estado mínimo”, que grupos da direita tanto exaltam.

Trata-se do programa do liberalismo extremado, assumido pelos grupos mais intelectualizados da direita, aqueles que carregam cartazes pedindo “mais Mises”, filiam-se ao novo partido do Itaú ou frequentam os cursinhos patrocinados pela Atlas Foundation. Esse seria o momento para eles travarem o debate em favor de sua visão de mundo. No entanto, preferem se esconder por trás do muro de desinformação. Eles sabem que – em qualquer lugar, mas sobretudo num país como o Brasil – a tese do Estado mínimo chega a ser obscena.

A contraface desse programa é o familismo, não por acaso também um dos pilares do governo golpista. Quanto mais o Estado deixa de oferecer suporte, mais é responsabilidade das famílias garantir proteção, segurança e condições de desenvolvimento para seus integrantes. Daí para a denúncia da dissolução da família tradicional como culpada pela crise social, como no discurso da direita estadunidense, é um passo.

Além do Estado mínimo, que se retira do fornecimento de serviços públicos, a PEC aponta para um regime tributário cada vez mais regressivo. Já temos, no Brasil, um sistema de taxaçoão que penaliza o trabalho e o consumo e beneficia os ganhos de capital. Ao congelar o investimento social, mas reafirmar o caráter sacrossanto da dívida pública, a PEC projeta um país em que todos pagam impostos, com pouquíssimo retorno em serviços públicos, para que alguns poucos ganhem com o rentismo. É uma

política tributária que leva à concentração da renda e da riqueza.

A resistência à PEC depende de difundir informação e de politizar a discussão. Há um enorme atraso no debate, que precisa ser vencido. Isto é, é necessário desconstruir uma quantidade de percepções que vêm sendo marteladas há décadas e que impedem uma abordagem adequada das questões tocadas pela PEC 241.

É necessário desvelar e denunciar a lógica do financiamento do Estado brasileiro, uma das mais atrasadas do mundo. É necessário deixar claro que estamos longe de uma questão técnica, mas sim diante da decisão sobre a quem o Estado irá servir. É necessário desmontar a ideia de que se paga imposto demais no Brasil. É necessário indicar a cumplicidade histórica do Estado brasileiro com a sonegação. É necessário mostrar que há uma disputa e que, de acordo com a PEC, os pobres e os trabalhadores perdem para que os ricos ganhem. É necessário esclarecer o que é o orçamento da União e onde o dinheiro é gasto, revelando a parte que cabe à remuneração da dívida pública, isto é, à renda dos especuladores. É necessário desfazer o símile fácil e enganoso que iguala orçamento público e orçamento doméstico, para criticar os “gastões”. É necessário desconstruir o discurso que exalta a responsabilidade fiscal às custas da irresponsabilidade social.

A vitória da PEC representará o triunfo do programa regressivo e antipo-

pular do golpe, com um legado de atraso que, mesmo depois dos vinte anos malditos, o país demorará décadas para recuperar.

## 7. TRANSIÇÃO À DITADURA

*A Ciência Política estudou muito a “transição democrática”. No Brasil, é hora de analisar a “transição à ditadura” que se desenrola diante de nossos olhos.*

*28 de outubro de 2016.*

Entrei na universidade no mesmo mês em que um civil voltou à presidência da República no Brasil. Depois de mais de vinte anos de regime autoritário, estávamos frente à possibilidade de reconstruir um governo baseado na soberania popular. Esta conjuntura impactou o ambiente em que eu estava entrando; em toda a minha formação acadêmica, da graduação ao doutorado, um tema central de debate, se não o tema central do debate, foi a transição à democracia. Pois na quadra atual da vida brasileira, uma nova agenda de pesquisa se abre: a transição à ditadura.

A palavra “ditadura” pode parecer excessiva, mas é exatamente disto que se trata. Sem discutir extensamente o conceito, é possível afirmar que “ditadura” remete a dois sentidos principais, aliás interligados. Por um lado, como oposto de democracia, indica um gover-

no que não tem autorização popular. Por outro, em contraste com o império da lei, sinaliza um regime em que o poder não é limitado por direitos dos cidadãos e em que a igualdade jurídica é abertamente desrespeitada. O Brasil após o golpe de 2016 caminha nas duas direções.

A destituição da presidente Dilma Rousseff, sem respaldo na Constituição, representou um golpe de novo tipo, desferido no parlamento, com apoio fundamental do aparato repressivo do Estado, da mídia empresarial e do grande capital em geral. Foi um golpe sem tanques, sem tropas nas ruas, sem líderes fardados. Mas foi um *golpe*, ainda assim, uma vez que representou o processo pelo qual setores do aparelho de Estado trocaram os governantes por decisão unilateral, modificando as regras do jogo em benefício próprio.

Assim como sofremos um golpe de novo tipo, estamos vivendo o início de uma ditadura de novo tipo. Alguns talvez prefiram o termo “semidemocracia”, mas eu não acredito nesse eufemismo. O regime eleitoral já é uma “semidemocracia”, uma vez que a soberania popular é muito tênue, muito limitada. Estaríamos entrando, então, numa “semi-democracia”. “**Ditadura**” é mais direto, corresponde ao núcleo essencial do sentido da palavra e tem a grande vantagem de sinalizar claramente a direção que tomamos: **concentração do poder, diminuição da sensibilidade às demandas populares, retração de direitos e ampliação da coerção estatal.**



Essa ditadura não será o regime de um ditador pessoal, até porque nenhum dos possíveis candidatos ao posto tem força suficiente para alcançá-lo. Não será uma ditadura das forças armadas, ainda que sua participação na repressão tenda a crescer. Provavelmente, muitos dos rituais do Estado de direito e da democracia eleitoral serão mantidos, mas cada vez mais esvaziados de sentido.

Ou seja: *a transição que vivemos é de uma democracia insuficiente para uma ditadura velada*. As debilidades do arranjo democrático anterior, que era demasiado vulnerável à influência desproporcional de grupos privilegiados, não serão desafiadas, muito pelo contrário. Ao mesmo tempo, alguns procedimentos até agora vigentes estão sendo cortados, seletivamente, de maneira que mesmo o arranjo formal da democracia liberal vai sendo desfigurado.

A Constituição não foi revogada, mas opera de maneira deturpada e irregular. O caso mais emblemático certamente é a decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no dia 22 de setembro, concedendo ao juiz Sérgio Moro poderes de exceção. O tribunal alegou que as características excepcionais das questões nas quais está envolvido Moro tornam facultativo, para ele, o respeito às regras processuais vigentes. É a própria definição de exceção. Na prática, as garantias constitucionais ficaram suspensas para qualquer um que seja alvo do juiz curitibano. Em suma, lei e Constituição vigoram – ou não – dependendo das circunstâncias e da interpre-

tação que alguns, dotados desse poder, delas fazem.

Duas semanas depois, no dia 5 de outubro, o Supremo Tribunal Federal decidiu permitir o encarceramento de réus sem que os recursos tenham sido esgotados, anulando o princípio constitucional da presunção de inocência. Vendida como medida para impedir a impunidade dos poderosos, amplia o poder discricionário de um Judiciário que é notoriamente enviesado em suas decisões. Apenas como ilustração, a Defensoria Pública do Rio de Janeiro afirmou em nota que mais de 40% de seus recursos ao STJ têm efeito positivo. É, portanto, um contingente muito expressivo de pessoas que começariam a cumprir penas depois consideradas injustas.

No mesmo dia, o STF ratificou e normatizou decisão anterior, permitindo que a polícia invada domicílios sem mandado judicial. Isso se vincula ao aumento generalizado da truculência policial, contra manifestantes, contra estudantes, contra trabalhadores. É algo que vem desde o final do governo Dilma, estimulado pelo clima político de avanço da reação – e também, é necessário ser dito, pela legislação que o próprio governo Dilma aprovou.

Cumprir assinalar também a volta da tortura a prisioneiros, com motivação política. O encarceramento por tempo indefinido, com o objetivo expresso de “quebrar a resistência” de suspeitos (pois nem réus são) e levá-los à delação, tornou-se rotina no Brasil e é uma forma

de abuso de poder, de constrangimento ilegal e, enfim, de tortura. (E antes de que alguém lembre que a tortura a presos comuns nunca se extinguiu no Brasil, cabe ponderar que a extensão da prática em nada melhora a situação dos presos comuns; ao contrário, pode piorá-la.)

Fica claro que o poder judiciário não está cumprindo o papel de garantidor das regras, o que já fora demonstrado durante o processo de *impeachment* ilegal. Como sabemos, parte do judiciário foi partícipe ativa do golpe, parte foi cúmplice silenciosa, mas não se encontra ninguém, nas cortes superiores, que tenha se levantado em defesa da democracia brasileira.

Continuamos a ter eleições. No entanto, as condições da disputa, que sempre foram desiguais, dado o controle dos recursos materiais e dos meios de comunicação de massa, estão ainda mais assimétricas, com a campanha incessante de criminalização do Partido dos Trabalhadores e de todo o lado esquerdo do espectro político. Para as eleições presidenciais de 2018, a grande questão que se coloca à esquerda é se o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva terá condições legais de concorrer. Em relação a seus potenciais concorrentes à direita, todos atingidos por denúncias de corrupção mais graves e com evidências mais sólidas do que aquelas apontadas contra Lula, tal preocupação não existe. E a delegação de poder por via eleitoral foi desmoralizada com a destituição da presidente legítima. Caminhamos para uma situação de disputa eleitoral quase

ritualística, com cerceamento das opções colocadas à disposição do eleitorado e tutela dos eleitos.

Essa criminalização do PT e da esquerda em geral é alimentada pelos meios de comunicação empresariais e pelos poderes de Estado, com destaque agora para a campanha do governo Temer sobre “tirar o país do vermelho”. A agressividade crescente dos militantes da direita, produzida de forma deliberada, tenta emparedar as posições à esquerda, progressistas e democráticas, ao mesmo tempo em que a cassação de registros partidários se torna uma possibilidade mais palpável.

O cerco ao ex-presidente Lula, em que uma parte importante do aparelho repressivo do Estado vem sendo mobilizada com o intuito de conseguir provas de uma culpa determinada de antemão, é outro sintoma claro de que deslizamos para um estado de exceção. Quando vigora o império da lei, a investigação sucede à descoberta de evidências que sustentem suspeitas. Se, ao contrário, decide-se promover uma devassa na vida de alguém na esperança de encontrar algo incriminatório, estando depois os juízes “condenados a condenar”, como disse o próprio Lula, não temos mais a igualdade legal. O sistema judiciário funciona na sua aparência, mas perdemos a possibilidade de evocar os valores que deveriam presidi-lo a fim de garantir a vigência das liberdades.

Em suma, a ditadura se expressa no alinhamento dos três poderes em

torno de um projeto claro de retração de direitos individuais e sociais, a ser implantado sem que se busque sequer a anuência formal da maioria da população, por meio das eleições.

O sintoma mais claro da ditadura que se implanta é a paulatina redução da possibilidade do dissenso. Ela vem aos poucos, mas continuamente. Dentro do Estado, do Itamaraty ao IPEA, não há praticamente espaço em que a caça às bruxas não seja pelo menos insinuada. Vista como foco potencial de divergências, a pesquisa universitária está sendo estrangulada. Decisões judiciais coibindo críticas – em primeiro lugar ao próprio Judiciário e seus agentes, mas não só – tornaram-se cada vez mais costumeiras. Juízes e procuradores, embalados pela onda da campanha mistificadora do Escola Sem Partido, intimidam professores e estudantes que queiram debater em escolas e universidades. O MEC se junta à campanha, exigindo, como fez na semana passada, que estudantes mobilizados sejam denunciados pelas administrações universitárias. É todo um processo de normalização do silenciamento da divergência que está em curso.

O avanço da censura está ligado à imposição da narrativa única pelos oligopólios da comunicação, parceiros de primeira hora da ditadura em implantação. Isso se dá em várias frentes. Há o estrangulamento econômico dos meios de comunicação independentes, uma política buscada deliberadamente pelo governo Temer – que, ao mesmo tempo, ampliou de forma significativa a remuneração oferecida aos grupos da mídia empresarial.

Enquanto isso, medidas que impactam seriamente a vida nacional, mudando a lei e a Constituição, são levadas adiante sem qualquer tipo de debate – seja com a sociedade, seja dentro do próprio Congresso Nacional. É um governo que impõe sua vontade, escorado na cumplicidade dos meios de comunicação e no apoio fisiológico da maior parte dos parlamentares. Com isso, não há sequer uma pantomima para fingir que ocorre discussão no Congresso; os projetos tramitam com velocidade recorde, atropelando todos os prazos. Por vezes, praticamente só a oposição discursiva – os governistas querem simplesmente cumprir o ritual, o mais rápido que possam. Não há espaço para negociação, nem necessidade de justificação pública aprofundada.

São muitos os exemplos, mas cito apenas três. *A reforma do ensino médio*, apresentada sem discussão com pedagogos, professores ou estudantes, por meio de medida provisória. Sem discutir os méritos da reforma ou mesmo o fato de que ela foi justificada com a apresentação de dados falsificados do ENEM, trata-se de uma medida com profundas e complexas implicações, que não poderia prescindir de amplo debate.

O segundo exemplo é a *entrega do pré-sal a empresas estrangeiras*, rompendo o consenso sobre a exploração do petróleo brasileiro, construído ao longo de décadas. Por fim, a *proposta de emenda*



*constitucional nº 241, que congela o investimento social por vinte anos.* Num caso como no outro, são decisões de enorme gravidade, na contramão da vontade popular sistematicamente expressa nas eleições – jamais, na história brasileira, o entreguismo ou a ideia de redução do investimento social foram capazes de ganhar eleições competitivas. Quando chegaram ao governo, foi em períodos de exceção ou por meio de manipulação e ocultamento na campanha eleitoral.

Seja no caso da entrega do pré-sal, seja no caso da PEC de estrangulamento do investimento público, o debate foi próximo do zero. Com os diferentes grupos da sociedade civil, não se travou nenhum tipo de discussão. Com a opinião pública, o debate foi trocado por uma ofensiva de desinformação, que culminou na equívoca campanha publicitária governamental já citada, a do “tirar o país do vermelho”. No Congresso, a base governista sequer tentou fingir que não estava apenas cumprindo o ritual da aprovação parlamentar. Não houve qualquer engajamento em discussões com a oposição.

O fim do monopólio sobre a exploração do pré-sal e a PEC 241 indicam, não por acaso, o programa da ditadura em implantação. A conciliação de classes que os governos do PT tentavam implementar foi rompida unilateralmente pela burguesia. Afinal, são necessários dois para conciliar – adaptando o dito popular, quando um não quer, dois não conciliam. Trata-se, então, de reverter quaisquer vantagens que as classes tra-

balhadoras e outros grupos subalternos tenham obtido.

*Um elemento importante é o caráter misógino do retrocesso.* O golpe retirou da presidência uma mulher, e o fato de que era uma mulher não foi irrelevante. Nós vimos as faixas ofensivas à presidente Dilma Rousseff nas manifestações pelo *impeachment*. Nós vimos os adesivos pornográficos nos automóveis. Nós vimos as reportagens na imprensa que serviu ao golpe, requeitando estereótipos sexistas contra a presidente da República. Nós testemunhamos os integrantes da elite política com suas falas desdenhosas, em que o preconceito de gênero ocupava um lugar que não era desprezível.

Não se trata apenas do processo de construção da derrubada da presidente eleita. O governo atual está comprometido com o retrocesso na condição feminina, com o reforço de sua posição subordinada e do fechamento da esfera pública a elas. Não se trata apenas do retrocesso simbolizado no ministério formado exclusivamente por homens brancos, embora ele seja significativo. Como também é significativo o retorno do chamado “*primeiro-damismo*”, em que o papel concedido à mulher na política é o da bem-comportada auxiliar de seu marido, sorrindo nos jantares e patrocinando programas assistenciais. Além disso, há o recrudescimento do discurso familista, que é aquele de exaltação da família tradicional, marcada exatamente pela submissão da mulher. Esse discurso não ressurgiu por acaso ou apenas por

algum tipo de reacionarismo atávico dos novos donos do poder, mas vinculado à política de retração do investimento social e de destruição do nosso incipiente sistema de bem-estar social. Com isso, a responsabilidade pelo cuidado com os mais vulneráveis recai integralmente sobre as famílias, isto é, sobre as mulheres, como o celebrado discurso de estreia de Marcela Temer indicou com clareza exemplar.

A implantação desse programa exige o silenciamento das vozes contrárias a ele. Trata-se de um projeto extraordinariamente lesivo para a grande maioria do povo brasileiro. Graças à baixíssima educação política da maior parte da população e à campanha incessante da mídia, para muita gente a ficha não caiu. Mas os efeitos da redução dos salários, do aumento do desemprego, do subfinanciamento do Estado e do desmonte dos serviços públicos logo se farão sentir de forma plena. Para conter a inevitável reação popular, será necessária uma escalada repressiva e restrições cada vez maiores aos direitos.

Essa é a agenda de pesquisa que se abre no momento. Uma dimensão é a retração dos direitos e o desfiguramento das instituições democrática. Outra é resistência popular que certamente se construirá. Torço para que esta segunda dimensão nos dê muito material para pesquisar, o mais rapidamente possível.

## 8. LULA NÃO PODE SER A NORMALIZAÇÃO

*Ainda de posse de seus direitos políticos, Lula se movimentava para ser candidato a presidente e ambicionava recompor o pacto político que fizera em 2002 – ainda que em condições muito mais desfavoráveis.*

*7 de março de 2017.*

Intelectuais e artistas lançaram manifesto pedindo que Lula assuma, desde já, sua candidatura à presidência da República. No tom laudatório e hiperbólico próprio destes documentos, o texto afirma que o retorno de Lula é a única maneira do povo brasileiro recuperar sua dignidade depois do golpe e de todo o retrocesso que o governo Temer promoveu e está promovendo.

Não há como negar que a performance do ex-presidente nas pesquisas pré-eleitorais é impressionante. Lula é vítima de um massacre midiático, que vem de muitos anos e se intensificou nos últimos tempos. Sofre uma perseguição por parte do aparelho repressivo de Estado que é a ilustração perfeita do *lawfare*. Não há boato que seja absurdo demais que não possa ser lançado contra ele e, na ausência de provas, sempre há uma grande convicção para condená-lo a qualquer coisa. Ainda assim, é o favorito para 2018. Uma demonstração de que as políticas iniciadas em seu governo de fato beneficiaram significativamente os mais pobres – por mais que tenham sido apenas compensatórias, acomodáticas,

tímidas, incapazes de desafiar a lógica social dominante e todas as outras críticas, muitas delas válidas, que a esquerda lhes dirige.

A vitória eleitoral de Lula em 2018 é uma possibilidade palpável. Por isso, a direita não abandona a alternativa de torná-lo inelegível, talvez até de prendê-lo. Uma manobra que pode ter um custo alto; afinal, a condução coercitiva decretada pelo capataz Sérgio Moro, em 4 de março de 2016, foi, de todas as ações que antecederam ao golpe, a que gerou maior reação popular. Mexer com Lula, ainda mais quando ele desponta como forte candidato à presidência, pode ser o estopim para acordar a resistência que ainda permanece adormecida. Essa é também uma das razões do manifesto. Quanto mais a candidatura estiver posta, maior o custo de impedi-la.

Mas essa aposta na vitória de Lula reedita a ideia, que o golpe de 2016 deveria ter enterrado, de que a solução para a crise política se dá por meio da recomposição de uma maioria eleitoral democrática e progressista. Ora, a derrubada de Dilma mostrou exatamente a fragilidade das “regras do jogo”. A maioria eleitoral é impotente se não encontrar, na capacidade de mobilização popular, os meios para se impor.

Sob certo ponto de vista, a vitória de Lula pode significar o desfecho perfeito para o golpe de 2016. É verdade que o ex-metalúrgico é odiado, que muitos dos que foram às ruas de camiseta do CBF devotam a ele uma raiva insana, parte

pelo que fez, parte pelo que simboliza. São pessoas que preferem ver Belzebu no Planalto a encarar Lula como presidente de novo. Mas, como diz um aforismo de autoria incerta, que circula pelas redes sociais, “a classe dominante não tem ódio. Tem astúcia. O ódio ela terceiriza.”

Desde o golpe, Lula e o campo majoritário do PT têm emitido sinais ambíguos para a resistência popular. Se sua candidatura representar um lulismo 2.0, isto é, turbinado para se adaptar aos limites ainda mais estreitos que as classes dominantes estão estabelecendo para a expressão do conflito político, uma nova presidência de Lula significará a normalização da nova ordem, mais perfeita do que seria possível sob qualquer político conservador. Um presidente “de esquerda”, mas acomodado a um cenário em que os direitos estão perdidos, a economia está mais desnacionalizada e a Constituição de 1988 foi transformada em escombros. E a luta popular novamente canalizada para as eleições, ainda que se saiba que seus resultados podem ser revistos quando interesses poderosos se unem.

Os *coxinhas* podem tremer de ira, mas para o capital um resultado destes estaria longe de ser ruim. É por isso que nunca é demais reiterar: não podemos reduzir a luta política à sua dimensão eleitoral ou mesmo institucional. Não se trata de ignorar as eleições, mas sim de não as ver como o objetivo principal. A resistência que vier das ruas há de se espelhar nas urnas – mas o polo dinâmi-

co, que imprime a direção, precisa estar sempre nas ruas.

Qualquer candidatura, para se credenciar a representante do campo popular, precisa incorporar esta percepção. O objetivo não pode ser conquistar um cargo, por mais poderoso que ele possa parecer, e se adaptar a seu exercício nas condições hoje estabelecidas, mesmo que com a intenção de minorar as agruras das classes populares. O objetivo é o desfazimento do golpe, o que requer o enfrentamento às claras com os interesses que o produziram. Se isso não estiver bem nítido, esta candidatura será nossa adversária. Mesmo se for a de Lula.

## 9. UM ESTADO POLICIAL NASCE EM CURITIBA

*Comportando-se como perseguidor, não como juiz, sob o beneplácito das cortes superiores, Sérgio Moro encarnava o fracasso do Estado de Direito no Brasil.*

*9 de maio de 2017.*

Há algo de estranho quando um processo toma as feições de um embate entre o juiz e o réu. O juiz, imagina-se, está acima das partes. São elas – acusação e defesa – que se confrontam. Por isso, imagina-se, juízes não têm torcida. Torce-se para um ou outro lado e, portanto, para que o juiz decida a favor de

um ou outro lado. Mas torcida *pelo* juiz? Implausível.

Até em ditaduras, quando elas desejam manter um mínimo de fachada de respeito por procedimentos legais, é assim. Os processos de Moscou, aos quais os críticos da Operação Lava Jato por vezes a comparam, foram uma farsa. Mas suas estrelas não foram os juízes. A estrela foi Vichinsky, o promotor. Era ele, em consonância com a formalidade do processo, que apresentava a acusação e empunhava a espada da vingança. Os juízes, obedientemente, limitavam-se a condenar.

O que espanta na Lava Jato é isto: o absoluto desprezo pelas aparências. Embalada pelo apoio acrítico da mídia corporativa, a operação atropela regras e direitos, comandada por um juiz que veste sem pudor a fantasia de justiceiro. Será lembrada como um dos episódios mais sórdidos da história do Brasil. Mas, infelizmente, ainda há quem, à esquerda, julgue que precisa defendê-la, seja por oportunismo (é preciso nadar a favor da correnteza), seja por uma ingenuidade quase inacreditável (os capitalistas estariam sendo pegos). O oportunismo significa capitular diante do enquadramento da realidade que a direita promove, que coloca um desvio – a corrupção – como o centro dos problemas nacionais, abdicando do enfrentamento com as fontes da desigualdade e da opressão. A ingenuidade ignora que a Lava Jato não mexe nas razões estruturais da corrupção, que se ligam à combinação entre capitalismo predatório e democracia limitada (cada

vez mais limitada), e protege objetivamente tal estrutura, debitando todos os males na conta das “maças podres” que devem ser retiradas do cesto. Ser de esquerda e apoiar a Lava Jato é uma contradição em termos.

Na verdade, nem é preciso ser propriamente de esquerda. Qualquer liberal autêntico decerto execra a Lava Jato. Ela se constitui num verdadeiro mostuário de violações aos direitos individuais, ao império da lei e à neutralidade do aparato repressivo do Estado. Melhor ainda: nem precisa ser liberal, basta um pouco de bom senso.

É razoável que os papéis de perseguidor e juiz sejam exercidos pela mesma pessoa? É razoável que réus de processos similares recebam tratamentos tão díspares? É razoável que confissões sejam arrancadas à base de intimidação (propiciada pelas intermináveis prisões “provisórias”)? É razoável que as penalidades aplicadas àqueles considerados culpados sejam modificadas conforme seus depoimentos implicam fulano ou beltrano? É razoável que um tribunal superior afirme expressamente que um juiz não precisa cumprir a lei? É razoável que esse juiz cometa ilegalidades de forma deliberada, com o objetivo de prejudicar aqueles que persegue? É razoável que ele confraternize com alguns de seus réus, ao mesmo tempo em que se engalfinha publicamente com outros? É razoável que oitivas e julgamentos sejam verdadeiras produções conjuntas entre Poder Judiciário e mídia empresarial?

Trata-se de uma operação de caráter político, que foi pensada e executada com o objetivo de alcançar determinados objetivos: a não-reeleição e, depois, derrubada da presidente Dilma Rousseff; a aniquilação do PT e da esquerda; o linchamento moral do ex-presidente Lula. No processo, fazem-se vítimas colaterais: um ou outro capitalista, políticos de direita alvejados pelas disputas internas da coalizão regressista ou imolados à opinião pública. Isso leva aos curiosos desdobramentos recentes, em que surgem algumas vozes no Supremo e na mídia a protestar seletivamente contra “abusos” da Lava Jato. Mas o objetivo central continua o mesmo.

A perseguição contra o ex-presidente Lula é o elemento mais grotesco – e reconhecer este fato não exige qualquer simpatia por sua pessoa ou por suas políticas. Contrariamente ao preceito de que a investigação nasce de suspeitas, mobilizou-se polícia, judiciário e ministério público para vasculhar sua vida em busca de algo que o comprometesse. É uma condenação em busca de um crime.

O horizonte da Lava Jato é um Estado policial, com características que apontam para o fascismo. Seu discurso tem um componente messiânico, que se torna gritante nas falas de um procurador menos avisado como Deltan Dallagnol. A operação traça uma linha precisa entre o bem e o mal e justifica qualquer violência que tenha como fim destruir o mal. Afinal, se trata disso: abater a jararaca, limpar o país. Direitos, garantias individuais, procedimentos le-



gais, tudo isso faz parte do arsenal com que o mal tenta escapar da punição; logo, desprezá-los é obrigação dos bons. E, tal como o fascismo, a Lava Jato é liderada por um homem vestido de preto que mostra mais senso de oportunidade do que princípios.

O caráter inquisitório da Lava Jato faz com que pensemos no juiz Sérgio Moro como um Torquemada das Araucárias. Mas Torquemada, até onde se sabe, era um fanático. Moro não tem essa desculpa. É um juiz de poucas luzes, que, a despeito de sua incontrolável vaidade, se dispõe a ser o joguete de interesses muito mais poderosos do que ele. Um símbolo, infelizmente, das elites do Brasil, em que sobra marketing e falta estofo, em que sobra oportunismo e falta caráter, em que sobra empáfia e falta qualquer tipo de empatia pelo povo brasileiro.

Não tem meio termo, não tem concessão ao discurso dominante e aos consensos fabricados pela mídia: o caminho da reconstrução da democracia no Brasil passa por derrotar a Lava Jato.

## 10. O FUTURO DA DEMOCRACIA NO BRASIL

*O golpe apontava para dois caminhos: um fechamento gradual do regime ou a ma-*

*nutenção de uma fachada de democracia, cada vez menos real.*

*5 de maio de 2017.*

O ano de 2016 marcou o fim do experimento democrático iniciado no Brasil com a Constituição de 1988. A ordem que ali fora instituída era ancorada no desenho democrático liberal: o acesso ao poder dependia do voto, todos os cidadãos eram dotados de um conjunto de direitos, a lei valia igualmente para todos. Para muita gente à esquerda, esse arranjo não era suficiente; na permanência de uma desigualdade social profunda, a capacidade de fazer uso desse conjunto de prerrogativas e de garantias também seria muito desigual. Ainda assim, esse ordenamento jurídico apresentava uma base a partir da qual era possível sonhar com e lutar por uma democracia mais genuína.

Ao mesmo tempo, a Constituição alimentava este sonho e esta luta, na medida em que o discurso que a organizava era o discurso dos direitos. Se, para lembrar da expressão célebre de Hannah Arendt, o ato fundacional da cidadania é o estabelecimento do *direito a ter direitos*, então a Carta de 1988 representou este ato. Fruto de um processo longo e tenso, marcado por múltiplas pressões e barganhas, ela carrega ambiguidades e não se apresentava como integralmente satisfatória para nenhum dos lados em disputa. Mas traz também os traços do momento histórico em que foi escrita. É um documento da superação da di-

tadura, fruto de uma luta que foi tanto pelo restabelecimento das liberdades civis e políticas quanto por justiça social. Quando Ulysses Guimarães, no discurso que pronunciou ao promulgá-la, disse que a *Constituição* havia sido escrita com “ódio e nojo à ditadura”, não se referia certamente à totalidade de seus redatores – muitos haviam compactuado alegremente com o arbítrio. Referia-se ao momento de sua redação, em que o Brasil desejava superar seu legado autoritário. Por isso, a Constituição fala a linguagem dos direitos. Em muitos casos, a consagração do direito no texto constitucional não garantiu sua efetiva conquista na vida social. Mas estabelecia um terreno de lutas e legitimava as ações em seu favor.

Esse quadro – limitado, mas formalmente democrático, liberal e vazado na linguagem dos direitos – foi perdido em 2016, no golpe de maio e agosto, que destituiu uma presidente da República sem que houvesse amparo legal para tanto, pelo simples desejo nos derrotados nas urnas. A ordem de 1988 foi perdida não apenas porque Dilma Rousseff foi removida do cargo, mas porque todo o arcabouço institucional projetado para protegê-la agiu no sentido de destruí-la. O Poder Judiciário, o Ministério Público, a Polícia Federal e o Congresso Nacional, sem falar da pretensa imprensa livre: por motivos às vezes coincidentes, às vezes diversos, todos se uniram para revogar os procedimentos democráticos e ferir de morte a Constituição.

A essa altura do campeonato, as características do regime que emergiu do golpe já estão claras. Seu programa é o *retrocesso acelerado nos direitos e o reforço das hierarquias sociais*. Trata-se de um governo que não faz concessões à fachada de imparcialidade que os Estados costumam perseguir e, pelo contrário, assume sem rodeios que se coloca ao lado do capital contra o trabalho. A destruição dos direitos trabalhistas e previdenciários, culminando na recente proposta de realinhamento das relações de trabalho no campo que praticamente reinstituiu a escravidão, é a face principal desta ofensiva. O Estado também reduz suas políticas redistributivas ou compensatórias, como determinado pela emenda constitucional que congelou os gastos públicos ou ainda pela medida provisória que alterou o ensino médio, substituindo o princípio da educação universal pelo treinamento da força de trabalho para suas posições predeterminadas. Indígenas e quilombolas estão sob ataque, seguindo a lógica de que todas as riquezas do país devem estar potencialmente disponíveis para a acumulação privada. Também são ameaçados os direitos das mulheres e da população LGBT, seja porque o regime julga que o conservadorismo moral pode lhe fornecer base popular, seja porque a retração das políticas sociais exige que a lacuna que ela gera seja suprida por cuidados privatizados dentro da família tradicional.

Ao lado da abolição de direitos vem – quase que naturalmente – a ampliação da repressão. Militantes políticos têm sido perseguidos e presos. O caso

mais chocante, o de Rafael Braga, mostra que ocorre uma exacerbação de tendências autoritárias que já afloravam no ocaso dos governos petistas. Preso em 2013, com base em acusações cuja fragilidade é gritante, foi agora condenado a 11 anos de prisão. É um prisioneiro político, uma pessoa privada da liberdade por sua participação em movimento coletivo. Braga ainda é um ponto fora da curva; parece ter sido escolhido como exemplo, para o que certamente pesou sua condição de jovem preto e periférico, sem conexões com a elite política ou econômica. Mas muitos outros manifestantes têm sofrido detenções arbitrárias. A vigilância e a intimidação policial sobre o movimento popular são crescentes, a repressão nas ruas aumenta, organizações como sindicatos ou o MST são invadidas. Ao mesmo tempo, cresce a perseguição no serviço público e a censura a órgãos da imprensa alternativa.

Por fim, o governo é marcado pelo temor da competição política. Nascido de um golpe, implantando políticas que jamais foram capazes de obter apoio majoritário no Brasil, patina em níveis de popularidade liliputianos. Apesar da enorme campanha publicitária e do apoio unânime da mídia empresarial, não há aprovação para a retirada de direitos. Possíveis candidatos às eleições presidenciais associados ao governo se veem diante de derrota quase certa

Frente a isso, quais são alternativas de futuro? Um cenário é continuarmos deslizando para *formas cada vez mais autoritárias de resolução dos confli-*

*tos*, com desprezo cada vez mais indiferecido pelo princípio da soberania popular, até chegarmos para uma ditadura aberta (ou algo próximo disso). Há discreta movimentação de setores das forças armadas para apoiar esta solução, que sem dúvida nenhuma contaria com expressivo suporte no judiciário e na mídia. As eleições de 2018 poderiam ser canceladas, seja pela imposição de medidas emergenciais por algum motivo conveniente, seja pela implantação de um parlamentarismo de ocasião. Tal como em 1964, esta solução provavelmente seria apresentada como provisória – para durar apenas o tempo necessário ao esmagamento dos movimentos populares e das organizações de esquerda.

Há pesados ônus associados à implantação da ditadura, tanto internos quanto externos. Por isso, o caminho preferido dos controladores do poder parece ser outro: a *“normalização” do golpe*. As eleições de 2018 colocariam no poder novamente um presidente com respaldo do voto popular. No entanto, todo o retrocesso produzido durante o período Temer estaria incorporado à ordem institucional. Fosse quem fosse, o novo presidente governaria sob uma Constituição fraturada, com direitos perdidos e políticas estatais engessadas. Em particular, governaria ciente de que as instituições da democracia representativa vigoram de forma tutelada, podendo ser suspensas quando seus resultados contrariam determinados interesses.

De certa maneira, esse é o funcionamento normal das democracias



capitalistas. Os governos petistas foram muito cílios deste fato, optando por uma linha de enfrentamento mínimo e evitando projetar qualquer ameaça aos dominantes. Foi uma opção que pareceu exitosa, mas que a derrubada de Dilma mostrou que atingira seu extremo. Para nossas elites, até um pouquinho de igualdade já é demais.

O que o golpe mostrou foi isso: que quem quer permanecer no jogo deve aceitar limites ainda mais estreitos do que antes se imaginava. A elite política brasileira parece particularmente disponível para esse tipo de acomodação. Cabe lembrar que a ditadura de 1964 manteve um simulacro de instituições representativas, com partidos, eleições e parlamento. Os militares decidiam quem podia e quem não podia concorrer, as regras mudavam de acordo com suas conveniências, mandatos eram cassados, o poder do Congresso era muito limitado e, quando necessário, ele podia ser fechado. Mas, ainda assim, o longo período autoritário permitiu o surgimento de uma nova elite política civil. Uma elite formada sob o entendimento de que é normal que a competição política seja tutelada pelos donos do poder – uma característica que talvez ajude a explicar a rápida adaptação ao cenário posterior ao golpe de 2016, mesmo por muitos de seus opositores.

De acordo com algumas especulações, essa normalização seria comandada pelo próprio Lula. O pragmatismo a toda prova do líder do PT poderia julgar que valia a pena aceitar a nova realidade

e tentar um programa ainda mais mínimo, adaptável a ela, de enfrentamento das consequências mais dramáticas do retrocesso. Não há dúvida de que parte da elite política tradicional aposta nesta saída, seguramente por compreender que uma eleição presidencial esvaziada de seu candidato mais forte (caso Lula seja proibido de competir) não é capaz de produzir a relegitimação necessária. Em algumas de suas declarações públicas recentes, Lula tem adotado um discurso mais duro e sinalizando que não está disposto a tal arranjo. Seja como for, ainda é um horizonte em aberto.

Nem o fechamento autoritário, nem a normalização do retrocesso interessam ao campo popular. O único caminho para ele não é fácil, mas não permite atalhos: é uma *reconstrução democrática em novas bases*. Uma democracia que, para ser sustentável, tem que ser sustentada na mobilização social. Da mesma maneira que a resistência ao golpe e à perda de direitos depende do enfrentamento cotidiano, para além das instituições políticas, por meio das greves, ocupações, manifestações, “perturbações da ordem pública” e outros atos de desobediência civil, a produção de um regime democrático mais substantivo depende da existência permanente desse mesmo arsenal de formas de ação. Sem eles, a pressão dos poderosos sempre curvará a “democracia” em seu favor. Sem eles, permaneceremos prisioneiros do dilema que sempre assombrou a política brasileira: o regime democrático só sobrevive quando abre mão do enfrentamento das desigualdades.

## 11. POSSIBILISMO NÃO É REALISMO

*A redução da agenda do campo popular ao mínimo, dado o ciclo de derrotas em curso, também leva a armadilhas.*

*5 de junho de 2017.*

Em um dos trechos mais eloquentes dos *Cadernos do cárcere*, Gramsci exalta o caráter criador do “político em ação”, que “é um criador, um suscitador; mas não cria do nada, nem se move no vazio túrbido dos seus desejos e sonhos. Baseia-se na realidade fatural”. De maneira sintética, o revolucionário sardo está apontando a necessidade de ultrapassar tanto o possibilismo estreito, que vê os limites postos à ação política como imutáveis, quanto o voluntarismo, que julga que eles podem ser desprezados por mera decisão subjetiva. Ele adota um realismo dinâmico, que é herdeiro do realismo de Maquiavel e de Marx, incluindo em seu relato tanto as energias transformadoras latentes no mundo social quanto a vontade atuante de mobilizá-las.

Vejo que parte da esquerda brasileira permanece presa a este possibilismo, que leva a uma redução brutal do horizonte de expectativas, a partir do entendimento que há uma “correlação de forças” favorável aos grupos conservadores e, portanto, nossa opção é entre o pouco e o nada. Ou melhor, essa foi a opção do lulismo; com o golpe, a direita endureceu suas posições e o que nos

resta é o pouquíssimo, como alternativa ao menos que nada.

Nessa linha de pensamento, a correlação de forças é percebida sobretudo como aquela presente nas instituições políticas formais. O argumento é: se Lula for eleito, vai ter que negociar com um Congresso muito conservador; logo, a margem para adotar políticas redistributivas e democratizantes será muito pequena. Corolário: é melhor esperar por muito pouco, porque mais do que isso não será possível alcançar.

Não estou entre os que negam liminarmente validade a um cálculo desse tipo. Na verdade, a diferença entre o muito pouco e o nada pode ser desprezada pelos privilegiados, mas muitas vezes é questão de vida e morte para os mais pobres. O problema é que essa leitura deixa de lado dois elementos.

O primeiro é o próprio golpe. A derrubada da presidente Dilma Rousseff mostrou que as classes dominantes não se sentem dispostas a honrar o acordo pelo qual a melhoria das condições de vida dos mais pobres seria tolerada em troca da garantia de paz social. Como parte da barganha envolvia a *desmobilização* popular, para que as elites se sentissem seguras, ficamos em condição difícil para resistir ao retrocesso. Renovar esse acerto significa aceitar limites ainda mais rígidos à transformação social, em nome de vantagens ainda menos expressivas para a população pobre. E com o risco de que, mais adiante, um novo retrocesso seja imposto, com condições de

resistência ainda mais frágeis. É uma armadilha. Qualquer governo progressista que volte ao poder no Brasil tem que inverter a opção do lulismo e apostar em ampliar a mobilização popular.

Porque este é o segundo limite desta leitura: uma redução do jogo político aos espaços institucionais. Há a presidência, há o Congresso conservador, há o Judiciário inconfiável. Se não é possível mudar a maioria do Congresso, o único caminho é, de novo, tentar comprá-lo, uma vez que ele é ainda mais fisiológico do que conservador.

Com incrível frequência, a discussão se limita a isto. Mesmo quem quer superar os limites do arranjo lulista inicial muitas vezes se perde em fantasias sobre a eleição de uma grande bancada de esquerda. Mas isto é muito improvável. De Lênin a Claus Offe ou a um liberal esclarecido como Albert Hirschman, há uma vasta literatura que aponta como o mecanismo eleitoral traduz mal as demandas dos dominados. Não se trata de ignorar as eleições, mas de ter clareza de que qualquer mudança passa pela pressão sobre os eleitos.

A questão não é ter ou não ter fé nas ruas. Há um rio de inconformidade a ser revelado por quem deseja a mudança do Brasil. E há um conjunto significativo de manifestações desse desejo, que ainda estão desarticuladas, talvez caóticas, mas que cabe fomentar, em vez de abafar. *São milhares de coletivos de mulheres, da população negra, das periferias, de lésbicas, gays e travestis. São*

as impressionantes mobilizações da juventude. São as greves “selvagens”, que passam ao largo das burocracias sindicais e pipocam por todo o país. Mesmo a adesão regressista ao fundamentalismo religioso é indício de uma inadequação ao mundo tal como ele é, que permite disputa. Muito da esquerda partidária, preocupada somente com suas posições no Estado, voltou as costas para todos esses grupos.

As jornadas de junho de 2013 são um símbolo dessa energia. Não se trata de “exaltar” as manifestações de rua então ocorridas, mas de entendê-las como um fenômeno complexo, cujo primeiro resultado foi revelar que os modelos com os quais os analistas políticos em geral trabalham, restritos às instituições, são insuficientes para apreender a dinâmica do conflito social. Permito-me uma digressão sobre aquele momento.

As manifestações contra o aumento nas passagens do transporte coletivo ganharam dimensão maior do que a esperada, num processo que é possível dividir em três etapas (ainda que a cronologia não seja rígida). Primeiro, a adesão superou, e muito, a capacidade de organização do Movimento Passe Livre (MPL). Depois, a pauta foi ampliada, demonstrando a insatisfação não só com o transporte, mas com os serviços públicos em geral. Por fim, os protestos foram parcialmente colonizados por uma pauta antipolítica e de combate à corrupção, própria do registro discursivo mais conservador, com a adesão de setores da classe média.

Do primeiro para o segundo momentos, ocorre a indicação de que a base social dos governos petistas queria mais do que estava sendo oferecido a elas. Embora haja um toque de exagero na imagem apresentada por Ruy Braga, de trabalhadores em condições cada vez mais precárias sendo tantalizados pela perspectiva de fazer um curso superior privado noturno com financiamento pelo FIES, o fato é que o arranjo lulista tanto privilegiou a oferta de empregos de baixa qualificação e baixo salário quanto tinha dificuldade de prover melhorias expressivas nos serviços socializados. A opção pela inclusão pelo acesso ao mercado satisfazia o compromisso de não interromper a privatização do fundo público, parte do acerto com as classes dominantes. Mas o morador da periferia que comprou uma geladeira nova com subsídio governamental continuava precisando de educação, saúde e transporte.

Do segundo para o terceiro momentos, o que intervém é a compreensão, por parte da oposição de direita, que há uma fissura a ser explorada. A mudança na cobertura jornalística é reveladora. O registro da “baderna” foi substituído pelo da “mobilização cívica”. Houve um grande esforço para separar a “minoría” de manifestantes violentos, que precisavam ser reprimidos, da maioria pacífica e respeitosa – desde então, a estigmatização dos adeptos das táticas de autodefesa *black bloc* serve para legitimar a repressão policial aos movimentos de rua. Os atos passaram a ser praticamente convocados por jornais e emis-

soras de televisão (prática que se repetiu durante o processo do *impeachment* de Dilma), que por vezes os transmitiam ao vivo e davam destaque desproporcional mesmo a pequenas passeatas com poucas dezenas de pessoas. Embora as redes sociais tenham sido ferramentas importantes na construção das mobilizações, o peso predominante da mídia tradicional na construção dos sentidos foi indiscutível.

Foi aberta uma disputa pelo sentido das manifestações, em que os organizadores iniciais, MPL à frente, tentavam reafirmar seu caráter progressista, ao passo que a mídia as enquadrava como uma demonstração de descrédito na política, com foco na corrupção dos funcionários do Estado. Elas teriam como pauta a derrubada da Proposta de Emenda Constitucional nº 37, que restringia o poder do Ministério Público na condução de investigações criminais – o que impediria abusos, na visão de seus defensores, e protegeria os malfeitores, segundo seus adversários. O foco na PEC 37, algo bizarro, uma vez que era um assunto de interesse corporativo e localizado, serviu de teste para o discurso do “combate à impunidade”, que desqualifica elementos do Estado de direito, como a presunção de inocência, o direito de defesa, o direito à privacidade e as regras para produção legal de provas, como sendo artifícios que servem apenas para impedir ou protelar a devida condenação dos corruptos.

Os grupos mais à esquerda viram nas jornadas de junho a possibilidade de

construção de uma mobilização de massa com pauta radical, que desafiasse a moderação petista. A direita animou-se com o que indicava o declínio da “mágica” do lulismo. No meio do tiroteio, o PT ficou paralisado. Os movimentos populares sob influência petista se viram na obrigação de blindar o governo e, com isso, perderam a oportunidade de dialogar com os manifestantes. Ganhou corpo a tese de que eram mera massa de manobra da direita, deixando patente que, para muitos dos intelectuais do petismo, o caminho era não atrapalhar o trabalho do governo com reivindicações intempestivas. Junho de 2013 marca o aprofundamento da cesura entre o PT e os movimentos populares aos quais ele se propunha a dar voz quando nasceu.

De maneira similar, o governo Dilma Rousseff foi incapaz de encontrar sua posição nesse novo cenário. Sua resposta às manifestações foi sempre zigue-zagueante; quando a presidente se manifestou em rede nacional de televisão, em 17 de junho de 2013, propôs “cinco pactos”, uma mixórdia que incluía uma reforma política potencialmente democratizante, mas também aderida ao receituário conservador da “responsabilidade fiscal”. Fora isso, promessas genéricas em favor da educação, saúde e mobilidade urbana. A preocupação da presidente e de seu círculo era reduzir os danos até as eleições presidenciais do ano seguinte – quando, se esperava, tudo voltaria à “normalidade”.

2013 marcou, portanto, o esgotamento da política do possibilismo estre-

tado. No mesmo movimento, mostrou que existe inconformidade no mundo social, que pode ser canalizada para estratégias transformadoras. Cabe às organizações da esquerda, entre elas o PT, estreitar o diálogo com essas vozes, aceitar sua diversidade, romper com suas percepções hegemônicas e tentar voltar ao governo não para domá-las ou para tentar vender às classes dominantes sua pacificação, mas para dar a elas melhores condições de expressão e de pressão. Esse é o único projeto realista no momento.

## 12. DEPOIS DO ABISMO

*A política da esquerda, sobretudo em momento de resistência, não pode ficar à mercê do calendário eleitoral.*

*24 de agosto de 2017.*

A frase que resume com mais precisão o atual momento político e os dilemas da esquerda brasileira foi dita por Juarez Guimarães: “Entre nós e 2018 há o abismo”. Intelectual com uma longa trajetória no PT, Guimarães está alertando aqueles (incluindo importantes setores de seu próprio partido) que apostam que as eleições presidenciais levarão, de maneira quase milagrosa, a uma solução para o cenário aberto com o golpe do ano passado. Apenas uma ingenuidade comumente permite manter tamanha fé nas instituições, no exato momento em



que elas gritam a plenos pulmões que não são confiáveis.

O abismo diante de nós pode ser abordado de diferentes maneiras. A primeira delas se vincula aos retrocessos. Enquanto esperamos por 2018, avança, de forma acelerada, o desmonte das conquistas obtidas a partir da carta constitucional de 1988 ou mesmo antes. É o fim da CLT e o súbito mergulho na total desproteção das classes trabalhadoras, cuja culminação pretendida é o fim ou a condenação à irrelevância da justiça trabalhista e a extinção dos mecanismos de combate ao trabalho em condições degradantes. É a desnacionalização da economia. É a abolição dos mecanismos de controle, desde sempre insuficientes, dos monopólios da mídia. É a descontinuidade das políticas de promoção da igualdade de gênero, da igualdade racial e do combate à homofobia. É o estrangulamento do Estado, com particular impacto em áreas como saúde, educação e ciência. Temos ainda, em pauta, a revogação dos direitos previdenciários e uma reforma política destinada a reduzir ainda mais a capacidade de influência dos cidadãos comuns. A lista é grande, quase interminável, mas aponta sempre na mesma direção: a construção de um país mais injusto e menos soberano.

Isto está acontecendo agora e nossa reação não pode esperar por 2018, por dois motivos de fácil entendimento. Primeiro, porque os efeitos nefastos dos retrocessos já se fazem sentir, empurrando milhões de pessoas para maior privação material, reduzindo sua

autonomia, estreitando seu horizonte de possibilidades, expondo-as a mais violência. Depois, porque cada centímetro de terreno perdido exigirá muito esforço, muita luta e muito tempo para ser reconquistado.

Outra maneira de encarar o abismo é vendo-o pelo ângulo do recuo nas liberdades políticas e, portanto, nas condições de luta. O golpe fez deteriorar os termos do debate público no Brasil, criminalizando as posições à esquerda, vedando-lhes acesso à discussão, mesclando o uso do aparelho de Estado (sobretudo o judiciário) e do mercado (pelo monopólio privado da informação) para levar a censura a um novo patamar. A repressão policial aos movimentos populares ampliou-se. A perseguição judicial com motivação política tornou-se corriqueira. O Estado de direito foi fraturado e as liberdades liberais hoje vigoram de uma maneira que podemos classificar como *menos que formal*: não foram revogadas, mas os próprios agentes estatais assumem que elas têm vigência condicional, a depender das circunstâncias e dos envolvidos.

Uma terceira abordagem diz respeito ao próprio horizonte de 2018. Mesmo a realização das eleições presidenciais não pode ser considerada como garantida. A transformação do golpe disfarçado de *impeachment* constitucional em golpe aberto é uma hipótese ainda remota, decerto, mas nem por isso inexistente. Para os grupos hoje no poder, trata-se apenas de um cálculo de custo-benefício entre os riscos de manter



a competição eleitoral e o desgaste de descartá-la – ilude-se quem pensa que eles têm alguma posição de princípio em favor das regras democráticas. Balões de ensaio são lançados; o da vez é a mudança do sistema de governo. Estaríamos revivendo 1964 às avessas: agora, o parlamentarismo seria não o prelúdio, mas a coroação do golpe. Mesmo que as eleições ocorram, há o risco de que sua legitimidade seja suprimida, com a exclusão arbitrária do candidato favorito. Mais uma vez, aqui, o que pesa para os donos do poder é o cálculo de custo-benefício.

Por fim, introduzo uma quarta abordagem, talvez a mais dramática de todas: nossa incapacidade de resistir.

O que falta? Temos políticas governamentais que são rechaçadas pela ampla maioria da população, que compreende como elas são lesivas ao povo e à nação. Temos um presidente ilegítimo, impopular e reconhecidamente corrupto, cercado de uma quadrilha sobre a qual é revelada um novo escândalo a cada dia. Temos um Congresso que, à luz do dia, vira as costas a seus constituintes e negocia vantagens imorais para si mesmo. Temos um Judiciário cuja figura dominante é Gilmar Mendes (mais nada precisa ser dito). Ou seja: parece não faltar nenhum ingrediente para a eclosão de uma mobilização massiva, em defesa dos direitos, da democracia e mesmo da moralidade pública. Ainda assim, a resposta predominante aos retrocessos é a passividade, a resignação. Se a greve geral de 28 de abril nos deu a ilusão de que

era possível alimentar a resistência, essa ilusão já se dissipou.

A ausência de resistência, cujas raízes se encontram na política deliberada de desmobilização popular que fazia parte da estratégia do PT no poder, leva a uma espiral viciosa, fomentando a apatia futura. Somos cada vez mais levados a crer que nossa derrota é inevitável. E somos, no mesmo movimento, empurrados para a crença de que o jogo político se resolve nas “instituições”, aquelas mesmas que nos momentos cruciais mostraram de que lado estão. É preciso romper a espiral. Ampliar a mobilização agora é urgente, até mesmo para aumentar a possibilidade que a mobilização popular gere frutos no futuro.

Se o enfrentamento não for feito a partir de agora, o que nos espera após o abismo é uma situação ainda pior. Não desejo fazer nenhum exercício de futurologia depressiva, mas vamos supor que as eleições de 2018 ocorram “normalmente” e que um candidato com compromisso popular – Lula? – seja o vencedor, tome posse e comece a governar. O que aconteceria?

Lula governaria sob condições muito piores do que antes. A capacidade de minimizar os efeitos da crise global é muito menor, seja porque a aposta nos BRICS tem sido desmanchada pelo governo golpista, seja porque a própria economia chinesa tem perdido dinamismo. Com isso, a possibilidade de acomodar o conflito distributivo interno fica prejudicada. Ao mesmo tempo, a ideolo-

gização radical do discurso conservador, que agora assumiu sem rodeios a defesa das desigualdades, torna mais custosos os acenos aos setores médios, para apaziguá-los. A politização agressiva e à direita do aparelho repressivo do Estado gera dificuldades para que um governo com base popular retome a prática da cooptação da maioria parlamentar pela distribuição de vantagens, como era feito. Mais importante: o capital endureceu suas posições e a “conciliação” que lhe serviu um dia agora não serve mais. Nessas circunstâncias, um novo governo Lula significaria uma versão muito aviltada do anterior, trabalhando em limites muito mais estreitos, com um horizonte de justiça social ainda mais rebaixado. Em vez de reverter o golpe, seu projeto não poderia ir além de amenizar seus efeitos.

É por isso que o investimento na resistência popular é fundamental, mesmo que se imagine que o caminho de uma saída passe por eleições. A passividade dos setores populares e a aceitação de que o jogo se limita às instituições políticas (aceitação enviesada, uma vez que as pressões diretas da burguesia são entendidas desde sempre como parte normal do processo) anula a capacidade de contrapressão em favor dos direitos e das políticas sociais. Mesmo que venha a surgir um governo mais sensível às demandas populares, nenhuma política de combate aos retrocessos – e, quem sabe, de promoção de novos avanços – pode ser implementada sem o apoio ativo das ruas.

### 13. PENSAR TAMBÉM TEM LADO

*O discurso da “polarização”, que responsabiliza igualmente esquerda e direita pela crise brasileira, estava em alta durante o governo Temer.*

*23 de novembro de 2017.*

“A polarização não está nos deixando pensar”, escreveu o colunista da *Folha*, Pablo Ortellado, alguns dias atrás. “Antipetistas” e “esquerda”, os dois polos que ele identifica no debate político brasileiro, se definiriam pela oposição àquilo que imputam ao outro. Se o antipetismo vê a esquerda como corrupta, ele é a anticorrupção. Se a esquerda vê o antipetismo como insensível à injustiça, ela é a justiça social.

A polarização que impede de pensar levaria à adoção de posições com o único propósito de ficar na contramão do adversário. O antipetismo condenaria o Bolsa Família só porque a esquerda o exalta. E a esquerda teria decidido apoiar a liberdade de expressão artística apenas quando o antipetismo se manifestou contra “a arte elitista irresponsável que expunha crianças à obscenidade e à perversão”.

Esse alinhamento automático faria com que os dois grupos, antipetismo e esquerda, se tornassem alvos fáceis da manipulação por “grupos de poder para promover projetos que nem sempre são éticos e nem sempre são socialmente

justos”. O subtexto – mas talvez eu o esteja vendo por saber que é a posição do autor, expressa em colunas anteriores – é que com tudo isso o povo brasileiro perde a oportunidade de se unir em torno da agenda que é comum a todos, como... o combate à corrupção.

Longe de mim julgar que o debate público no Brasil está em nível elevado. Mas nunca estive, dado a força do discurso manipulatório da mídia oligopolizada. O que caracteriza o momento atual não é tanto a “polarização”, decorrência quase natural de uma conjuntura em que a reação endureceu suas posições, mas a emergência de um discurso forte de negação dos direitos. É necessário, sim, marcar distância desse discurso e disputar com ele milímetro a milímetro.

Neste sentido, Ortellado está errado ao dar ao tema da corrupção a mesma centralidade que lhe concede o senso comum midiaticamente induzido. A corrupção é, sim, um problema sério, efeito estrutural do casamento entre democracia política e capitalismo, que, em países com as características do Brasil, tende a assumir proporções endêmicas. Mas não se compara à destruição dos consensos que se buscava formar em torno de valores básicos de igualdade e cidadania.

Não é por acaso, assim, que o colunista adota definição tão bizarra da polarização corrente no Brasil. Na oposição à “esquerda”, não está à direita, mas o “antipetismo”. A recusa à caracterização clara das posições da direita – favoráveis

à manutenção das hierarquias sociais, anti-igualitárias, autoritárias – permite alimentar a fantasia de que é preciso transcender o conflito presente. Ao mesmo tempo, promove uma identificação subliminar entre esquerda e petismo, negando que o campo da esquerda não se define pela adesão a um determinado projeto de poder, mas a valores políticos que o ultrapassam.

O esforço de equivalência dos contrários move Ortellado à reprodução do discurso conservador contra a arte “degenerada”, travestido de antielitismo, num registro que poderia ser o de Donald Trump ou Magno Malta. É aqui que a estratégia do colunista revela sua debilidade. Como a polarização não é só a marola que ele descreve, mas remete a visões diversas da sociedade, manter a postura de isento e não-contaminado implica fazer concessões a enquadramentos antidemocráticos e mesmo anti-liberais.

À sua maneira, o colunista da *Folha* se alinha à capa da *Veja* em que Lula e Bolsonaro aparecem como “extremistas” equivalentes ou ao editorial do *Estadão* pedindo envergonhadamente que não ocorram eleições. Mas o apelo à moderação é, na verdade, um pedido para que nós nos adaptemos a um ambiente social cada vez mais refratário aos direitos individuais e coletivos e mais descompromissado com a igualdade.

A discussão superficial, restrita a *slogans*, que se vê nas velhas e novas mídias, realmente não estimula a reflexão.

Fora destes espaços – em movimentos sociais, em núcleos universitários, em coletivos diversos – há um debate bem mais denso e produtivo, que seria importante reforçar, mas que o discurso da superação da divergência simplesmente apaga. É um debate que não se faz de uma perspectiva olímpica, de quem está acima dos conflitos. Ao contrário, está posicionado. Porque não é apenas a polarização cega que não nos deixa pensar. A pretensão de neutralidade tem o mesmo efeito, apagando os conflitos, desculpando dos interesses em jogo, desinflando as tensões que nascem da dinâmica social. Pensar também tem lado.

## 14. A PONTA DE LANÇA DA LUTA DE CLASSES

*Longe de ser o guardião da Constituição e da democracia, o Judiciário foi protagonista de sua destruição.*

*2 de março de 2018.*

O golpe de 2016 representou um duríssimo revés na percepção até então dominante de que a democracia brasileira, mesmo com todos os seus problemas e aos trancos e barrancos, caminhava para a “consolidação”. Não foi apenas que as classes dominantes abandonaram o respeito às regras do jogo e decidiram virar a mesa quando perceberam que, novamente, eram incapazes de impor seus preferidos por meio da eleição

popular. O *impeachment* ilegal da presidente Dilma Rousseff e o acelerado retrocesso em direitos e liberdades que se segue a ele mostram que as instituições não só não cumpriram seu papel de proteger a ordem constitucional e a democracia como participaram ativamente de sua subversão.

O que a onda global de desdemocratização e os golpes brandos ocorridos principalmente na América Latina vêm revelando é que o ordenamento político da democracia liberal pode ser usado para impedir o progresso social, bloquear as demandas por igualdade e, embora mantendo uma aparência de normalidade, despir os mecanismos democráticos de qualquer efetividade a que pudessem aspirar. No Brasil, chama a atenção o protagonismo assumido pelo Poder Judiciário.

O papel do Judiciário na deflagração e convalidação do golpe político é perceptível para qualquer observador. Mas a ação cotidiana de juízes de todas as instâncias também corrobora o viés favorável aos grupos dominantes, como mostram as sentenças diferenciadas de acordo com a posição social dos acusados – por exemplo, a posse de uma pequena quantidade de droga ilegal pode levar a desenlaces completamente diferentes de acordo com a cor da pele e a classe social do portador. No seu conjunto, o Poder Judiciário atua como avalista da desigualdade e das relações vigentes de dominação – o que corresponde, aliás, à posição do direito como “código da

violência pública organizada”, como escreveu Poulantzas.

O que chama a atenção do Brasil é que o Judiciário ocupa a posição de *ponta de lança da luta de classes*, cumprindo papel crucial na produção, na implementação e, em particular, na legitimação das medidas que implicam retrocessos para a classe trabalhadora e outros grupos em posição subalterna. O que permitiu isso foram mudanças ocorridas nas últimas décadas e saudadas em geral como “avanços”.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, observadores da política brasileira têm falado do crescente protagonismo do Poder Judiciário. A carta constitucional garantiu prerrogativas estendidas e propiciou mudanças de comportamento dos agentes, levando aos fenômenos paralelos da “judicialização da política”, que faz com que as disputas passem a ser resolvidas nos tribunais, e do “ativismo judiciário”, pelo qual o poder relativiza sua caracterização tradicional como “inerte”, avoca a si a iniciativa da ação e toma decisões que seriam do Legislativo ou do Executivo. Outra inovação da Constituição foi a enorme ampliação do âmbito de atuação do Ministério Público, órgão vinculado ao Poder Executivo, mas que cumpre funções judiciárias.

No período de ascensão democrática que se seguiu à promulgação da nova Constituição, este alargamento dos poderes de juízes e procuradores foi, em geral, visto de forma positiva pelas cor-

rentes mais progressistas. A defesa de interesses coletivos e difusos, atribuída ao MP, prometia uma ampliação – necessária e urgente – da proteção a grupos oprimidos ou ao meio-ambiente. As decisões tomadas no âmbito das cortes superiores podiam representar, por vezes, uma usurpação do poder de legislar, mas se mostravam mais avançadas do que aquelas advindas de um parlamento notoriamente corrompido e no qual era crescente a capacidade de chantagem de grupos fundamentalistas.

O Tribunal Superior Eleitoral introduziu regulações na disputa partidária (a chamada “verticalização” das coligações, depois revogada, em 2002), no exercício parlamentar (a perda de mandato parlamentar por desfiliação, em 2007) e no funcionamento das cotas eleitorais para mulheres (com o entendimento de que o descumprimento da regra levaria à impugnação da lista partidária, em 2010) que se alinhavam ao ideal normativo da competição democrática compartilhado por liberais esclarecidos e por grande parte da esquerda brasileira. O Supremo Tribunal Federal estabeleceu direitos de minorias sexuais (reconhecimento da união civil homoafetiva, em 2011) e ampliou direitos reprodutivos (extensão do direito de aborto no caso de anencefalia fetal, em 2012), em sintonia com bandeiras progressistas. Sem discutir o mérito das decisões, elas com certeza extrapolam o que era a intenção original do legislador. Nenhuma delas teria passado no Poder Legislativo.



O desenvolvimento talvez mais surpreendente foi a aprovação em 2010, pelo próprio Congresso, de legislação que confere ao Judiciário um poder de veto na seleção de candidatos às eleições. A chamada “Lei da Ficha Limpa”, apresentada como iniciativa popular, apoiada pela quase unanimidade dos parlamentares e sancionada entusiasticamente pela Presidência da República, em meio a um verdadeiro clamor midiático, determinou a tutela do Judiciário sobre a soberania popular. Ainda assim, poucas vozes se ergueram contra ela.

Diante das dificuldades para elevar a educação política média dos brasileiros, a Ficha Limpa parecia um atalho seguro para a “moralização” do Estado. Trata-se de um elemento constante: o elogio da ação política do Poder Judiciário, no momento em que ela alavancava causas progressistas, é tingido por uma percepção elitista (juristas capacitados podem decidir com mais competência) e pelo desânimo quanto à possibilidade de produzir uma opinião popular mais engajada e esclarecida.

Outra característica do Brasil é que o ativismo judiciário não é privilégio das cortes superiores. Até mesmo juízes de primeira instância podem tomar decisões de enorme repercussão coletiva – os casos de bloqueios de aplicativos de *smartphones* com milhões de usuários servem de exemplo. Na crise política brasileira, o juiz paranaense Sérgio Moro ocupou posição central, ao liderar a Operação Lava Jato. Embora a justificativa para o *impeachment* da presidente

Dilma Rousseff nada tivesse a ver com a operação, apoiando-se em operações de crédito junto a bancos estatais (as chamadas “pedaladas fiscais”), ela foi instrumental para criar o clima de opinião que sustentou a derrubada do governo. Declaradamente inspirado na operação italiana Mãos Limpas, Moro julga que é importante dar grande visibilidade midiática e obter o “apoio da opinião pública” ao combate à corrupção.

A Lava Jato revelou parte da corrupção sistêmica da política brasileira, por meio de operações espetaculares que, no entanto, atingiram de forma muito desproporcional o PT e seus aliados. Seu *modus operandi* privilegiado, a “delação premiada”, dá grande margem a que o agente da lei oriente o curso da investigação. Muitas vezes, seus resultados dependem da desobediência ao devido processo legal e a formas de intimidação contra testemunhas e suspeitos.

Não custa lembrar que Moro é o tradutor do artigo de um juiz estadunidense que ensina como coagir acusados para que denunciem seus cúmplices (ver “O uso de um criminoso como testemunha”, de Stephen S. Trott, na *Revista CEJ*, nº 37, de 2007). Em vários momentos, sua atuação se mostrou claramente casada com o cronograma da derrubada da presidente Dilma Rousseff, culminando na divulgação do áudio de uma escuta telefônica ilegal, com uma conversa entre Dilma e Lula. Embora o juiz tenha sido obrigado a um envergonhado pedido de desculpas e ao reconhecimento de que a divulgação da conversa fora “equivoc-



cada”, continuou chefiando a operação. Atualmente, como se sabe, Moro e o tribunal de recursos ao qual sua vara está vinculada, o TRF-4, são instrumentais no impedimento à candidatura presidencial do ex-presidente Lula, que é outro importante passo no esvaziamento do que restava de esperança de respeito ao princípio básico da democracia liberal – a consulta ao povo para a escolha dos governantes.

Como um juiz de primeira instância foi capaz de acumular tamanho poder? A resposta se vincula tanto às peculiaridades da organização do Poder Judiciário no Brasil a partir da Constituição de 1988 quando à bem-sucedida ofensiva do juiz Sérgio Moro junto à opinião pública, orquestrada com os meios de comunicação hegemônicos. Moro se tornou o emblema vivo do combate à corrupção e, portanto, intocável. As muitas arbitrariedades que cometeu ao longo do processo foram quase sempre abafadas após exposição mínima e denúncias de graves irregularidades que o chamuscavam, como aquelas que transparecem do depoimento do advogado Rodrigo Tacla Duran, foram simplesmente deixadas de lado.

A pergunta mais importante, porém, é outra: por que as instâncias superiores do Judiciário não intervieram, diante de abusos tão patentes nas investigações? Questão intrigante, sobretudo quando se lembra que, dos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal no período da derrubada de Dilma, oito tinham sido nomeados por ela ou por Lula. Qualquer

explicação deve levar em conta que o STF não ficou imune ao clima de opinião formado a partir da Lava Jato – e a vulnerabilidade aumentada à pressão da “opinião pública” e da mídia é uma das características do Judiciário ativista. E também que os governos petistas não foram capazes de apresentar indicações para o Supremo que estivessem à margem do *establishment* jurídico e político. Pelo contrário, optaram, quase sempre, por demonstrar moderação, preferindo juristas conservadores e com trânsito nos partidos de direita. Também aqui a política de conciliação cobrou seu preço.

É preciso ponderar, porém, que se trata de uma situação difícil, não algo que se pudesse resolver por um mero ato de vontade do ocupante da Presidência da República. Por um lado, a indicação de juristas abertamente comprometidos com as causas populares seria encarada como rompimento do pacto que permitia a permanência do PT no poder e a implantação de políticas tímidas (mas mesmo assim importantes) de resgate da dívida social. A atuação do Supremo como avalista dos retrocessos é um indício, entre muitos outros, que as condições de manutenção deste pacto foram erodidas. Essa é a ficha que falta cair para parcela da esquerda brasileira.

Por outro lado, o campo jurídico possui seus próprios filtros e mecanismos internos para forçar a adaptação às posições mais conformistas, mormente quando se alcançam funções de mais prestígio, poder e visibilidade. Como em outros campos (o jornalismo serve

de exemplo), o conservadorismo transita como “imparcialidade”, mas visões críticas e comprometidas com a justiça social aparecem como sectárias, portanto dificultando a ascensão na carreira. Certamente há juízes progressistas, mas estão em situação parecida à de oficiais militares progressistas nos anos 1960. As iniciativas do Conselho Nacional de Justiça com vistas à perseguição de dissidentes ainda têm encontrado resistência, mas mostram que, na conjuntura aberta com o golpe, é possível que o Poder Judiciário se torne ainda menos arejado.

Nas últimas semanas, dois eventos dissimilares apontaram para mudanças no cenário. Um deles foi a exposição, pela mídia hegemônica, de vantagens imorais auferidas por grande parte dos juízes, incluído aí o próprio Sérgio Moro, em particular um “auxílio moradia” dado a quem evidentemente não precisa dele. Ao que parece, setores da coalizão golpista decidiram indicar ao Judiciário que ele não é intocável. O outro foi o anúncio, pelo ocupante da presidência, da intervenção federal no Rio de Janeiro, que concede peso e visibilidade a um ator que, até agora, era mantido à sombra: as Forças Armadas.

Quaisquer que sejam as mudanças a que levem as disputas internas entre os grupos que deram o golpe em 2016, é ilusório pensar que o Judiciário pode ser um agente do retorno à democracia. Recursos ao STF, como ocorreram quando da deposição de Dilma e ocorrem agora com a condenação de Lula,

cumprem muito mais um papel de denúncia, já que a corte demonstrou mais de uma vez seu desprezo pela legalidade fraturada.

É uma situação dramática porque, se a lei é um código da violência do Estado, como diz a citação de Poulantzas referida antes, ela também organiza, inibe e torna predizível esta violência. Sua imparcialidade ostensiva, os valores civilizatórios que ela tem que aparentar encarnar, são concessões arrancadas pela luta dos grupos dominados. Também podem ser usados contra os dominantes e constroem o exercício arbitrário do poder. O império da lei não é a garantia de uma sociedade justa, já que a lei reflete a correlação de forças dentro desta sociedade. Mas a ruptura do sistema legal, que permite à dominação social se exhibir em toda a sua nudez, retira dos mais frágeis as garantias que eles foram capazes de obter.

Quando a discricionariedade extralegal do sistema judicial, que nunca deixou de operar em prejuízo das populações mais pobres e periféricas, atinge o coração do sistema político, a democracia liberal entra em colapso. Significa que a ordem instituída não permite mais sequer que suas próprias promessas sejam mobilizadas para conter sua violência. Significa que a pressão dos dominados, que era aceita, desde que controlada, como parte do jogo, agora deve ser extirpada.

O papel do Judiciário na canalização das disputas e a crença dissemina-

da de que os tribunais são capazes, em algum grau, de aplicar a lei tal como ela está formulada fazem nascer uma sensação de abandono, quando nos deparamos com uma situação de arbitrariedade judicial indisfarçada. A quem vamos recorrer, quando até a Justiça é injusta? É a realidade de um país que passou de uma democracia formal, limitada, para uma democracia menos que formal, cujas instituições não se preocupam mais em disfarçar sua tendenciosidade em favor dos poderosos.

Como instituição política que é, o Poder Judiciário é sensível à correlação de forças na sociedade. É a resistência contra os retrocessos, o aumento na mobilização social, o protesto contra as arbitrariedades e a desobediência civil que podem restaurar o funcionamento mínimo de uma justiça burguesa que, ainda que sem perder o qualificativo “burguesa”, possa aspirar ao nome de “justiça”.

## 15. POR UM LULISMO VIRADO À ESQUERDA

*O golpe de 2016 marcou a derrota do projeto lulista. O que fazer com ele? Não é possível pensar em restaurá-lo, mas é preciso preservar alguns de seus aspectos.*

*14 de abril de 2018.*

A prisão de Lula representou o epílogo do projeto lulista. Não pela destruição do ex-presidente – ele mostrou, no

ato de São Bernardo do Campo, que continua em forma e sua importância política certamente resiste ao encarceramento. O que não tem futuro é o projeto de acomodação de interesses que permitiu que políticas de combate à miséria e de abertura de possibilidades de mobilidade social aos mais pobres se combinassem com a manutenção quase intocada das vantagens dos grupos dominantes. Seu esgotamento foi demonstrado pelo golpe de 2016 e pela acelerada política de destruição de direitos implementada pelo governo Temer. Ao longo de todo o processo, Lula não se cansou de acenar com a possibilidade de uma recomposição do pacto, mas, como resposta, recebeu a continuidade da perseguição contra ele e, agora, a prisão. O recado é ainda mais claro quando se põem na conta todas as ilegalidades cometidas para chegar a esse resultado.

Parte da militância do PT julga que a solidariedade ao ex-presidente, que é de fato um preso político, veda qualquer debate sobre o futuro da esquerda. Penso que, ao contrário, este debate se torna cada vez mais urgente – sem que a denúncia do arbítrio e a luta por sua libertação fiquem em segundo plano. Trata-se de buscar os melhores caminhos para enfrentar uma situação em que andam juntos o retrocesso social, o cerceamento das liberdades e a criminalização da própria esquerda.

A discussão passa, necessariamente, por um balanço da experiência petista no poder. É fácil descartá-la sob o rótulo da “conciliação”, como fazem

muitos, do PSTU a Eliane Brum. Em seu livro *A verdade vencerá*, Lula responde aos críticos: “Muitas vezes, companheiros do próprio PT, companheiros ideologicamente mais refinados, achavam que [meu governo] era um governo de conciliação. Eu sempre entendi que um governo de conciliação é quando você pode fazer mais e não quer fazer. Agora, quando você pode fazer menos e acaba fazendo mais, é quase que o começo de uma revolução – e foi o que fizemos neste país”.

É uma defesa retórica, com exagero, mas que toca em um ponto nevrálgico. A crítica feita aos governos do PT deixa subentendido que a alternativa à conciliação seria uma estratégia vitoriosa de enfrentamento. No entanto, o mais provável é que levasse à derrota. O projeto de Lula no poder, que André Singer descreveu como um “reformismo fraco”, nasceu de uma percepção muito desencantada da correlação de forças no Brasil, do entendimento de que o caminho para a implantação um programa menos diluído, que atacasse com maior firmeza nossos problemas estruturais, estava de antemão fechado.

Os limites do pacto lulista são claros. Muitos dos principais gargalos para a construção de uma sociedade mais justa e mais democrática foram deixados quase intocados – o rentismo, a monopólio da informação, o latifúndio. A proposta petista original de uma política mais horizontalizada e participativa foi muito encolhida, para não prejudicar os acertos com a elite política tradicional. O modelo

de desenvolvimento predatório, despreocupado com o impacto ambiental, não foi questionado. A inclusão social foi feita prioritariamente por meio do acesso ao consumo, o que tanto garantia a reapropriação privada do fundo público quanto dificultava a luta pela construção de uma lógica social diferente. O medo dos grupos fundamentalistas inibiu muitas iniciativas de proteção dos direitos das mulheres e da comunidade LGBT. A aposta exclusiva na política institucional produziu desmobilização e, quando tudo desandou, dificuldade para organizar a resistência.

Por outro lado, também não dá para recusar os avanços do ciclo petista. É impossível não se comover com os depoimentos das pessoas que ganharam um futuro com as políticas de transferência de renda. Com aqueles que só agora tiveram acesso a algumas das comodidades da vida moderna, com o Luz para Todos. Com os estudantes que chegaram à universidade, por vezes prosseguindo em mestrados e doutorados, vindos de famílias pobres, de pais analfabetos, graças às políticas de expansão da oferta e democratização do ingresso. Com a efervescência cultural das periferias, que não brota dos governos de Lula e Dilma, mas ganha maior alcance e visibilidade com os projetos de apoio à descentralização da produção.

Mas isso é passado. As condições de reprodução do pacto lulista não existem mais: pode-se dizer que, quando um não quer, dois não conciliam. A esquerda brasileira, com Lula incluído nela, precisa

encontrar um caminho pós-lulista. O que implica não em descartar, mas em fazer a crítica e superar o lulismo que tivemos, o que necessariamente implica em mais enfrentamento político e uma aposta maior na mobilização popular.

Neste processo, há dois elementos principais do lulismo que a esquerda brasileira precisa reter – e reler em uma chave mais à esquerda. O primeiro é a capacidade de comunicação com as massas populares. Lula tem, é claro, uma trajetória invulgar, mesmo para lideranças da esquerda, que favorece a comunicação com o povo. Tem também uma extraordinária competência oratória, uma sensibilidade inata para compreender as audiências e um grande talento para gerar empatia, qualidades não estão dando sopa por aí. Mas sua capacidade de comunicação nasce também de uma recusa consciente a fazer política para seitas. Lula se comunica com a massa porque quer fazer política com a massa, quer ampliar o alcance do discurso, quer romper o círculo da própria esquerda. Sem essa virtude, ele seria talvez um nome com importância na história do sindicalismo brasileiro, mas não o fenômeno político que é. A esquerda brasileira precisa aprender essa lição e parar de se preocupar apenas em falar para si mesma.

O outro elemento valioso do lulismo é o sentido de urgência no enfrentamento das necessidades dos mais pobres. Ele também nasce da vinculação direta com as classes populares, cujas carências não permitem esperar os nos-

sos sonhos. Reconecta a esquerda com o melhor entendimento da política como prática baseada na verdade efetiva das coisas e instrumento para transformação do mundo. E permite a obtenção de uma base social alargada.

Há, no entanto, armadilhas no interior destas virtudes – e ler o lulismo “à esquerda” é exatamente tentar escapar das armadilhas. A busca por uma comunicação ampliada imediata pode levar a evitar enfrentamentos com o senso comum e com a ideologia dominante – e assim dificultar avanços além de certo limite. Julgo que, nos melhores momentos de sua carreira política, Lula soube evitar esse erro. Sem cair nos chavões da esquerda, conseguiu fazer do diálogo com a massa um momento de educação política real. Mas não quando, já no processo de construção da saída lulista, reduziu seu programa ao ideal liberal da “igualdade de oportunidades” e passou a minimizar o conflito social adotando a persona “paz e amor”.

Já o realismo ou pragmatismo que resulta da consciência da urgência das necessidades dos mais pobres corre o risco de resvalar no possibilismo – isto é, no esquecimento de que a vontade de mudar o mundo também é parte da realidade do mundo, na aceitação dos limites à transformação do mundo como inamovíveis, na secundarização da parte da luta política que consiste em alterar as condições da própria luta. Com isso, o enfrentamento das necessidades mais urgentes acaba por se tornar o horizonte



final do projeto político e a transformação social radical é deixada de lado.

Penso, ao contrário, que é necessário manter sempre em mente uma lição de Gramsci – estou me referindo ao trecho dos *Cadernos do cárcere*, em que ele assinala o caráter criador do “político em ação”, que “é um criador, um suscitador; mas não cria do nada, nem se move no vazio turbido dos seus desejos e sonhos. Baseia-se na realidade fatural”. De maneira sintética, Gramsci está indicando a necessidade de ultrapassar tanto o possibilismo, que vê os limites postos à ação política como imutáveis, quanto o voluntarismo, que julga que eles podem ser desprezados por mera decisão subjetiva. O realismo de Gramsci, herdeiro de Maquiavel e de Marx, inclui em seu relato tanto as energias transformadoras latentes no mundo social quanto a vontade atuante de mobilizá-las. Um “lulismo à esquerda” deve conjugar essa compreensão com o entendimento de que é preciso provocar mudanças aqui e agora.

Preservar as virtudes do lulismo escapando de suas armadilhas não é um projeto fácil, mas é necessário para produzir uma prática política que seja radical sem ser onírica e que incida na realidade sem deixar de recusá-la.

## 16. ENTRE O FASCISMO E NÓS, SÓ HÁ NÓS

*Conforme o projeto do golpe se desnudava, ficava mais evidente que só a luta popular seria capaz de interromper os retrocessos.*

*20 de abril de 2018.*

Com o golpe de 2016, as condições da disputa política no Brasil entraram em processo de rápida deterioração. A institucionalidade fundada na Constituição dita “cidadã” opera de maneira cada vez mais precária; suas garantias são cada vez mais incertas. A prisão do ex-presidente Lula, após julgamento de exceção, ao arrepio do texto expresso da própria Carta de 1988 e com inequívoca intenção de influenciar no processo eleitoral, simboliza com precisão a situação em que nos encontramos.

Ao mesmo tempo, a violência política aberta se alastra, seja por meio dos agentes do Estado (como mostra a repressão cada vez mais truculenta às manifestações populares e a perseguição aos movimentos sociais), seja contando com sua complacência. Das tentativas de intimidação à expressão de posições à esquerda em espaços públicos ao brutal assassinato da vereadora Marielle Franco (e seu motorista Anderson Gomes), passando pelos atentados às caravanas de Lula, são muitos os episódios que revelam esta escalada. Há rincões em que o assassinato político nunca deixou de existir – somos um país em que o lati-



fúndio nunca parou de matar lideranças camponesas, por exemplo. Neles, o golpe agravou o quadro, dada a sensação de “portei­ras abertas” que o retrocesso no Brasil gera para os mandantes dos crimes. E, nos lugares em que o conflito político apresentava um verniz mais civilizado, regredimos para patamar inferior.

Dissemina-se, no Brasil, uma forma de macartismo. Não há interdição legal ao pensamento de esquerda, mas fomenta-se um ambiente social em que ele não pode ser manifestado. As instituições que deveriam garantir a liberdade de expressão são omissas, quando não coniventes com os abusos. A resposta padrão à exposição de valores democráticos e progressistas, em muitos ambientes reais e virtuais, é uma saraivada de impropérios e ameaças. Acusada de “desviante”, a produção artística enfrenta a ojeriza de setores organizados e com influência sobre o público. Procuradores e juizes põem em xeque a liberdade acadêmica, às vezes sob o comando do Ministério da Educação, em dobradinha com um pretense “movimento” voltado a impedir o pensamento crítico nas escolas pela mobilização dos preconceitos dos pais. Espaços da mídia alternativa são estrangulados economicamente e sofrem tentativas de censura judicial. Na mídia corporativa, as vozes dissonantes são silenciadas e ridicularizadas. O espaço do debate público é estreitado quase até desaparecer. O vocabulário se entorta na direção do conservadorismo: temos que enfrentar o fantasma da “doutrinação”, burlar o veto à discussão

sobre “gênero”, voltar a estabelecer o valor da igualdade, traçar novamente o sentido dos direitos.

Na sua versão mais extremada, as forças que se encontram na ofensiva na disputa política, no Brasil de hoje, namoram com o fascismo. O dissenso é traição; o adversário precisa ser eliminado. As hierarquias sociais não podem ser desafiadas. Qualquer oposição aos mecanismos de dominação vigentes, qualquer insinuação de ameaça à sua reprodução inalterada, é marcada como “desordem” a ser esmagada. A desordem na família, a desordem no trabalho, a desordem na escola, a desordem na cidade – contra elas, a solução é a imposição da força.

Quem nos protegerá do avanço do fascismo? Certamente não a lei, que vigora de forma tão insuficiente e que se encontra nas mãos de pessoas dispostas a compactuar com este avanço na medida em que colabore para a promoção de seus próprios interesses. Pensemos nos chefes dos poderes da República: Michel Temer, Cármen Lúcia, Rodrigo Maia. Será possível dizer que algum deles possui valores ético-políticos de base, que limitem a amplitude de seu oportunismo? Há em qualquer um deles algum apreço pela liberdade, pela justiça, um sentimento estendido de solidariedade, que os coloque decididamente no lado do antifascismo? Os fatos sugerem uma resposta negativa.

O que nos impede de mergulhar no fascismo é que ainda há, na sociedade, uma oposição que faz com que esse

mergulho seja custoso. É só a nossa resistência, a nossa recusa cotidiana a ceder sem luta qualquer palmo das nossas liberdades, que poderá nos defender do fascismo.

## 17. A EMERGÊNCIA DO AUTORITARISMO PLURALISTA

*Na ausência de um ordenamento jurídico legítimo, os aparelhos da repressão estatal inauguravam uma escalada de arbitrariedades.*

*15 de agosto de 2018.*

Em meio a tantas violências e retrocessos, uma chama a atenção: a ofensiva da Polícia Federal para silenciar, na Universidade Federal de Santa Catarina, qualquer crítica à operação que levou ao suicídio do reitor Luiz Carlos Cancellier, em outubro do ano passado. Cancellier, conhecido na UFSC como Cau, foi preso e humilhado pela PF. Libertado, permaneceu proibido de entrar no campus. Dias depois, cometeu suicídio, num gesto desesperado para denunciar a violência que estava sofrendo. Quem o conhecia sabia que não era um radical. Pelo contrário. Historicamente ligado a um partido apoiador do golpe, o PPS, sempre foi um moderado, um negociador e um conciliador.

A trágica morte do reitor, como era de se esperar, causou revolta na

universidade. A revolta se agravou conforme mais detalhes sobre a operação vinham à tona, culminando na divulgação do relatório do inquérito, incapaz de apontar uma única evidência sólida do pretenso esquema de desvio de verbas no ensino à distância, muito menos do envolvimento de Cau. À parte motivações circunstanciais, vinculadas à figura mais que duvidosa do corregedor Rodolfo Hickel do Prado, a operação na UFSC se explica apenas pela intenção de desmoralizar a universidade pública. O jornal paranaense Gazeta do Povo, que tem se destacado nesta campanha, nem esperou: no dia mesmo da prisão de Cau lançou reportagem dizendo que estava provado que o pretenso “alto custo” da educação superior pública no Brasil era causado pela corrupção.

A comoção causada pelo suicídio do reitor não sensibilizou a Polícia Federal. Mesmo com a gritante ausência de provas, o relatório do inquérito mantém as acusações iniciais. Não houve nenhuma investigação sobre os excessos na operação. Pelo contrário, em dezembro a delegada Erika Marenga, responsável por ela, foi promovida, sendo nomeada superintendente do órgão em Sergipe. Poucos dias após a premiação da delegada, a PF fez na Universidade Federal de Minas Gerais operação similar à que tinha realizado na UFSC, com o mesmo caráter espetacular, levando em condução coercitiva, sob alegações risíveis, o reitor e a vice-reitora (também reitora eleita), entre outros funcionários e professores. A criminalização da gestão universitária é uma das frentes da luta

pela destruição da universidade pública, junto com o subfinanciamento e a censura.

O que salta aos olhos, no caso da UFSC ou da UFMG, é o abuso da autoridade policial, que impõe constrangimentos desnecessários às pessoas investigadas – aliás, investigadas com base em indícios frágeis ou inexistentes. Cancellier, não custa lembrar, foi preso antes de ser sequer chamado para prestar esclarecimentos. O mesmo ocorreu na UFMG com o reitor Jaime Arturo Ramirez e a vice-reitora Sandra Regina Goulart Almeida. Pois o passo seguinte da PF não é apurar o que aconteceu, mas impedir que o abuso seja denunciado. O professor Áureo Moraes foi intimado, acusado de calúnia e difamação, obrigado a informar a autoridade policial sobre eventual mudança de domicílio, por ter gravado entrevista em evento em solidariedade a Cau. Outro professor da UFSC, Mario de Souza Almeida, foi também intimado a “prestar esclarecimentos” pelo discurso que fez numa formatura.

Criminalizar o protesto de cidadãos contra ações de autoridades é um passo seguro para a instauração de um Estado policial. Em entrevista à imprensa, o diretor da PF, delegado Rogério Galloro, defendeu a intimidação contra os professores, desenvolvendo o raciocínio bizarro de que “não é uma investigação contra a universidade. É de crime contra a honra”. Para se defender da acusação de autoritarismo, explicou que “tem outros meios de protestar que não acusar uma autoridade de abuso”.

Em suma, agora a Polícia Federal se julga no direito de definir que tipo de manifestação pública é permitida ou não. Se o protesto não for contra ninguém e não indicar nenhum motivo, Galloro libera.

Creio que o comportamento da PF em Santa Catarina é o indício de uma característica do Brasil do golpe. A carta de 1988 deixou de vigorar em sua plenitude, como mostram, entre muitos outros episódios, a derrubada ilegal de uma presidente no exercício do mandato e as manobras para garantir a prisão de Lula em oposição direta ao artigo 5 da Constituição. Mas não há um centro de autoridade unívoco ou um novo conjunto de regras que discipline o exercício, mesmo que despótico, do poder. A cada momento, ganha quem mais pode. Se o Supremo decide demitir o presidente do Senado, por exemplo, como ocorreu em dezembro de 2016, mas o presidente do Senado tem força, é o Supremo quem se curva e revoga a decisão.

Vivemos um momento, para dizer de forma provocativa, de **autoritarismo pluralista**. Diversos braços do Judiciário e do Executivo, as casas do Legislativo, o Ministério Público, as polícias: cada grupo que se julga provido de certo poder se esforça por exercê-lo de forma incontrolada. Não há, como nos estados autoritários típicos, um poder incontestado que se sobrepõe aos outros e regula o exercício do arbítrio. Raul Jungmann, que atende como ministro da Segurança Pública do governo Michel Temer e é o superior formal da PF, pediu “esclarecimentos” sobre

a perseguição a Áureo Moraes, mas foi um gesto protocolar. A corporação confia no próprio taco e se sente imune à autoridade do ministro, conforme revela a entrevista de Galloro defendendo as ações de intimidação, que é posterior ao tal pedido de esclarecimentos.

É um hobbesianismo singular: são as instituições políticas que se encontram em estado de natureza. E, talvez por estarmos numa etapa ainda inicial do jogo, em que cada uma delas vislumbra a possibilidade de afirmar mais e mais seu próprio arbítrio, nenhuma parece interessada na restauração do estado de direito.

## 18. OS TRENS NÃO VÃO SAIR NO HORÁRIO

*Com Bolsonaro, favorito, no segundo turno, era bom lembrar: autoritarismo não significa ordem.*

*17 de outubro de 2018.*

O símbolo do governo de Mussolini, na Itália, era a pontualidade da rede ferroviária. Recado claro: com mais autoridade, com mais disciplina, com a mão forte do poder, tudo passava a funcionar melhor. O custo era perder algumas liberdades, mas, imaginava-se, valia a pena. Afinal, quem não quer os trens saindo no horário? Como escreveu Fernando Pessoa, sarcástico: “Os fascistas matam seu pai mas você tem a certe-

za que, metendo-se no comboio, chega a tempo para o enterro”.

Há algo dessa mentalidade no apoio a Bolsonaro. O Brasil, dizem, está uma bagunça e é preciso pôr ordem na casa. “Bagunça” é uma categoria elástica. Inclui corrupção, criminalidade desenfreada, desrespeito aos professores, serviços públicos insuficientes, casais de gays ou lésbicas andando de mãos dadas nas ruas, nudez em público, mulheres mandando em homens, bandeiras vermelhas em manifestações, polícia que mata de menos. Fatos e fantasias se misturam no mundo dos memes bolsonarianos, mas a resposta a todos os desafios é, sempre, mais autoridade.

Mas será possível esperar de um governo Bolsonaro algo próximo da “ordem” que ele promete?

É difícil. Apesar de todo o discurso de disciplina, a campanha de Bolsonaro não possui comando, sendo antes um espaço de permanente disputa entre personalidades e grupos que querem se impor uns sobre os outros – general Mourão, Paulo Guedes, Gustavo Bebbiano etc. O líder não é capaz de pacificá-los. Sendo alguém tão limitado, desprovido de conhecimento sobre a realidade e com evidente déficit intelectual, Bolsonaro está condenado a ser um brinquedo nas mãos daqueles que lutam por influência dentro de seu *entourage*.

Na relação com o Congresso, certamente imperará o velho toma-lá-dá-cá. O homem da articulação política é Onyx Lorenzoni, legítimo representante da eli-

te política corrupta de sempre. Mas os novos quadros, a bancada de *outsiders* eleita pelo PSL e por bolsonarianos soltos em outros partidos, o que podemos esperar deles? Muitos analistas têm destacado o fato de que é um grupo mais ideológico, portanto menos maleável que a direita brasileira tradicional. Pode ser. Mas isso os torna menos predatórios? Pessoas como Kim Kataguiri, Joice Hasselmann, Alexandre Frota ou o príncipezinho “imperial”, que já demonstraram tantas vezes uma completa ausência de sentido moral, certamente vão buscar todas as vantagens que puderem obter. Como cada um deles se vê como um herói da cruzada antipetista, julgam que o Estado brasileiro é seu merecido butim.

Com a política econômica ultraliberal já apontada por Paulo Guedes, elemento central do apoio que o grande capital hoje dá à deriva neofascista, as condições de vida das majorias certamente piorarão. Bolsonaro oferece a seu público um conjunto de bodes expiatórios – feministas, LGBT, “petralhas” – e a possibilidade de livre exercício da violência contra eles. As circunstâncias são muito diferentes, mas o paralelo que vem à cabeça é a campanha de ódio que levou ao genocídio em Ruanda, em 1994. Até quando essa violência compensatória anestesiará a base? Até quando será ignorado o efeito da destruição dos serviços públicos, da redução da renda, do aumento do despotismo nos locais de trabalho?

Os próprios estrategistas de Bolsonaro admitem que sua populari-

dade deve logo se esvaír. Podemos esperar, então, um início de governo devastador, em que tentarão aproveitar o empuxo dado pela vitória eleitoral para destruir o que ainda houver de democracia e de direitos. Quem nos protegerá disso? As “instituições” que já se mostraram coniventes com o golpe de 2016? Um Supremo tão acovardado que seu presidente já se alinha com a defesa (por enquanto envergonhada) da ditadura de 1964?

A eleição de Bolsonaro, não nos equivoquemos, é o prenúncio da ditadura. Resistir a um novo golpe, agora de caráter neofascista, tendo-o na presidência será muito mais difícil. Iludem-se aqueles que agem hoje pensando nas vantagens que poderão ter em 2022, simplesmente porque a própria continuidade do processo eleitoral está ameaçada.

Nossos problemas não serão resolvidos em 28 de outubro. A besta fascista foi posta nas ruas e não se recolerá por causa de uma simples derrota eleitoral. Os efeitos do golpe de 2016 e dos retrocessos de Temer estão aí. Mas as condições da resistência são muito sensíveis ao resultado das urnas. Para todo o campo democrático, qualquer que seja o balanço que se faça do PT e de seus governos, eleger Fernando Haddad é essencial para que possamos sonhar em sair da defensiva e retomar a tarefa de reconstrução democrática do Brasil.



## 19. O OLAVO DO MERCADO

*No início do governo Bolsonaro, a mídia se esforçou para separar uma ala “ideológica”, composta por seguidores do charlatão Olavo de Carvalho e fanáticos religiosos, de outra, “técnica”, representada pela área econômica. Mas nunca foi bem assim.*

*22 de março de 2019.*

Nas eleições do ano passado, diante da inviabilidade eleitoral de seus candidatos, os grupos dominantes do Brasil se viram frente a uma encruzilhada. Podiam reabrir um caminho de negociações com o PT, que lançara um candidato presidencial mais do que palatável, Fernando Haddad, e assinalava com clareza sua disposição para pactuar um lulismo 2.0, adequado às condições adversas do pós-golpe de 2016. Este caminho implicava restabelecer algum grau de vigência da Carta de 1988 e alguma moderação no frenesi pela destrutiva de direitos e de políticas de proteção social. A outra opção era apoiar um candidato destemperado e despreparado, notabilizado por seu discurso histriônico de apologia à violência e com notórias ligações suspeitas com grupos criminosos. A burguesia, as elites políticas tradicionais, a imprensa e as classes médias não titubearam e escolheram a segunda opção.

Com Bolsonaro na presidência batendo o recorde mundial de vexames por minuto, muitos destes setores estão preferindo guardar distância de seu eleito. Da goiabeira ao *golden shower*, passando

por Queiroz e pelos laranjais, são muitos os motivos para evitar associação com o novo governo, que agora apanha até em editoriais do *Estadão*. Mesmo o ex-juiz Sérgio Moro, o herói da cruzada para salvar o Brasil do petismo, desmoralizou-se rapidamente. Sobra apenas um pilar do bolsonarismo no poder, o czar da economia, Paulo Guedes, avalista do apoio do capital ao ex-capitão, até então visto com desconfiança, como um estatista autoritário – o problema, claro, residia no “estatista”, não no “autoritário”.

A cobertura da imprensa é significativa. Guedes é tratado como alguém que sabe o que faz e um dos problemas centrais de Bolsonaro seria não priorizar, na presidência, a defesa das “reformas” prometidas por seu ministro. Mas a competência e a sensatez de Paulo Guedes podem entrar na conta das *fake news*.

Não se trata só da ignorância absoluta sobre a gestão do ministério, ilustrada pelo episódio da célebre conversa com o então presidente do Senado, Eunício Oliveira, em que Guedes desdenhou a aprovação do orçamento da União dizendo “o orçamento eu faço depois”, ou pela exoneração sumária de todos os funcionários com cargo de confiança que haviam trabalhado nos governos petistas, paralisando as atividades por longo período – não era possível nomear outros para seus lugares, porque até os funcionários que sabiam como fazer as nomeações tinham sido afastados... Nem é apenas a incapacidade de discutir e negociar, com grupos sociais



ou com o parlamento, adotando sempre um tom de ameaça.

Mais do que isso, Paulo Guedes é o arauto de uma forma de fundamentalismo de mercado que bem pode ser descrita como uma espécie de *terraplanismo econômico*. Todas as evidências mostram que a brutal desregulamentação que ele advoga não leva ao crescimento, mas somente à concentração da riqueza e à pauperização da população. A privatização ensandecida de Guedes e de seu assessor Salim Mattar não equilibrará as contas públicas e privará o Estado brasileiro de receitas e de instrumentos de ação. Sua fúria contra o funcionalismo público, que o leva a aventar o fechamento de instituições como o IBGE, só pode ser classificada de irracional: não é possível imaginar um Estado moderno, mesmo mínimo, que se prive dos instrumentos básicos de aferição da situação da sociedade que ele quer comandar.

Guedes gosta de reciclar o velho dito de que a esquerda tem coração e a direita tem cérebro, mas parece que a ele faltam ambos. Ele é imune ao raciocínio lógico, ao aprendizado com a experiência histórica e à realidade factual. A reforma da Previdência, prioridade máxima dele e do capital hoje, serve de exemplo. O modelo pinochetista, que ele deseja implantar no Brasil, é um perfeito *case* de fracasso – exceto para os especuladores que roubaram a poupança da classe trabalhadora. Mesmo com ajustes que foram feitos para minorar a situação (com intervenção, vejam só, do Estado!), os aposentados recebem em média me-

nos da metade do que lhes havia sido prometido. Mais de 90% deles ganham cerca de metade do salário mínimo. Os jornais noticiam uma onda de suicídios de idosos, o que talvez seja mesmo a solução ideal para Guedes.

A insensibilidade das nossas elites para com a situação da classe trabalhadora é notável e se manifesta com especial virulência no debate sobre a previdência. Guedes não tem o monopólio dela. Rodrigo Maia, por exemplo, interveio para dizer que “todo mundo consegue trabalhar até os 80 anos” (como a expectativa de vida está em 75 anos, percebe-se que muitos vão ter que procurar emprego na condição de almas penadas). Mas essa cegueira de classe, ainda que comum, é indesculpável naqueles que deveriam governar a totalidade dos brasileiros. Para Maia, como para Guedes, aposentadoria é o que se dá à mão de obra tornada inservível e o aposentado não conta como um ser humano que ainda tem uma vida a viver. Para o trabalhador e a trabalhadora, ao contrário, a aposentadoria é a ansiada alforria. O momento em que eles podem alcançar um pouco da liberdade existencial de que os burgueses desfrutam. Para isso, é preciso que tenham duas coisas: alguma tranquilidade material e suficiente saúde.

Essa perspectiva é silenciada sistematicamente no debate brasileiro sobre a reforma da Previdência. Um debate limitado, enviesado, com dogmas que, justamente por serem tão frágeis, não podem sofrer questionamentos. Esses

dogmas incluem o enquadramento da questão exclusivamente sob o ângulo contábil e a “bomba relógio” do “indiscutível” desequilíbrio estrutural. Outro dogma é a ideia de que trabalhador existe para trabalhar, isto é, para gerar mais-valor, enquanto tiver um sopro de energia no corpo.

Guedes é, hoje, o repetidor-mor desse discurso dogmático. Seu papel é enunciar certezas e impedir o debate sobre elas. A mídia gosta de diferenciar os olavetes e fanáticos religiosos, que formariam a “ala psiquiátrica” do governo, de seu homem no Ministério da Economia. Mas Paulo Guedes não é tão diferente do guru de Richmond, em seu apego a teorias sem fundamento e em sua arrogância e truculência na discussão pública. Faltam o charuto, o licor de laranja e o tapete com a pele do pobre urso bebê, mas, a seu modo, ele é o Olavo do mercado.

## 20. CONSPIRAÇÃO LAVA JATO

*As mensagens privadas da força tarefa do Ministério Público, obtidas pelo The Intercept Brasil, comprovaram o caráter da Operação Lava Jato: uma conspiração contra a democracia.*

10 de junho de 2019.

Para quem tem acompanhado com um pouco de atenção a política bra-

sileira dos últimos anos, os documentos divulgados ontem por *The Intercept Brasil* têm mais sabor de confirmação do que de revelação. Restavam poucas dúvidas sobre a motivação política da Lava Jato ou sobre o comportamento anti-ético do juiz Sérgio Moro. Vendida pela mídia e pela direita em geral como a maior operação de combate à corrupção da história, a Lava Jato é, ela própria, profundamente corrupta. Seu objetivo nunca foi combater desvios, mas sim retirar o Partido dos Trabalhadores do poder, pelos meios que fossem necessários, interrompendo suas tímidas políticas sociais compensatórias. Agora, essa conclusão não é mais uma mera especulação, ainda que sustentada em evidências. Está comprovada.

A Lava Jato não foi capaz de garantir a eleição de Aécio Neves em 2014, mas permitiu a deflagração do golpe de 2016, abriu as portas para a criminalização do PT e da esquerda, colocou Lula na prisão e fez do miliciano ou amigo de milicianos Jair Bolsonaro o novo presidente da República. Seu saldo líquido é o recuo das instituições democráticas e do império da lei, a obsolescência da Constituição de 1988, a degradação dos três poderes, a maior vulnerabilidade da república a grupos criminosos, a retirada de direitos, a perda da soberania nacional e o aumento da vulnerabilidade social.

O nome com que a operação passará à história, não resta mais dúvida, é “Conspiração Lava Jato”. Os documentos publicados até agora indicam com cla-

reza que Moro e os procuradores conspiraram – no sentido preciso da palavra – para prender Lula e para influenciar resultados eleitorais. Não tardará a ficar evidente a participação de outros agentes, como a mídia corporativa ou os Estados Unidos.

Para o campo democrático, as novas informações redimensionam a campanha pela libertação de Lula. A rigor, todas as sentenças oriundas da Lava Jato precisariam ser anuladas. A vinculação da corrupção do Judiciário com os demais retrocessos que ocorreram no país tornou-se ainda mais gritante. E a ilegitimidade da eleição de 2018 também não tem mais como ser escondida. Entendido como bandeira que sintetiza a denúncia do ataque às instituições democráticas, o “Lula livre” deve representar não só a defesa da liberdade do ex-presidente e de todos os outros presos políticos, como também a oposição ao golpe e às políticas que ele implementou – e mesmo, na medida em que as condições permitirem, a exigência de anulação do pleito do ano passado.

Para a extrema-direita, pouco muda. O cinismo, que ela se habituou a praticar no debate público, já está a pleno vapor. Nas mídias sociais, robôs e robotizados reagiram às reportagens do *The Intercept Brasil* com frases como “Lula tá preso, babaca”. No contexto, a frase é uma confissão de culpa e revela o universo mental deste grupo: a política é um vale-tudo e, se Moro e Dallagnol desrespeitaram as regras básicas da ética e

da lei para prejudicar seus adversários, ainda mais “heróis” eles são.

Quem fica em maus lençóis mesmo é o amplo setor do lavajatismo que se quer “civilizado” – aqueles que não desejavam se confundir com Bolsonaro, que não queriam se comprometer com o desmonte da democracia brasileira, mas ficavam satisfeitos com a criminalização do petismo e incorporaram a versão do “combate sem tréguas à corrupção” como justificativa. É um amplo grupo, que inclui parte da cúpula do Judiciário e parte da grande imprensa; políticos conservadores que se projetam como respeitáveis, como Fernando Henrique Cardoso e Marina Silva, e também o udenismo de ultraesquerda. Para estes, chegou a hora da verdade. Ou mandam publicamente os escrúpulos às favas ou terão que romper sua convivência com a conspiração.

## 21. OS ISENTÕES TOMAM A FRENTE DO GOLPE

*As revelações do Intercept levaram Moro a desculpas risíveis – e muitos outros a malabarismos para tentar manter as consequências da Lava Jato (em especial, a criminalização da esquerda) a despeito do desvelamento de seu modus operandi.*

*11 de junho de 2019.*

A divulgação das conversas da força-tarefa da Lava Jato com o então

juiz Sérgio Moro adquiriu tal magnitude que se tornou impossível, para o *establishment* político e midiático, ignorá-las. A direita extremada manda suas hordas, nas redes virtuais, redobrar a virulência nos ataques ao “petismo” (categoria ampla que engloba todo o campo democrático), lançar acusações contra Glenn Greenwald e preparar falsificações para, a partir delas, tentar desmoralizar os diálogos autênticos. Ações de quem está na defensiva e não vê como sair dessa posição.

No início relutantes, os meios de comunicação corporativos acabaram tendo que noticiar o vazamento, mesmo que de forma tímida e enviesada. A tentativa de minimizar o episódio, emblematizada pela reação inicial de Fernando Henrique Cardoso (“tempestade em copo d’água”), logo mostrou fôlego curto. A natureza dos crimes cometidos por Moro, Dallagnol e seus asseclas faz com que eles, mesmo que não pareçam tão espetaculosos para os desavisados, sejam imediatamente identificados como gravíssimos nos meios jurídicos. A corregedoria do Ministério Público iniciou investigação sobre Dallagnol e mesmo a OAB, cuja postura ao longo de todo o processo do golpe sempre foi de cumplicidade ativa, pediu o afastamento dos implicados.

Os jornalões, que ontem tentavam esconder o episódio, hoje começaram a se render. O *Estadão* ainda arranja uma manchete fora do tema, mas O Globo diz “Conversas de Moro com procuradores e ação de hacker serão investiga-

das”. Tenta o difícil caminho de colocar os malfeitos da Lava Jato e o trabalho jornalístico do *Intercept Brasil* no mesmo saco. A *Folha* escancara a crise: “Governo Bolsonaro se blindou e adota cautela com Moro”.

Abre-se, então, a possibilidade de sacrificar Moro. Até agora, o ex-juiz não conseguiu inventar uma linha de defesa razoável. Primeiro, lançou uma nota cujo efeito principal foi confirmar a autenticidade dos diálogos. Agora, esconde-se atrás de um insustentável “não vi nada demais” – mas se alguém que era juiz não via “nada demais” em orientar um dos lados de um caso que ia julgar, das duas uma: ou é mentecapto ou é cínico. Em Manaus, ontem, deu chilique e interrompeu entrevista em que foi indagado sobre o assunto.

O ex-justiceiro de Curitiba mostra, uma vez mais, despreparo. E a posição de bode expiatório casa como uma luva para ele, por dois motivos. Primeiro, embora sempre tenha sido apenas um peão, tornou-se símbolo da Lava Jato e “herói” nacional. Se cair, dará a impressão de que a justiça triunfa. Depois, porque todos já perceberam que é frouxo. Outro, em seu lugar, já teria batido a mão na mesa e dito “se eu cair, eu explodo essa zorra toda”. Moro não é desses. O primeiro e crucial dia da crise passou sem uma manifestação vibrante de solidariedade do governo no qual ele teria entrado como “avalista”.

É aí que os “isentos” se apresentam, para sugerir um caminho. Trata-se

de afastar Moro, mas manter de pé suas decisões. Um folclórico colunista conservador da *Folha de S. Paulo* escreve hoje que, embora esteja demonstrado que “o ex-juiz e os procuradores estabeleceram uma relação de proximidade absolutamente inadequada, que dá substrato à suspeita, desde sempre levantada pela defesa do ex-presidente, de que Moro não atuava com imparcialidade”, os julgamentos não devem ser anulados, já que “não há sugestão de que Moro e os procuradores tenham interferido na realidade fática das provas”. Se o raciocínio dele tivesse lógica, poderíamos abolir a magistratura: a “realidade fática das provas”, por si só, condenaria ou absolveria. Mas, na verdade, a “realidade fática das provas” exige interpretação; por isso é que se cobra imparcialidade do juiz. Quando esse juiz colabora com um dos lados e mesmo, detalhe que Helio Schwartzman convenientemente ignora, reconhece privadamente que as provas que vai usar para condenar são muito frágeis, não há como salvar o processo.

Do Twitter, vem a contribuição daquele que é a encarnação brasileira da personagem de Macedonio Fernández, “el hombre que será Presidente y no lo fue”: “Antes que as paixões contra ou a favor do ex-presidente Lula – o mais notável atingido pela Lava Jato – venham aqui defender cegamente seus interesses, lembrem-se de Eduardo Cunha, Geddel Vieira Lima, Palocci... todos esses poderão se beneficiar com o que está acontecendo”. Portanto, para Ciro, a manutenção de “homens maus” presos compensa a violação de todas as regras do correto

processo judiciário. Falando para um público diferente, ele admite que a prisão de Lula pode ser injusta, embora seja o preço a pagar pela punição dos outros, mas na essência sua postura não difere do amoralismo da extrema-direita punitivista.

Os diálogos publicados até agora mostram com clareza uma conspiração entre Judiciário e Ministério Público para condenar Lula. Caso mostrem trama igual contra outras pessoas, as condenações precisam também ser revogadas – mesmo que se trate de Eduardo Cunha. Ao contrário do que Ciro insinua, a campanha “Lula livre” não se baseia numa suposta imunidade do ex-presidente, mas na defesa do direito de defesa e das regras do justo processo penal.

Também a ex-senadora, ex-ministra e ex-líder política se manifestou. Uma longa nota, resumida, num tuíte, à ideia de que “não se pode ter dois pesos e duas medidas”. Enigmático, como de costume, mas a leitura da nota, com ênfase em evitar que “possíveis erros sirvam de pretexto para desconstruir a luta anticorrupção”, mostra que a opção é também afastar ou até punir Moro e Dallagnol, mas manter Lula preso. A “luta anticorrupção” é alçada à posição de valor máximo; em nome dela, todos os direitos podem ser atropelados.

Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, no final do dia de ontem abandonou o discurso da “tempestade em copo d’água” para, quem diria, aderir à linha de Marina Silva. Em um tuíte que



aparentemente não diz nada, conclama um “grande acordo nacional”: “É hora de juízo: sem entendimento perderemos o bonde da história”. O “entendimento”, parece claro, é entre os artífices do golpe, para evitar que a exposição da podridão da Lava Jato prejudique os frutos alcançados até aqui.

Quem desvela melhor a estratégia é outro colunista da Folha, que adverte para o “falso dilema”. Diz ele: “No jogo amarrado da polarização, o público é levado a escolher entre o atropelo do devido processo legal e a impunidade pura e simples”. Em vez disso, “é preciso articular uma posição independente na qual se reconheça a gravidade do que foi revelado pela Operação Lava Jato, a atribuição da responsabilidade política de quem governava durante o período e a necessidade de que a investigação e o julgamento dos ilícitos aconteçam dentro dos parâmetros da lei e da Constituição”.

São palavras bonitas, mas carentes de sentido. O que foi revelado pela conspiração Lava Jato é indissociável de seus métodos. Se o julgamento estava enviesado, se havia predisposição para condenar mesmo com evidências frágeis e impermeabilidade aos argumentos da defesa, não há caminho possível exceto a anulação do processo. Pablo Ortellado ridiculariza o fato de que a esquerda apresenta os diálogos publicados no *Intercept Brasil* como provas cabais “da parcialidade da Lava Jato, do caráter político do julgamento do ex-presidente Lula e de que o *impeachment* de Dilma Rousseff foi efetivamente um golpe par-

lamentar”. Ele pode falar à vontade em “disputa de narrativas”, mas não muda o fato de que, sim, os diálogos provam tudo isso.

O caminho sugerido agora pelos pretensos isentões é esse: *punir os punitivistas para manter o punitivismo*. Isso não serve para o campo democrático. É preciso restaurar a vigência dos direitos e das garantias. É preciso anular as condenações tendenciosas e injustas. E é preciso desmitificar o discurso do “combate à corrupção”, que convenientemente esquece o caráter estrutural da relação entre capital e Estado e serve apenas para destruir a democracia.

## 22. PUNITIVISMO, ANTIPOLÍTICA E AVANÇO DA DIREITA

*O viés antipolítica da mentalidade punitivista, da qual a Lava Jato era exemplo extremo, é incompatível com a democracia.*

12 de junho de 2019.

Quando a Lava Jato eclodiu, muita gente a apoiou de boa-fé. Os vieses da operação eram evidentes a qualquer olhar um pouco atento, mas era possível admitir o discurso de que, cedo ou tarde, a “limpeza” iria alcançar todos.

Desde o começo, os métodos eram, digamos, heterodoxos, mas também era fácil aceitar que um tanto a mais



de “pressão” era o preço a pagar para romper o ciclo de impunidade. Mesmo à esquerda, colava a ideia de que a corrupção – sempre vista como um problema do caráter de alguns indivíduos, não um elemento sistêmico da relação entre capital e política – era o maior problema nacional.

Poucos se preocupavam em analisar as afinidades eletivas entre a Lava Jato e o discurso antipolítico, que tornaram a operação instrumental seja para o desmonte das empresas estatais, seja para o avanço da extrema-direita.

O apelo do discurso do “combate sem tréguas à corrupção” era tanto que já em 2017, portanto depois do golpe de Estado que derrubou a presidente Dilma Rousseff, o jornalista Glenn Greenwald – um liberal e democrata, que agora cumpre inestimável papel revelando o conluio entre Sérgio Moro e o Ministério Público – declarava que a Lava Jato era “algo extraordinariamente corajoso, digno de ser homenageado”. Na mesma época, outra jornalista, reconhecida como defensora dos direitos humanos, Eliane Brum, temperava críticas pontuais à operação com a afirmação de que ela “é importante e é imperativo que ela continue”.

O custo de ser contra a Lava Jato era alto: quase como ser a favor da corrupção. Políticos à esquerda saudavam com entusiasmo a operação. Alguns de fato podiam acreditar na retórica da “limpeza geral” do sistema político. Outros antecipavam a derrocada do PT e sonha-

vam com herdar o espólio – o nome de Luciana Genro é apenas o primeiro da lista. Mas mesmo petistas sentiam que o custo de criticar os heróis do momento era alto demais e adotavam um discurso público conciliador. Não foram poucas as declarações de Fernando Haddad, já como candidato em 2018, garantindo apoio à Lava Jato e mesmo elogiando o juiz de primeira instância: “Em geral, Sérgio Moro fez um bom trabalho”.

Por convicção, por ingenuidade ou por oportunismo, muitos abriram as portas para o discurso punitivista e, assim, para a derrocada do Estado de direito e da democracia.

Depois das reportagens de *The Intercept Brasil*, só os cínicos são capazes de defender a Lava Jato. Hoje talvez o mais ativo porta-voz do autoritarismo iliberal no STF, o ministro Luiz Roberto Barroso deu uma declaração pública de transparente clareza: “A corrupção existiu e precisa continuar a ser enfrentada, como vinha sendo. De modo que tenho dificuldade em entender a euforia que tomou os corruptos e seus parceiros [com as revelações do conluio entre juiz e procuradores]”.

O que Barroso está dizendo é que o respeito às regras do processo penal, ao direito de defesa e à imparcialidade judiciária não é apenas uma bobagem, mas uma forma de leniência com a corrupção. Trata-se de punir os “maus” e pronto – e, na ausência do julgamento correto, sabemos quem são os “maus” graças à opinião publicada...

Pouco separa Barroso dos brados de “deporta Greenwald” que ecoam nas redes sociais, vindos da extrema-direita em fúria. Que esta mentalidade tenha um assento na máxima corte brasileira, aquela que deveria proteger a Constituição, é um sintoma grave da situação que atravessamos.

A Lava Jato atuou contra a reeleição de Dilma em 2014, pelo golpe e pela prisão de Lula em seguida, para impedir a vitória do PT em 2018. Seu objetivo nunca foi combater a corrupção e isto parece evidente hoje. Mesmo que tivesse sido, não justificaria os meios adotados.

A pusilanimidade do campo democrático na defesa dos princípios que o caracterizam, sua capitulação diante do discurso fácil e interessado da mídia e sua falta de disposição em fazer a disputa das narrativas são corresponsáveis pelo peso que o punitivismo autoritário ganhou no Brasil. Mas não há conciliação possível: é uma visão que aponta inequivocamente para o fascismo.

## 23. O QUE FAZER COM UMA NINHADA DE CAMUNDONGOS?

*O sistema político logo absorveu e normalizou o escândalo gerado pelas revelações da Vaza Jato – sinal de que não adianta*

*sonhar com uma “bala de prata” contra os retrocessos.*

*29 de junho de 2019.*

Moro soltou seu mau latim no Twitter para dizer que as revelações do *Intercept Brasil* eram a montanha parindo um rato. Sob qualquer parâmetro do direito e da moral, as revelações não podem ser consideradas “um rato”. Elas exibem um juiz traindo suas obrigações profissionais mais elementares, cometendo crimes, participando de uma conspiração contra o regime democrático.

Para que sejam entendidas, basta alcançar um princípio muito simples: a imparcialidade do juiz. Em qualquer lugar do mundo, as conversas divulgadas com o MP seriam mais do que suficientes para a queda e prisão de Moro, de Dallagnol e do resto da turma, a libertação dos réus que foram vítimas de suas maquinações e a anulação das eleições fraudadas de 2018.

Mas não estamos em qualquer lugar do mundo. Estamos no Brasil de Bolsonaro. Depois de titubear um pouco, Moro e seus “acepipes”, como diria o ministro da Educação, logo encontraram o caminho para sua defesa: o cinismo puro e simples. Negam o óbvio, enquanto piscam o olho para sua plateia.

Temos a corregedoria do MPF se apressando em arquivar qualquer investigação. Temos manifesto de centenas de juízes afirmando que se mancomunar com uma das partes é prática corrente e

aceitável. Temos a Rede Globo. Temos o Supremo, um poder minúsculo, que não está só acovardado, como certa vez disse Lula, mas é cúmplice ativo da destruição do Brasil.

A multidão de múnions, que teme usar o próprio cérebro mais que o diabo teme a cruz, produz sua própria mistura de cinismo e ignorância. No fim, reduz a situação àquela frase lacradora, onde múnions e Gomes se encontram: “Lula tá preso, babaca”.

Moro perde popularidade, perde a luz própria que sempre mais simulou do que de fato teve, e se torna de vez um boneco na mão de Bolsonaro. Se dependesse de suas próprias forças, estaria frito. Mas está protegido pelo arco amplo da direita – bolsonarismo, MBL, Globo, FHC – que entendeu que o caminho do cinismo é o único seguro para garantir a continuidade do golpe de 2016.

O campo democrático, por sua vez, parece paralisado, esperando a anunciada, mas sempre postergada, bala de prata do *Intercept*. Não sei se ela virá. Não sei qual é a agenda de Glenn Greenwald, nem acho que ele tenha a responsabilidade de dar rumo à oposição no Brasil.

Não acho boa a maneira pela qual ele se tornou personagem da crise, polemizando com a direita e a cada dia prometendo novas bombas. Seria melhor um perfil mais baixo, para agudizar a contradição “jornalista imparcial vs. juiz parcial”. Mas o principal é isso: ele não é, nem pode ser, o formulador da estratégia da esquerda. Não podemos ficar

pendentes do cronograma do *Intercept Brasil* e de seus parceiros

A blindagem que o cinismo produz tem potencial para transformar qualquer revelação, por mais importante que seja, no tal rato parido pela montanha. Se Sérgio Moro tivesse um pingão de decência, já teria renunciado e se escondido em qualquer buraco, depois de exposto do jeito que foi. Mas se ele tivesse um pingão de decência não seria Sérgio Moro.

Em vez de esperar pela improvável revelação final, que destruirá Moro, Bolsonaro e o golpe pela simples força de seu enunciado, devíamos trabalhar a sério com a ninhada de camundongos que temos. Falar com quem tem alguma disposição para ouvir e pensar, mostrando como a Lava Jato foi um instrumento para impedir que a vontade popular se manifestasse, discutindo como o discurso do combate desenfreado à corrupção leva à aceitação da destruição da democracia e, sobretudo, vinculando a perseguição contra Lula, a criminalização da esquerda e o golpe com a perda de direitos (congelamento dos gastos, reforma trabalhista, reforma previdenciária).

Não, o *Intercept Brasil* não vai trazer uma solução miraculosa e nos liberar da cansativa tarefa de fazer o trabalho político.

## 24. AINDA 2013

*O discurso de que as manifestações de 2013 eram as culpadas pelos retrocessos ganhou o apoio do ex-presidente Lula. Mas o que dizer de uma esquerda que tem medo de povo na rua?*

*12 de janeiro de 2020.*

Quando eclodiram as manifestações em 2013, eu me coloquei do lado dos “céticos”, por assim dizer. Enquanto alguns amigos saudavam a eclosão da revolução popular, eu julgava que um movimento tão carente de organização e de liderança dificilmente teria força para ser mais do que a expressão pontual de uma insatisfação latente. Sou *old fashioned* demais para pensar diferente.

Não fui capaz de prever a captura de 2013 pela direita, mas, quando ocorreu, ela pareceu bastante óbvia. O MPL não tinha força para comandar protestos tão gigantescos. Aos partidos à esquerda do PT também faltava base social para tanto.

E o próprio PT estava em situação complicada. Era um alvo da insatisfação, já que controlava o governo federal. E a reação inicial de Fernando Haddad, então prefeito de São Paulo, às reivindicações também não contribuiu para legitimar o partido como interlocutor, muito pelo contrário. (Lembrando que 2013 não começou nem terminou em São Paulo, mas foram as manifestações paulistanas que ganharam a atenção na-

cional e, assim, transformaram aquele momento na onda que se tornou.)

Não há, no entanto, nenhum indício de que as manifestações de 2013 tenham começado como parte do golpe, como disse o ex-presidente Lula em entrevista à Telesur. Não há nenhum indício de que os movimentos de transporte público estivessem a serviço de grupos de direita ou do imperialismo estadunidense, ou infiltrados, ou manipulados. Absolutamente nada sustenta tal tese. Nem provas, nem mesmo convicções. Há uma enorme diferença entre uma mobilização ser capturada pela direita e ser pensada, deflagrada ou patrocinada pela direita. As declarações de Lula, portanto, foram enormemente irresponsáveis (para usar uma palavra amena).

E o uso de uma velha entrevista de Elisa Quadros por uma parte de sua tropa de choque, uma entrevista defendendo *en passant* a libertação de alguém que muitos anos depois revelou ser um terrorista de extrema-direita, só pode ser denominada como calhorda. Elisa Quadros pode ter sido ingênua, precipitada, desavisada, radicaloide, assim como a liderança do MPL pode ser criticada de diversas maneiras. É um bom tema para debate. Mas não dá para chamá-los de quinta coluna, traidores, agentes ianques, nada disso. É bem mais honesto reconhecer que, muito antes de serem tomadas por coxinhas mobilizados pela Rede Globo, as manifestações de 2013 levaram às ruas uma massa de insatisfeitos com os limites do arranjo lulista.

Oferta de empregos, sim, mas de baixa qualificação e baixo salário. Inclusão social, mas mais pelo consumo do que pela oferta de serviços socializados. Combate à miséria, mas convivência com a desigualdade profunda. E o espaço da cidade, fulcro da pauta do MPL, é aquele em que as diversas assimetrias – de classe, de gênero, de raça – e as violências associadas a elas se manifestam com clareza.

O governo Dilma Rousseff e o PT, infelizmente, preferiram conter o movimento e focar na minimização de danos para as eleições do ano seguinte, em vez de buscar um diálogo real com as ruas, que permitisse uma mudança no arranjo vigente, em condições mais favoráveis ao campo popular. Talvez uma disposição diferente, por parte do governo e de seu partido, tivesse dificultado a captura do protesto pela direita. Mas é mais fácil culpar os manifestantes.

A demonização de 2013 por Lula segue essa lógica. O povo na rua atrapalhou o governo, colocou em risco a reeleição, logo estava a serviço dos adversários. É melancólico ver o maior líder popular da nossa história, forjado nas jornadas memoráveis de 1978, condenando liminarmente manifestações populares, como se fossem “estorvos” para a ação política. É a demonstração máxima da conversão total e absoluta do lulismo à política institucional, aquela que começa e termina nas urnas, nos parlamentos e nos tribunais. O que, aliás, leva a um péssimo prognóstico para

a resistência necessária aos retrocessos em curso.

Esse é o drama da esquerda brasileira. Por um lado, apesar de declarações soltas que permitem vislumbrar algo diferente, mas que logo se dissipam, Lula mantém os dois pés fincados na estratégia de acomodações sucessivas – cujo esgotamento, no entanto, vem sendo provado cabalmente desde o golpe de 2016. Por outro lado, Lula permanece sendo o maior depositário de duas virtudes das quais a esquerda brasileira precisa desesperadamente: a capacidade de comunicação com as massas mais amplas e o sentido de urgência, de busca de respostas imediatas para problemas prementes, em vez de desenhar cenários grandiosos para um futuro indeterminado.

## 25. A ESQUERDA EM CRISE DIANTE DA CRISE

*A pandemia revelou a face mais insana e criminosa do governo Bolsonaro. A fraqueza da oposição de esquerda e a falta de clareza quanto a seus objetivos táticos e estratégicos dificultou a ação política contra ele.*

*23 de março de 2020.*

A crise provocada pela pandemia mundial do novo coronavírus pegou a esquerda brasileira em seu pior momen-



to – e expõe, com clareza devastadora, sua debilidade.

Os protagonistas da crise estão todos à direita no espectro político: Bolsonaro, Maia, os governadores de São Paulo e do Rio de Janeiro, o ministro da Saúde. Minoritários no parlamento, ausentes dos maiores centros do poder e com a capacidade de mobilização social, que já se mostrava insuficiente, ainda mais reduzida pelas medidas sanitárias de isolamento, o que os partidos e movimentos do campo popular podem fazer?

É fácil pontuar que a crise revela a importância do SUS e do serviço público em geral, destrói as falácias do Estado mínimo, dramatiza a desumanidade de nossa desigualdade social extrema, valoriza o conhecimento científico – todos discursos próprios da esquerda. É fácil, mas não basta.

É preciso definir um conjunto de propostas específicas para o enfrentamento da crise e uma estratégia para pressionar em favor delas. Não se trata (e essa ficha parece que ainda não caiu para algumas lideranças) de marcar posição para ganhar pontos politicamente no futuro, mas de apresentar propostas que sejam viáveis, mesmo com a atual correlação de forças, e possam minorar o custo humano da pandemia.

Estamos numa situação em que uma parte importante da liderança política conservadora se vê motivada a abandonar convicções prévias e a abraçar ideias mais “progressistas” – o que alguns estão chamando de “keynesianis-

mo de coronavírus”. Uma bandeira como a adoção de uma renda básica universal e incondicional, por exemplo, para proteger os milhões de desempregados, subempregados e precarizados, ganhou uma viabilidade com que até um mês atrás nem se sonhava.

Além dela, é necessário apresentar propostas concretas e viáveis de financiamento emergencial da saúde pública, para aquisição de testes, respiradores e outros equipamentos e para contratação de pessoal; de proteção ao emprego e ao salário; de apoio ao enorme contingente de micro, pequenas e médias empresas que se virão diante da falência. O desafio, portanto, é duplo: estabelecer uma interlocução com os tomadores de decisão que permita a adoção de medidas que protejam as maiorias mais vulneráveis e mobilizar em favor delas o máximo de pressão possível.

Surge aí um complicador: a presidência de Jair Bolsonaro. Seu comportamento diante da crise é marcado por uma irracionalidade ostensiva. Ele não apenas nega a gravidade da pandemia como pressiona (com algum sucesso) o Ministério da Saúde a retardar medidas de enfrentamento. Ele próprio se apresenta, pessoalmente, como provável vetor de contaminação. Produz informações falsas, como o vídeo em que anunciou a “cura” para o coronavírus, cujo efeito é criar mais tumulto no sistema de saúde. E mantém firme a política de Paulo Guedes, um fundamentalista mais preocupado em preservar seus dogmas do que em poupar o Brasil da devasta-



ção social que se avizinha. Até agora, as medidas emergenciais anunciadas consistem quase inteiramente em antecipação de desembolsos do governo e postergação de recolhimentos, sem efetiva injeção de dinheiro na economia (na contramão do que vem sendo feito em todo mundo), além de cortes nos salários.

A irracionalidade de Bolsonaro, porém, tem método. Ele mantém sua base unida, alimentada por negação da realidade, notícias falsas e teorias conspiratórias. Para isso, pode ser bom negócio colocar em risco a saúde e a vida de centenas de milhares, produzir uma crise diplomática com um parceiro crucial (a China), esticar sempre ao máximo a tensão entre os poderes. Pesquisa divulgada hoje mostra que uma expressiva minoria – 35% dos consultados – aprova suas ações. Sondagens deste tipo sempre devem ser lidas com precaução, mas o dado mostra que Bolsonaro, que ainda conta com o apoio dos líderes inescrupulosos de algumas das maiores seitas cristãs do país, sabe para que público está falando.

Essa ressonância social torna ainda mais urgente retirá-lo do cargo. Bolsonaro atrapalha o enfrentamento da crise, seja pelo poder que controla, seja pelo exemplo que oferece. Aqui, uma vez mais, a esquerda brasileira mostra dificuldade de orientação.

Uma parte dela, ainda que não o diga em voz alta, pensa que é melhor deixar Bolsonaro no cargo até o fim do mandato, para derrotá-lo com facilidade

nas eleições de 2022. Uma aposta irresponsável, de quem não é capaz de aquilatar a dimensão da crise que nos atingiu. Não dá para saber que Brasil restará em 2022 para ser gerido pelo vitorioso nas eleições. Não dá para saber sequer se o pouco que sobra de nossa democracia estará de pé até lá. É a aposta numa incerta alternância de poder para herdar uma terra arrasada.

Outra parte – ou a mesma, talvez – está mais preocupada com suas disputas internas. A reação da direção nacional do PSOL ao pedido de *impeachment* de Bolsonaro, apresentado pela líder do partido na Câmara, é um bom exemplo disso. A prioridade foi condenar a iniciativa, criticar os parlamentares que se somaram a ela e preservar um “centralismo democrático” que, aliás, nunca vigorou no partido. Em vez de lavar a roupa suja em casa, para não enfraquecer um movimento de oposição ao governo, optou-se por explorar ao máximo a situação para estigmatizar o adversário interno.

A oposição à ideia de *impeachment* se baseia no risco de conceder a presidência ao general Mourão, num momento em que as circunstâncias podem justificar a adoção de medidas de exceção. É verdade. No entanto, esse risco é um dado da realidade, que não é afastado por um mero ato de vontade. É melhor manter Bolsonaro no governo? Parece claro que não. Então a questão é: há alguma outra alternativa viável?

Há quem fale que é preciso mudar a correlação de forças antes de falar em

*impeachment*. Só falta dizer como. O primeiro efeito do isolamento social imposto pela crise sanitária é o congelamento da luta política. A mudança na correlação de forças, que não estávamos conseguindo produzir nem quando tínhamos a possibilidade de mobilização, certamente não virá em prazo condizente com a urgência de afastar Bolsonaro do cargo.

E caso o caos social se apresente, com massas desorganizadas de pessoas em desespero saqueando mercados nas periferias das cidades brasileiras, o que é uma possibilidade real, ele não gerará, como sonham alguns, uma “situação revolucionária” – não com uma esquerda que já se provou tão incapaz de liderança. É bem mais provável que nos conduza a um governo de “lei e ordem”, abertamente autoritário.

O *impeachment* de Bolsonaro significa tirar do cenário um fator de agravamento da crise. Com ele na presidência, a linha divisória inicial é entre sanidade e insanidade – e, nesse caso, estamos muitas vezes constrangidos a permanecer no mesmo campo de Maia, Dória e Witzel. Sem ele, ficam vencidos os temas óbvios (a seriedade da pandemia, a necessidade da ação do Estado) e podemos concentrar o debate nas questões mais importantes: como enfrentar a crise, quem deve ser socorrido prioritariamente, como dividir a conta. Nesse debate, com propostas claras e realistas em defesa dos mais vulneráveis, a esquerda pode obter vitórias importantes.

## 26. A ANOMIA RELATIVA DO ESTADO

*Desmorte das políticas sociais e “vale tudo” na disputa das elites pelo poder. Essa era a imagem do Brasil devastado pelo coronavírus.*

31 de maio de 2020.

“As instituições estão funcionando”. Desde que o golpe de 2016 começou a ser deflagrado, esse foi o mantra dos setores conservadores. Uma presidente eleita pelo voto popular foi derrubada, o pacto consignado na Constituição de 1988 foi desmontado por decisão unilateral, conjuntos de direitos muitas vezes anteriores à própria carta constitucional foram varridos, mas as instituições estavam funcionando. Setores do Judiciário e do Ministério Público conspiraram para criminalizar um lado do espectro político, chegando a retirar ilegalmente da disputa o favorito para as eleições de 2018, conspurcando assim a legitimidade do pleito, mas as instituições estavam funcionando. Generais definindo a interpretação da Constituição, perseguições macarthistas no serviço público e nas escolas e universidades, aumento da violência policial, seletividade escancarada do aparelho repressivo de Estado: instituições funcionando.

O beneplácito do Supremo, ainda que um Supremo “acovardado”, como certa vez disse Lula, quando não abertamente envolvido na destruição da ordem constitucional e democrática

pela qual deveria zelar, por vezes curvando-se a ameaças pouco disfarçadas de comandantes militares, equivalia ao funcionamento das instituições. Ao que parece, era generalizada a compreensão simplificadora e simplista, externada ainda hoje por um colunista conservador: a democracia equivale a aceitar que “a palavra final nas disputas é a do STF”.

No campo democrático, perguntávamos: as instituições estão funcionando, mas para quem? Estava claro que, desde o golpe de 2016, a estrutura jurídica e política era subvertida para anular todos os componentes que sinalizavam concessões aos grupos dominados, desnudando-se em seu caráter de classe. O Brasil parecia apresentar uma ilustração particularmente dinâmica da percepção de Poulantzas, de que o Estado é a condensação material de uma determinada correlação de forças. Com a acelerada mudança na correlação, em que os setores populares perderam capacidade de iniciativa e também de resistência, o Estado brasileiro passou rapidamente a operar em outra chave, ainda que mantivesse a mesma Constituição.

É claro que não era tão simples. O golpe sinalizou que a força se sobrepuja às regras vigentes. Como a coalizão golpista estava longe de ser homogênea, já no governo Temer surgiram conflitos que seguiram a lógica do “quem tem o tacape maior”, em geral envolvendo a corrente messiânica do lavajatismo, de um lado, e de outro as elites políticas tradicionais que chegaram ao centro do poder com o usurpador. Ambas, aliás, com

suas próprias bancadas no STF. Um episódio emblemático foi a queda de braço envolvendo a liminar do ministro Marco Aurélio Mello, em dezembro de 2016, destituindo Renan Calheiros da presidência do Senado. O Senado recusou a cumprir a decisão e o Supremo recuou. Instituições funcionando, mesmo na acepção minimalista e jurídicista antes apresentada?

Com a chegada de Jair Bolsonaro à presidência da República, era natural que a situação se agravasse. Destinado a ser uma figura secundária no retrocesso brasileiro, um mastim recolhido ao canil quando se tornasse desnecessário, atropelou seus aliados de ocasião e levou ao Planalto sua agenda extremista e desconexa, sua agressividade deliberada e permanente, sua visão tacanha e sua inépcia administrativa. Bem tolerado enquanto entregava, graças a Paulo Guedes, aquilo que a classe dominante queria, tornou-se um estorvo desde que a pandemia fez imperativo ter um governo menos irresponsável e menos incompetente. Mesmo Guedes, fundamentalista de mercado incapaz de virar o disco quando as circunstâncias bradam por essa mudança, está se tornando menos atraente.

Os descontentes, porém, ainda não são capazes de estabelecer um movimento forte pela retirada do ex-capitão do cargo. Pesa a incerteza quando à posição do vice, general Hamilton Mourão (caso o caminho seja o impedimento e não a cassação da chapa, para a qual também não escasseiam motivos). Pesa

também a incerteza quanto à posição da cúpula do Exército, cada vez mais chamada a arbitrar disputas políticas, o que, aliás, é outro indício poderoso da decadência das instituições. E pesa, sobretudo, o medo de perder aquilo que conquistaram com o golpe: a condenação do campo popular à irrelevância política.

Agrava-se, então, uma situação marcada por repetidas escaramuças, nas fronteiras da legalidade ou já fora dela, entre os grupos que controlam diferentes setores do Estado e que medem forças. Isto se tornou particularmente visível no momento, com a instrumentalização da Polícia Federal, seja por Bolsonaro, seja pelo STF, ou com o uso desabusado de chantagens do presidente da República sobre seu próprio procurador-geral, com o objetivo de blindar a si mesmo e aos filhos de acusações criminais. O vácuo de legalidade permite que o bolsonarismo caminhe para se tornar uma milícia armada, ao mesmo tempo em que se tornam ostensivos os acenos por uma interrupção violenta do que resta da ordem instituída em 1988.

A institucionalidade que foi rompida para retirar do jogo o campo popular hoje se mostra incapaz de regular os conflitos entre os grupos dominantes. Ao se colocar integral e indisfarçadamente a serviço da dominação de classe, o Estado brasileiro perdeu sua autonomia relativa. Mas, no mesmo processo, a sociedade brasileira mergulhou numa espécie de anomia relativa. Uma parte das regras que deveriam organizar a vida social não impera mais: as regras que defi-

niriam a obtenção e o exercício do poder na sociedade. Vigora um vale tudo que resvala, perigosamente, para o uso da violência, a razão última do poder. Para escaparmos do pior, é necessário que a sombra cada vez mais palpável do fascismo e as dezenas de milhares de cadáveres acumulados pela gestão criminosa da crise sanitária ensinem urgentemente, à nossa elite política, as lições que ela tem se esforçado por desaprender nos últimos anos.

## 27. A ESQUERDA QUE ABRIU MÃO DA CRÍTICA

*Mesmo com a gestão criminosa da crise sanitária, Bolsonaro mantinha elevada aprovação popular. Ao mesmo tempo, as querelas identitárias consumiam boa parte da energia de movimentos sociais.*

*24 de agosto de 2020.*

Este texto nasce em reação a duas polêmicas que surgiram nas esquerdas nas últimas semanas – ou, antes, que *ressurgiram*, pois são cíclicas. Uma é sobre o chamado “lugar de fala”. A outra, sobre como caracterizar o comportamento de pessoas que apoiam ativamente líderes e políticas que, na prática, as condenam à morte; em particular, ao veto ao substantivo “burrice”, tão chocante. Embora tenham sido debates separados, eu os aproximo aqui porque julgo que remetem a um denominador comum: a so-

brevvalorização da experiência crua dos agentes sociais, expressão do anti-intelectualismo hoje dominante, e a consequente inibição de qualquer engajamento crítico com a autoexpressão dos próprios agentes.

A cada vez que ressurge, o debate mostra permanecer exatamente no mesmo lugar em que estava antes. Essa ausência de acúmulo na discussão, tão exasperante, é uma característica das mídias sociais, que recompensam predominantemente a lacração que, para ser lacradora, tem que permanecer insensível às nuances do real. É consequência também do anti-intelectualismo que rotula como “acadêmico”, portanto irrelevante, qualquer contribuição que vá além da experiência imediata. E, por fim, espelha o paradoxo de que quem critica, relativiza ou complexifica a noção de lugar de fala não tem, por definição, lugar de fala para tocar no assunto, logo deve ser ignorado.

É preciso, em primeiro lugar, enfatizar a importância que a noção de lugar de fala e outras assemelhadas tiveram e têm no combate a certo idealismo racionalista, que sonha com uma Razão descarnada que interpreta o mundo permanecendo fora dela. Toda fala é socialmente situada e isso é relevante para a compreensão de seu sentido. O reconhecimento de que diferentes falantes vão ver o mundo a partir de diferentes posições sociais, porém, aponta para a necessidade de pluralização do debate, não para alternância de silenciamentos ou construção de guetos.

Isso porque o lugar da fala não implica qualquer privilégio epistêmico (isto é, a ideia de que o dominado, só por ser dominado, já entende a dominação melhor do que qualquer outro). A expressão dos dominados é importante porque traduz – em parte e com ruídos, como qualquer expressão – sua experiência, mas convém lembrar que essa experiência também é conformada pela dominação. A experiência bruta, assim, tem que ser ressignificada por meio de processos que, à falta de palavra melhor, podem ser chamados de “conscientização”. Era o papel dos grupos de mulheres do movimento feminista dos anos 1960 e 1970, que foram cruciais para a difusão dessa discussão – espaços que permitissem às mulheres construir uma compreensão de suas próprias vidas a contrapelo das representações patriarcais que as estruturam.

Se tais espaços são necessários, eles não levam, de maneira nenhuma, à imposição de vetos à participação no debate público. Levam, isso sim, à exigência por ampliação da pluralidade de perspectivas que têm lugar neles.

Da mesma forma como o lugar de fala X não dá a quem o ocupa um privilégio epistêmico, ocupar o lugar não-X não torna a fala, só por causa disso, irrelevante ou nociva. É um local externo e continuará a sê-lo, não importa de quanta empatia se revista – e ter consciência dessa exterioridade importa para compreendê-lo. Mas pode contribuir. Ou não. Só deixando que se manifeste no debate que isso pode ser aquilatado.



Lembrando, também, que o não-compartilhamento de características pessoais, de experiências de vida, até mesmo de crenças e de valores, em suma, tudo o que indica a exterioridade em relação a uma determinada posição social, *não* implica necessariamente preconceito. A equivalência automática entre exterioridade e preconceito, que está implícita em algumas manifestações (e até explícita em outras), é uma simplificação abusiva que serve apenas ao propósito de silenciar o debate.

Falei acima em perspectivas. Na verdade, em vez de “lugar de fala”, prefiro operar com a categoria “perspectivas sociais”. Ela tem a vantagem de marcar desde o início o caráter *social* das posições de elocução e, portanto, o caráter *socialmente produzido* das diversas experiências, sem o apelo a noções essencializantes ou místicas, como “ancestralidade”, que se tornaram tão correntes em alguns discursos.

O uso limitante do “lugar de fala” está vinculado à degradação das reivindicações emancipatórias de grupos subalternos (voltadas contra padrões sociais de dominação e de violência) em reclamos identitários. A identidade deixa de ser um instrumento para a construção de um sujeito político coletivo para aparecer como um fim em si mesma.

De fato, não há luta política que não seja, em alguma medida, identitária. Não desejo retomar a distinção algo mecânica entre *classe em si* e *classe para si*, que o próprio Marx faz em *A miséria*

*da filosofia* e em outros escritos, mas o fato é que a constituição da classe operária como sujeito político depende da construção de uma identidade política comum. Se esse passo é indispensável para a ação política de qualquer grupo, é mais ainda para os dominados, cujas vivências são desvalorizadas e que encontram objetivamente, na estrutura social, estímulos para uma identificação com os dominadores.

Mas há ao menos duas diferenças, ambas com enormes consequências, entre a identidade da classe trabalhadora e a de outros grupos dominados. Em primeiro lugar, a classe trabalhadora se define por um atributo comum da humanidade, o trabalho, isto é, a capacidade de transformação do mundo material. Os outros grupos dominados apresentam a exigência de serem incluídos em pé de igualdade na humanidade comum, mas não têm como atributo *peculiar* aquilo que, como atributo *geral*, define a humanidade enquanto tal.

Em segundo lugar, a classe trabalhadora tem por projeto, ao menos na visão de Marx, a extinção de sua própria peculiaridade, com a emergência de uma sociedade sem classes. Isso também não está ao alcance dos outros grupos subalternos. Havia uma ambição de apagamento da relevância social da identidade, no feminismo que antecipava uma sociedade *gender-free* ou no antirracismo voltado a uma sociedade de *color blindness*. Mas era, sempre, a superação da valoração hierárquica da diferença, não da diferença em si mes-



ma. Hoje, a virada para uma política da diferença, em que ela é valorizada em si mesma, torna esta distinção ainda mais marcante.

Com isso, é perdido o acesso a uma visão alternativa, que lê as identidades também como *prisões* a serem superadas, e à utopia de uma sociedade pós-identitária, em que características biológicas, como sexo ou cor da pele, serão plenamente irrelevantes para determinar comportamentos ou posições, e atributos sociais, como gênero ou raça, deixarão até mesmo de existir, dissolvendo-se na diversidade inclassificável de uma humanidade livre. É possível discutir o quanto essa leitura é desejável ou factível, mas é difícil negar que ela é, ao menos, *digna de discussão*.

As duas diferenças indicam que a classe trabalhadora tem uma porta aberta para a conexão com a universalidade que falta a outros movimentos de caráter emancipatório. Uma situação que se agrava com a reivindicação cada vez mais particularista, presente nas compreensões correntes, nas disputas políticas, de “lugares de fala” privilegiados e mesmo monopolísticos.

A discussão é complexa e tem múltiplas facetas, mas é difícil recusar pelo menos uma conclusão: a pluralização das agendas emancipatórias da esquerda é rica e necessária, mas a deriva identitária, aliada à utilização lacradora de uma noção reducionista de lugar de fala, funciona como um cavalo de Troia. Inibe a construção de um projeto co-

mun de sociedade, até mesmo de alianças pontuais, e redireciona boa parte das energias políticas para as batalhas fáceis contra quem, errando ou não, deseja estar a seu lado – aqueles que, como bem lembrou Wilson Gomes, são os únicos vulneráveis a essa estratégia.

A discussão sobre o esclarecimento dos apoiadores de Bolsonaro tomou feições diferentes, mas tinha em comum a ideia de que alguém que não participa de uma determinada realidade deve ser impedido de expressar qualquer apreciação sobre ela. Às vezes, ela deslizava para a exaltação romântica do “povo” como depositário de todas as qualidades; com mais frequência, para a denúncia dos “acadêmicos” que, desconhecedores do mundo real e como sempre arrogantes, exigiam uma clarividência inalcançável para os mais pobres. Muitas vezes, era feita uma confusão entre a necessidade de *entender* as escolhas feitas, necessidade real e mesmo urgente, e a obrigação de *aceitá-las* como esclarecidas ou razoáveis.

*Entender* a produção de leituras da realidade tão desinformadas e cognitivamente deficientes, que levam a escolhas políticas objetivamente desastrosas, é importante exatamente porque elas não são uma condição natural, nem sequer o fruto automático de determinada situação. Vivemos um momento em que o trabalho ideológico da direita assume características especiais, com um esforço concentrado de disseminação da ignorância, de negação da possibilidade de aprendizado e, também, de reforço

dos valores mais egoístas e mesquinhos. É preconceituoso, porém, julgar que pessoas em situação de privação são matéria passiva a ser moldada por essa ofensiva – até mesmo porque muitas delas mostram capacidade de resistência. A questão que se impõe é saber por que tantos à esquerda se mostraram tão desleixados, durante tanto tempo, na tarefa imprescindível de promover a educação política – que, convém lembrar, não é “doutrinação”. É desfazer o trabalho da ideologia e contribuir para que os despossuídos se construam como pessoas capazes de pensamento autônomo.

Em seu livro de memórias, falando de seus vizinhos no Bronx, no entregueras, Vivian Gornick escreve: “As pessoas que trabalhavam como bombeiros, paideiros ou operadores de máquinas de costura haviam se percebido como pensadores, poetas e eruditos pelo fato de serem membros do Partido Comunista”. Acho melhor pensar que essa é uma possibilidade a ser construída do que permanecer no refúgio fácil da condescendência, que julga que “não tem como” ser diferente e, por isso, absolve *a priori* a tudo e todos.

Se for para entender como se constrói essa recusa, que nega a debilidade cognitiva de compreensões da realidade tão objetivamente insatisfatórias, é possível vê-la partindo de duas visões alternativas. Uma é a adesão ao credo liberal-utilitarista de que “cada um é o melhor juiz de seus próprios interesses”. Ele interdita qualquer escrutínio dos discursos alheios, nega validade à questão

da formação social das preferências e anula a existência de todos os mecanismos ideológicos. A esquerda se aproximou dessa posição a partir da crítica – necessária – ao subtexto autoritário muitas vezes presente no uso da noção de “falsa consciência”, que introduz a ideia de que haveria uma consciência “verdadeira”, acessível ao intelectual ou ao líder partidário, donos de instrumentos para avaliar o grau de correção da consciência das “massas” e despreza a compreensão que elas mesmas produzem a partir de suas experiências.

Mas, se não é possível afirmar que há uma consciência verdadeira predefinida, que os “reais interesses” dos indivíduos e dos grupos estão definidos de antemão, sem passar pelos agentes, tampouco é possível apenas aceitar a consciência que emerge da vivência no mundo social. Isso significa abandonar o entendimento que as ideias das classes dominantes têm maior capacidade de serem universalizadas e a crítica aos padrões de manipulação aos quais estamos submetidos. Nossa tarefa – espinhosa, admito – é, como escreveu Žižek, permanecer numa “posição impossível”, que reconhece que não há “nenhuma linha demarcatória clara que separe a ideologia e a realidade”, mas que, ainda assim, sustenta a tensão entre ideológico e real “que mantém viva a crítica da ideologia”.

A outra alternativa é uma condescendência arrogante, travestida de bom-mocismo, que julga que, prisioneiras de suas próprias condições, aquelas pesso-

as estão condenadas a abraçar determinados comportamentos. É uma empatia superficial, brumosa, tingida de preconceito. O caminho que aponta é a filantropia ou o paternalismo. Para quem julga que “a emancipação da classe trabalhadora deve ser obra dos próprios trabalhadores”, não é uma posição aceitável. A empatia revolucionária com os desvalidos não romantiza suas consciências, não abre mão da crítica e, muito menos, abdica do trabalho de fornecer ferramentas para que superem seus limites.

## 28. UM DEFUNTO SEM VELA

*Ensaio por parte da direita tradicional, no momento em que parecia urgente se afastar de Bolsonaro, o projeto de uma “frente ampla” mostrou fôlego curto.*

*2 de outubro de 2020.*

Entre os muitos mortos do Brasil nos últimos meses, há um pelo qual não vale derramar uma única lágrima: a “frente ampla” pela democracia.

Quando a condução perversa do combate à pandemia escancarou a natureza do atual governo, escandalizando mesmo muitos de seus parceiros de ocasião na direita “civilizada”, parecia que era inevitável retirar Bolsonaro do cargo. Motivos não faltariam, já que sua gestão se constitui, desde os primeiros dias, como um mostruário de crimes –

comuns e de responsabilidade. A ideia de uma frente ampla nasceu, então, do reconhecimento por parte de políticos, empresários e jornalistas conservadores, no contexto da crise sanitária, de que os serviços que Bolsonaro podia prestar a seus interesses não compensavam a insanidade que era mantê-lo à frente do país. E do apoio a ela por muitos, nos movimentos sociais e na esquerda, convictos de que nossa sina seria repetir o caminho que levou ao fim da ditadura militar.

Um primeiro sinal veio na comemoração unificada – e virtual – do Primeiro de Maio pelas centrais sindicais. Em nome do combate comum pela democracia, notórios inimigos da classe trabalhadora foram convidados a falar, de Fernando Henrique Cardoso e Dias Toffoli a Rodrigo Maia, João Dória e Wilson Witzel. A maioria deles acabou não gravando suas mensagens, devido à repercussão negativa, mas o episódio já sinalizava que, para as lideranças sindicais, era hora, uma vez mais, de trocar as reivindicações classistas pela defesa das “liberdades democráticas”, aceitando abraçar aqueles que haviam dado o golpe de 2016 e destruído os direitos trabalhistas.

No final do mesmo mês de maio, os jornais estamparam o manifesto do “Juntos”, com uma ampla lista de signatários que incluía desde pessoas com os pés solidamente plantados na centro-esquerda ou mesmo na esquerda até Fernando Henrique Cardoso, Cristovam Buarque, Roberto Freire, Armínio Fraga,

Luciano Huck, Lobão e Tábata Amaral. O texto não falava em *impeachment* e não citava Bolsonaro. Ostensivamente, era um chamamento à união nacional. “Clamamos que lideranças partidárias, prefeitos, governadores, vereadores, deputados, senadores, procuradores e juízes assumam a responsabilidade de unir a pátria e resgatar nossa identidade como nação”. “Invocamos que partidos, seus líderes e candidatos agora deixem de lado projetos individuais de poder em favor de um projeto comum de país”. “É hora de deixar de lado velhas disputas em busca do bem comum”. “Esquerda, centro e direita unidos para defender a lei, a ordem, a política, a ética, as famílias, o voto, a ciência, a verdade, o respeito e a valorização da diversidade, a liberdade de imprensa, a importância da arte, a preservação do meio ambiente e a responsabilidade na economia”.

O tom conservador era denunciado aqui e ali. A própria ideia de união nacional é, classicamente, um chamamento ao abandono das reivindicações da classe trabalhadora. Além disso, havia as referências à defesa da “ordem”, à “responsabilidade na economia” etc. Muitos quiseram, no entanto, ver ali o pontapé inicial de um movimento amplo para derrubar Bolsonaro e restaurar a democracia e o Estado de direito. Uma referência do manifesto ao movimento das Diretas Já reforçava essa leitura: todos pela democracia. O paralelo histórico, porém, era equivocado. As Diretas Já foram um movimento amplo em busca de um objetivo pontual, a volta das eleições diretas para presidente, que visava

alargar e democratizar a disputa política, não a esconder em nome de um elusivo “projeto comum de país”. Já o Juntos alardeava “princípios éticos e democráticos” abstratos e vagos, mas era incapaz de enunciar o que de fato propunha. Julgar que era o afastamento de Bolsonaro do cargo ficava a critério de cada freguês. A roupagem de defensores da democracia caía mal em tantos que recém haviam se unido para golpeá-la com o afastamento ilegal de uma presidente e a perseguição judicial e midiática a toda a esquerda.

Como de costume nesse tipo de manifesto, o preço que se esperava que a esquerda pagasse, para a direita “civilizada” fazer frente comum contra o fascismo, era abrir mão de seu próprio discurso. O desespero com a situação levou muitos para esse caminho, mas a experiência mostra que ele se revela um péssimo negócio. Ao fazer com que lideranças da esquerda abram mão do projeto que as define, ele reforça a posição da ideologia dominante como chão comum e fronteira final da disputa política. Reduz os horizontes da disputa política e enfraquece a exigência de uma transformação social profunda. A democracia que se propõe a defender é, de partida, severamente limitada.

A “amplitude” da frente exigia apagar a linha de continuidade que une Bolsonaro ao golpe de 2016. Por consequência, não se podia tocar nas arbitrariedades cometidas, no desmonte da Constituição de 1988, no *lawfare* contra Lula e o PT. O processo de criminalização da esquerda seria revertido, talvez,

na medida em que a esquerda deixasse de sê-lo. A macarthização do debate público, com o veto à expressão de tantas posições, se abrandaria conforme as vozes dissidentes optassem pela autocensura. Em suma: teríamos a democracia de novo, desde que com o compromisso de não a usar para enfrentar os padrões de dominação vigentes na sociedade.

O grande problema do golpe sempre foi como encontrar o caminho para sua normalização. Isto é, como deixaria de ser o ato de força que foi e teria seu legado (em retrocesso de direitos, redução do Estado e rompimento de políticas igualitárias, desnacionalização da economia) incorporado de vez à vida nacional. No sonho dos golpistas, a normalização se daria com a eleição de Alckmin em 2018: um conservador que encarnava o programa dos retrocessos, mas que receberia o aval das urnas. O eleitorado, porém, não se dispôs a cumprir seu papel nesse *script*.

A “frente ampla” aparecia, então, como nova oportunidade de normalização do golpe. Ao fazer com que a esquerda brasileira aceitasse ficar a reboque da direita “civilizada”, abrindo mão de toda a sua agenda em nome nem sequer da democracia representativa, mas simplesmente de um regime menos iliberal, Bolsonaro cumpriria seu último serviço aos golpistas de 2016: ser o bode na sala.

Depois de algum tempo, incluindo uma fracassada manifestação virtual pela “democracia” que programara intervenção até de Michel Temer, a fren-

te murchou. Houve a oposição vigorosa de setores da esquerda, incluindo, com destaque, os ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff. Mas, sobretudo, ela deixou de ser útil para a parte da direita que a animara – por ter cumprido uma boa parte daquilo a que se destinava.

A queda de Bolsonaro nunca foi o único resultado esperado dessa movimentação. A outra opção era domesticar o ex-capitão. Menos de duas semanas após a divulgação do manifesto, o presidente nacional do PSDB já descartava a possibilidade de *impeachment* – logo ele, que fora resgatado do baixo clero parlamentar pelo acaso de ter dado o voto decisivo no *impeachment* fraudulento que destituiu Dilma Rousseff. Mais do que esse canto de sereia, o que moveu Bolsonaro na direção desejada foi a prisão de Fabrício Queiroz, que o fragilizou e fez com que baixasse o tom em suas disputas com o Legislativo e o Judiciário. Em setembro, às vésperas de encerrar seu constrangedor mandato como presidente do STF, Dias Toffoli sacramentou o grande acordo nacional, declarando: “Nunca vi atitude de Bolsonaro contra democracia”.

O presidente fala um pouco menos. Os cargos para o Centrão são liberados. Em especial, ele parece estar entendendo que o mandato não é só dele, mas do conjunto de forças que permitiu que ele chegasse lá.

Mas nada nas políticas concretas do governo mudou. A pandemia prossegue, descontrolada, e enquanto a pro-



metida vacina – russa, chinesa ou inglesa – não vier, a única coisa que a freia é a diminuição do estoque de potenciais infectados. A devastação ambiental está no auge. Os indícios das práticas corruptas de Bolsonaro e de sua família não param de crescer. O boicote à educação e à ciência é permanente. Agressões grotescas aos direitos das mulheres, dos povos indígenas, da população negra, da comunidade LGBT, ocorrem todos os dias. Mas parece que chegamos a uma nova “normalidade”. Mesmo os órgãos de imprensa hostilizados por Bolsonaro, um presidente que tem (como é evidente sobretudo no caso do Grupo Globo) trabalhado para miná-los financeiramente, cuidam em primeiro lugar de não prejudicar a “agenda positiva” do governo: privatizações, destruição do Estado por meio da reforma administrativa, precarização generalizada nas relações de trabalho.

A resistência ao governo Bolsonaro será protagonizada pela classe trabalhadora e demais grupos dominados. Setores insatisfeitos das classes dominantes podem dar apoio pontual aqui e ali – o apoio é tão pontual quanto são pontuais suas insatisfações. Atrelar a nossa estratégia à deles, subordinar a nossa agenda à deles, é o caminho certo para a derrota. A morte, desde o princípio anunciada, da “frente ampla” serve de lição.

## 29. DAS ELEIÇÕES DE 2020 ÀS DE 2022

*A lição das eleições municipais de 2020: o único jeito de impedir a reeleição de Bolsonaro é intensificar o trabalho político cotidiano.*

*7 de dezembro de 2020.*

Passadas as eleições municipais, as atenções se voltam para 2022. É essa a armadilha da política eleitoral, que canaliza nossas energias e nossas esperanças para uma disputa estruturalmente enviesada a favor de quem controla o dinheiro e a informação.

É fácil prever que Bolsonaro estará no segundo turno, partindo de cerca de um terço dos votos. Ele hoje não tem partido, mas tem a força que lhe dão o balcão de negócios presidenciais e a atração exercida pelos favoritos. Além dos pequenos partidos aliados a ele, como PRTB e Patriota, conta já com o Republicanos e provavelmente com Progressistas e PTB. Em suma, é um presidente no cargo, disputando a reeleição, com uma base partidária forte. Dá para esperar que faça algo entre 35 e 40% dos votos no primeiro turno.

A parte do PSL que se desgarrou de Bolsonaro ficará entre se recompor com ele ou seguir o caminho de Alexandre Frota e aderir a Doria. Ainda na extrema-direita, o Novo, com crescimento de sua ala bolsonarista, chegará à eleição sob enorme tensão. A política se



revelou mais complicada do que os engomadinhos do Itaú imaginavam.

A redução do tamanho do PSDB nas eleições municipais frustrou a pretensão de Dória de se firmar como nome incontestável da direita que agora quer parecer democrática. É difícil que os tucanos consigam contentar todos os aliados de que precisam para impulsionar a candidatura do governador paulista (MDB, PSD e DEM).

É provável que alguns desses partidos busquem uma alternativa própria à direita (Luciano Huck, o cada vez mais improvável Sérgio Moro ou outro) e/ou embarquem na canoa de Ciro Gomes, que pretende se firmar como nome de “centro” – por isso se distancia deliberadamente do PT.

Difícilmente uma manobra como a de Lula em 2018, que suprimiu o apoio do PSB a Ciro, vingará outra vez. Mas Ciro terá que ser capaz também de costurar múltiplos apoios, projetando a imagem de que é capaz de superar seu teto (em torno de 12% dos votos). O fraco desempenho do PDT nas eleições passadas não ajuda.

É de se esperar, portanto, três ou quatro candidaturas em princípio competitivas tentando ocupar o mítico espaço do “centro”, o que leva a prognósticos não muito bons para todas elas.

À esquerda, há espaço apenas para uma candidatura competitiva, que concentrará os votos. Será a candidatura que Lula apoiar – hoje, tudo indica, a de

Fernando Haddad. O estoque de votos que o lulismo é capaz de mobilizar fica na faixa dos 25%. O que é mais provável, portanto, é um novo segundo turno entre Bolsonaro e um candidato apoiado por Lula.

Nele, a crer em todos os indícios, a direita que se quer democrática jogará novamente todos os escrúpulos às favas e apoiará o ex-capitão, uns mais alegremente, outros de forma mais envergonhada. Com a mídia a seu favor, os empresários, os pastores, a máquina pública, as fábricas de *fake news* – eis que Bolsonaro ganha um novo mandato. Agora, quem sabe, com Damares de vice: representatividade é tudo, não é mesmo?

Como impedimos isso?

Não é mexendo as peças no xadrez eleitoral. Nele, imperam as vaidades e os interesses de curto prazo, que as incertezas vigentes só agudizam. Mesmo a submissão da esquerda ao novo centro personificado em Ciro, que vejo muitos defendendo por desespero e que possui efeitos danosos suficientemente fortes para que seja desaconselhada, não leva a nenhuma garantia de êxito.

Também não é esperando uma bala de prata. Já surgiram muitas: vaza jato, ameaças ao Supremo, Queiroz, coronavírus. Nenhuma funcionou. Quem botou Bolsonaro no poder – e não estou falando de seus eleitores – sabe muito bem o que quer e por isso prefere mantê-lo.

O único jeito de impedir a reeleição de Bolsonaro é intensificar o trabalho político cotidiano, organizando os vastos setores que são vítimas do atual governo para resistir e lutar contra os flagelos gêmeos do autoritarismo e do neoliberalismo. Esse é o trabalho a ser feito. O resultado eleitoral pode ser consequência dele, mas não é seu único horizonte. Política se faz muito além das urnas.

Se conseguirmos derrotar Bolsonaro, precisaremos de mobilização para garantir que um governo democrata seja realmente capaz de governar. Se ele for substituído por uma direita menos caricata ou um “centro” qualquer, a mobilização será necessária para impedir que tenhamos simplesmente uma política neoliberal com um sorriso no rosto.

E se infelizmente ele ganhar mais uma vez, embalado pelo aval das urnas para um segundo mandato ainda mais destrutivo, aí mesmo é que nossa resistência será mais necessária do que nunca.

### 30. ROTA BLOQUEADA

*“Democracia” não é um terreno neutro de resolução dos conflitos. É a expressão da força dos grupos dominados para resistir à dominação. A retomada da democracia*

*no Brasil depende da organização da classe trabalhadora e de seus aliados.*

*26 de janeiro de 2021.*

Os dois primeiros anos de governo Bolsonaro, é preciso reconhecer, não decepcionaram. O presidente mostrou ser, no cargo, exatamente o que revelara ao longo da campanha eleitoral e de toda sua vida pública pregressa.

Se houve alguma surpresa, foi que Bolsonaro, a despeito de toda sua incapacidade administrativa e aparente dificuldade cognitiva, soube navegar em meio ao arco de apoios que viabilizou sua eleição e chegou ao meio do mandato mais forte do que começara. Desvencilhou-se de um de seus “superministros”, Sérgio Moro, com desgaste político mínimo. Quanto ao outro, Paulo Guedes, fez com que engolisse a empáfia e se submetesse docilmente às ordens do chefe.

Bolsonaro ampliou o comprometimento das Forças Armadas com seu governo, sem aceitar a tutela que os generais queriam impor a ele. Enquadrou os olavistas e transformou o “guru” de candidato a eminência parda a um apoiador como qualquer outro. Acertou o passo nas negociações com o Centrão e passou a dispor de uma base alargada no Congresso, ainda que instável, como toda base parlamentar venal. Ampliou sua influência sobre as polícias, avançando na direção de uma meta estratégica, que é garantir a lealdade pessoal de corpos armados.

Colocou em cargos sensíveis do Ministério Público gente disposta a protegê-lo. Entre concessões e ameaças, chegou a um *modus vivendi* com o Supremo. Com isso, alcançou um de seus objetivos centrais: os vários esqueletos que o assombravam (das rachadinhas ao assassinato de Marielle) estão há muito já fora dos armários, mas perderam a capacidade de atingi-lo.

A pandemia do novo coronavírus levou, de forma talvez inesperada, a uma aceleração do distanciamento entre Bolsonaro e seus aliados de ocasião na direita mais tradicional, como João Doria e Rodrigo Maia. Em aposta que parecia arriscada, ele jogou tudo no negacionismo e na irracionalidade, sacrificando as políticas de saúde em favor do fortalecimento de sua persona política. Mostrou que entende seu país: um país que despreza a vida, seja por interesse ou por desespero, e que cada vez mais se espelha na violência. Graças a isso e ao auxílio emergencial aprovado contra sua vontade, mas que ele soube capitalizar a seu favor, foi capaz de manter altos índices de aprovação popular mesmo em meio ao colapso do atendimento hospitalar e de mortes contadas diariamente na casa das centenas ou do milhar.

É impossível calcular com exatidão quantas vidas o boicote de Bolsonaro às medidas de combate à pandemia já custou e ainda vai custar – da campanha contra o isolamento social e da promoção da cloroquina até a sabotagem da vacinação. Certamente são muitos milhares. Raras vezes na história do mun-

do terá havido um governo tão evidentemente lesivo ao interesse nacional, de qualquer forma que ele seja entendido.

Mesmo diante de um governo assim, as famosas instituições não são capazes de atingir um consenso em favor de retirá-lo do cargo. Bolsonaro sabota as medidas de saúde pública, mal esconde suas ligações com o crime organizado, aparelha o Estado para proteger a si mesmo e seus familiares, difunde mentiras com o objetivo de tumultuar o jogo político, namora à luz do dia com a ideia de um novo golpe, transformou o país num pária da comunidade internacional, fez do servilismo diante dos Estados Unidos o norte da política externa, promove a ampliação do desemprego, da miséria e da fome. Mas o que se vê são as lideranças do PSDB e do DEM preocupadas em evitar a “instabilidade” que um processo de *impeachment* ocasionaria e ministros do STF indo periodicamente a público afiançar que o presidente da República não constitui nenhuma ameaça à democracia brasileira, muito pelo contrário.

Uma democracia, diga-se de passagem, que mal merece o nome. A presidência de Bolsonaro, mais do que causa, é sintoma de sua decadência. É uma presidência viabilizada pelo golpe de 2016, que fraturou a ordem determinada pela Constituição de 1988; pela Operação Lava Jato, que instrumentalizou o Poder Judiciário para a perseguição de grupos políticos; e pela prisão arbitrária do ex-presidente Lula, para a qual não faltaram pressões explícitas da cúpula mili-

tar. Ela é uma demonstração de que a classe dominante brasileira julga que, neste momento, a democracia política não convém a seus interesses.

O Brasil é um caso particularmente extremo daquilo que há tempos vem sendo chamado de *desdemocratização*. A palavra não indica apenas – como nas obras sobre a crise da democracia que o *mainstream* da Ciência Política produz desde a vitória eleitoral de Donald Trump, em 2016 – o sucesso de líderes autoritários que se esforçam por destruir, a partir de dentro, o arcabouço institucional próprio das democracias liberais. Ela indica que o espaço das decisões a serem tomadas de forma democrática, exigindo respaldo popular, é cada vez mais limitado, isto é, que o poder de veto das grandes corporações, do capital financeiro, dos credores das dívidas públicas é cada vez maior. O avanço do chamado “populismo de direita”, que acionou o sinal de alarme em tantos cientistas políticos, é antes um efeito dos sentimentos de alienação e de desilusão com os mecanismos de expressão política disponíveis nos regimes concorrenciais, que a desdemocratização agravou.

No caso do Brasil, o centro da narrativa é ocupado pela insatisfação crescente da classe dominante e dos setores de classe média que ela atrai para sua órbita com o (modesto) avanço civilizatório obtido nos governos do PT. O golpe de 2016 e o governo Temer apontavam na direção de uma redução do espectro do politicamente possível, com a imposição de retrocessos importantes sem que

o campo popular fosse aceito sequer como interlocutor no debate. O apoio a Bolsonaro no segundo turno, recusando qualquer possibilidade de diálogo com a moderada candidatura de Fernando Haddad, já indicou a radicalidade com que esse caminho era abraçado – e, mais ainda, a prolongada leniência diante de um governo tão insensato e destrutivo.

Como revelaram nitidamente as fracassadas movimentações em favor de uma frente ampla contra Bolsonaro, em meados de 2020, o preço a pagar para uma “normalização” democrática seria aceitar os retrocessos e, em especial, o veto a qualquer protagonismo de organização e atores políticos vinculados aos interesses populares. Em suma: a normalização democrática projetada pelas classes dominantes passa pelo impedimento da retomada de qualquer dinâmica política que se aproxime da democracia.

É que a direita tradicional se afirma como oposição a Bolsonaro e de fato se diferencia dele em muitos pontos, por convicção ou por oportunismo. Mas a desdemocratização é também seu projeto. É o caminho para anular a possibilidade de que os direitos políticos sejam usados para reduzir as desigualdades e construir uma sociedade mais justa.

O que o processo global de desdemocratização mostrou foi que a democracia, por mais que seja comumente apresentada como um terreno neutro de regras justas para resolver disputas políticas, é de fato uma conquista

dos dominados e só é capaz de se sustentar na medida em que eles tenham força para tanto. Ele revelou a fraqueza do consenso liberal sobre a democracia procedimental, louvada em prosa e verso ao final da Guerra Fria, e a futilidade das teorias idealistas da democracia que prosperaram mesmo nos meios críticos (como a “democracia deliberativa”) – que formam o equivalente secular das disputas escolásticas sobre o sexo dos anjos.

No caso do Brasil, a situação é ainda mais dramática porque nossas classes dominantes têm baixíssima tolerância à igualdade social. Mesmo em doses homeopáticas, ela causa reações extremas. Por isso, apesar de todas as críticas que lhe fazem, Bolsonaro é tolerável.

O governo Bolsonaro expõe a impossibilidade de construção democrática no Brasil sem o enfrentamento do imperialismo e do capitalismo. Qualquer avanço será tíbio e instável se não houver uma correlação de forças que o garanta, isto é, se não houver capacidade de pressão da classe trabalhadora e dos outros grupos dominados.

Ainda atordoada pelas sucessivas e graves derrotas que sofreu nos últimos anos (“esse inimigo não tem cessado de vencer”, como diria Walter Benjamin), a esquerda mostra dificuldade para encontrar o caminho da mobilização e da organização popular. Muitas vezes, parece esperar pela mítica bala de prata que derrotará o bolsonarismo com um único disparo – as revelações da Vaza Jato, a prisão de Queiroz ou mesmo o caos

sanitário. Mas a ideia da bala de prata revela a permanência da ilusão da normalidade institucional: alguns fatos são tão graves que obrigariam a uma reação das instituições políticas em defesa da ordem que elas encarnam. Não é assim. Enquanto Dilma foi derrubada à base de pretextos de ocasião, Bolsonaro continuará cometendo crimes de responsabilidade dia sim, dia também, sem ser tocado, enquanto se considerar que retirá-lo do cargo põe em risco o projeto de retrocesso social e de desdemocratização.

Pode ser que Bolsonaro conclua seu mandato e até conquiste outro. Pode ser que seja interrompido no meio do caminho. Mas convém não esquecer a complacência das instituições, a tolerância da elite política conservadora, a cumplicidade da burguesia diante de um governo criminoso, antinacional e liberticida. O risco é aceitar que a normalização pós-Bolsonaro entronize a ordem que emerge da desdemocratização.



# afipea

Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea | Associação dos Funcionários do Ipea